

APRENDIZAGEM
AO LONGO DA VIDA

**INQUÉRITO À EDUCAÇÃO E
FORMAÇÃO DE ADULTOS 2007**



Ficha técnica

Título

Aprendizagem ao Longo da Vida - Inquérito à
Educação e Formação de Adultos 2007

Editor

Instituto Nacional de Estatística, I.P.
Av. António José de Almeida
1000-043 Lisboa
Portugal
Telefone: 21 842 61 00
Fax: 21 844 04 01

Presidente do Conselho Directivo

Alda de Caetano Carvalho

Design, Composição e Impressão

Instituto Nacional de Estatística, I.P.

Tiragem

600 exemplares

ISSN 1647-1946

ISBN 978-989-25-0008-9

Depósito Legal nº 288625/09

Periodicidade Quinquenal

Preço: € 19.00 (IVA incluído)

O INE, I.P. na Internet

www.ine.pt



Esta publicação procede a uma apresentação compreensiva dos resultados do Inquérito à Educação e Formação de Adultos (IEFA) e tem como objectivo principal caracterizar as múltiplas dimensões do comportamento da população portuguesa adulta na sua relação com a participação em actividades de aprendizagem.

O grau de complexidade associado à temática da aprendizagem e a importância de uma correcta observação deste fenómeno no contexto nacional, implicou, na concepção do inquérito, um trabalho conjunto entre várias entidades com intervenção em matérias relacionadas com as questões da educação, formação, aprendizagem e emprego.

A todas essas entidades e seus representantes, que não se referenciam para não correr o risco de qualquer omissão indesculpável, cumpre um profundo agradecimento do Instituto Nacional de Estatística (INE). O INE agradece igualmente a todos os entrevistadores e técnicos envolvidos na formação, recolha, tratamento dos dados e apresentação da informação.

Para a boa concretização desta operação estatística muito contribuiu o envolvimento de editoras e livreiros que, numa parceria inovadora, colaboraram com a oferta de livros aos respondentes do IEFA. Constituiu, sem dúvida, um importante factor de sensibilização dos indivíduos que responderam ao inquérito. O INE reconhece a importância fundamental dos prestadores de informação, sem os quais não seria possível apresentar os resultados que agora se divulgam. A todos o INE expressa o seu agradecimento.

A apresentação destes resultados, potenciada pela oportunidade oferecida pela realização do primeiro inquérito desta natureza em Portugal, justifica uma análise compreensiva, tão detalhada e profunda quanto possível. Para responder a este desafio, a elaboração da publicação Aprendizagem ao Longo da Vida – Inquérito à Educação e Formação de Adultos 2007 beneficiou do conhecimento de dois especialistas em matérias que directa ou indirectamente se cruzam com as que aqui abordamos: Professora Margarida Chagas Lopes, que elaborou o enquadramento teórico de suporte à análise efectuada, e Professor Francisco Lima, que analisou os impactos da participação em aprendizagem e os efeitos da transmissão intergeracional da educação.

Lisboa, 25 de Novembro de 2009

Alda de Caetano Carvalho

LISTA DE ACRÓNIMOS SINAIS CONVENCIONAIS

ACRÓNIMOS

ALV	Aprendizagem ao Longo da Vida
CAE Rev. 2.1	Classificação Portuguesa das Actividades Económicas, Revisão 2.1
CAPI	Entrevista Presencial Assistida por Computador
CNAEF	Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação
CNP 94	Classificação Nacional de Profissões, Versão 1994
C.V.	Coeficiente de Variação
Eurostat	Serviço de Estatística das Comunidades Europeias
H	Homem
HM	Total (Homem, Mulher)
IEFA	Inquérito à Educação e Formação de Adultos
INE, I.P.	Instituto Nacional de Estatística, I. P.
M	Mulher
NUTS	Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Económico
R. A.	Região Autónoma
TCH	Teorias do Capital Humano
TCV	Teorias dos Ciclos de Vida
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
UE	União Europeia

SINAIS CONVENCIONAIS

0	Resultado nulo
p.p.	Ponto percentual
%	Percentagem
Nº	Número
§	Valor com coeficiente de variação elevado

NOTAS

- Por questões de arredondamento, os totais podem não corresponder à soma das parcelas.
- Nos quadros anexos, 1 a 6, os valores relativos às categorias de resposta “Não se aplica”, “Recusa” e “Não sabe”, apresentam coeficientes de variação (c. v.) elevados, dada a sua baixa expressão quantitativa.

SUMÁRIO EXECUTIVO	17
INTRODUÇÃO	27
CAPÍTULO I. ENQUADRAMENTO TEÓRICO DA APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA (ALV) ..	29
I.I. INTRODUÇÃO	29
I.II. DAS TEORIAS DO CAPITAL HUMANO ÀS ABORDAGENS DOS CICLOS DE VIDA..	30
I.III. O ACESSO À EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO.....	35
I.IV. EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS – BREVE REFERÊNCIA	38
CAPÍTULO II. APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA: EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL ...	43
II.I. CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES EM APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA.....	43
II.II. CARACTERIZAÇÃO DAS ACTIVIDADES DE EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL	56
II.III. OBSTÁCULOS À APRENDIZAGEM – RAZÕES DA NÃO PARTICIPAÇÃO EM EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL.....	61
II.IV. CONCLUSÕES.....	63
CAPÍTULO III. APRENDIZAGEM INFORMAL	65
III.I. CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES EM APRENDIZAGEM INFORMAL	65
III.II. CARACTERIZAÇÃO DAS ACTIVIDADES DE APRENDIZAGEM INFORMAL.....	70
III.III. CONCLUSÕES.....	72
CAPÍTULO IV. OUTROS DOMÍNIOS DE CONHECIMENTO	73
IV.I. COMPETÊNCIAS EM LÍNGUAS.....	73
IV.II. HÁBITOS DE LEITURA: LIVROS E JORNAIS.....	79
IV.III. CONCLUSÕES	82

CAPÍTULO V.	A DIMENSÃO DA NÃO PARTICIPAÇÃO EM EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E APRENDIZAGEM	83
V.I.	CARACTERIZAÇÃO DOS NÃO PARTICIPANTES EM EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E APRENDIZAGEM	83
VII.I.	CONCLUSÕES	91
CAPÍTULO VI.	IMPACTOS DA APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA	93
VI.I.	CONDIÇÃO PERANTE O TRABALHO	93
VI.II.	RENDIMENTO DO TRABALHO	100
VI.III.	CONCLUSÕES	105
CAPÍTULO VII.	TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL DA EDUCAÇÃO	107
VII.I.	MATRIZES INTERGERACIONAIS DE ESCOLARIDADE	107
VII.II.	UM MODELO DE ESTIMAÇÃO PARA A ESCOLARIDADE	109
VII.III.	CONCLUSÕES	114
NOTA METODOLÓGICA		115
BIBLIOGRAFIA		117
ANEXOS		121

Capítulo I

Figura 1.1	A aprendizagem nos ciclos de vida	33
Figura 1.2	População que completou pelo menos o ensino secundário (%), por grupo de idade (2007)	35

Capítulo II

Figura 2.1	Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de aprendizagem ao longo da vida, em educação formal e não formal (%) por grupo etário	45
Figura 2.2	Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de aprendizagem ao longo da vida, em educação formal e não formal (%) por nível de escolaridade mais elevado completo.....	49
Figura 2.3	Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de aprendizagem ao longo da vida, em educação formal e não formal (%) por condição perante o trabalho	50
Figura 2.4	Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de educação não formal (%) por tipo de actividade	51
Figura 2.5	Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de aprendizagem ao longo da vida, em educação formal e não formal (%) por conhecimento de línguas para além da materna	54
Figura 2.6	Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de aprendizagem ao longo da vida, em educação formal e não formal (%) por nível de competências TIC	55
Figura 2.7	Distribuição das razões de participação em actividades de educação não formal - aulas privadas ou cursos (%) pelos indivíduos com idade entre 18 e 64 anos.....	59

Figura 2.8	Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que não participou e não quis participar em actividades de educação formal e não formal (%) por grupo etário e condição perante o trabalho	61
Figura 2.9	Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que não participou e não quis participar em actividades de educação formal e não formal (%) por razões da não participação.....	62
Capítulo III		
Figura 3.1	Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de aprendizagem informal (%) por sexo e meios de aprendizagem.....	66
Figura 3.2	Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de aprendizagem informal (%) por grupo etário e nível de escolaridade mais elevado completo	67
Capítulo IV		
Figura 4.1	Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que conhece outras línguas além da materna (%) por línguas que conhece	73
Figura 4.2	Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que conhece outras línguas além da materna (%) por grupo etário	74
Figura 4.3	Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que conhece outras línguas além da materna (%) por nível de escolaridade mais elevado completo e línguas que conhece	75
Figura 4.4	Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que conhece outras línguas além da materna (%) por condição perante o trabalho	76
Figura 4.5	Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que conhece outras línguas além da materna (%) por língua mais conhecida	77
Figura 4.6	Frequência de utilização da língua mais conhecida, excluindo a língua materna, para trabalho e/ou estudo e para lazer, com família e amigos pelos indivíduos dos 18 aos 64 anos.....	79
Figura 4.7	Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que leu livros como actividade de lazer (%) por sexo, grupo etário, nível de escolaridade mais elevado completo e condição perante o trabalho	80

Figura 4.8	Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos (%) por sexo e frequência de leitura de jornais	81
-------------------	--	----

Capítulo V

Figura 5.1	Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que não participou em actividades de educação, formação e aprendizagem (%) por sexo, escalões etários e nível de escolaridade mais elevado completo	84
Figura 5.2	Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que não participou em actividades de educação, formação e aprendizagem (%) por sexo e nível de escolaridade atingido pelo pai e pela mãe	85
Figura 5.3	Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que não participou em actividades de educação, formação e aprendizagem (%) por sexo e condição perante o trabalho	86
Figura 5.4	Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que não participou em actividades de educação, formação e aprendizagem (%) por profissão	87
Figura 5.5	Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que não participou em actividades de educação, formação e aprendizagem (%) por escalão de rendimento mensal líquido	88
Figura 5.6	Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que não participou em actividades de educação, formação e aprendizagem (%) por nível de competências TIC	89
Figura 5.7	Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que não participou em actividades de educação, formação e aprendizagem (%) por conhecimento de outras línguas além da materna, leitura de livros como actividade de lazer, média de livros lidos e frequência de leitura de jornais	90

Capítulo VI

Figura 6.1	Variação do rendimento mensal líquido (%) dos indivíduos com idade entre 18 e 64 anos - coeficientes estimados com o modelo base (variáveis de capital humano)	102
-------------------	--	-----

Figura 6. 2 Variação do rendimento mensal líquido (%) dos indivíduos com idade entre 18 e 64 anos - coeficientes estimados com o modelo completo (variáveis de capital humano, profissão, características da empresa e região)..... 103

Figura 6. 3 Variação do rendimento mensal líquido (%) dos indivíduos com idade entre 18 e 64 anos por antiguidade na empresa - coeficientes estimados com o modelo completo (variáveis de capital humano, profissão e características da empresa) 104

Capítulo VII

Figura 7.1 Variação na probabilidade de completar um nível de escolaridade (ponto percentual) dos indivíduos com idade entre 18 e 64 anos por nível de escolaridade atingido pelo pai 110

Figura 7.2 Variação na probabilidade de completar um nível de escolaridade (ponto percentual) dos indivíduos com idade entre 18 e 64 anos por nível de escolaridade atingido pela mãe..... 111

Figura 7.3 Variação na probabilidade de completar um nível de escolaridade (ponto percentual) dos indivíduos com idade entre 18 e 64 anos por condição perante o trabalho do pai..... 112

Figura 7.4 Variação na probabilidade de completar um nível de escolaridade (ponto percentual) dos indivíduos com idade entre 18 e 64 anos por grupo etário 114

Capítulo II

Quadro 2.1	Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de aprendizagem ao longo da vida, em educação formal e não formal (%) por local de residência (NUTS-2002)	47
Quadro 2.2	Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de aprendizagem ao longo da vida e em educação não formal (%) por escalão de rendimento mensal líquido	52
Quadro 2.3	Distribuição das actividades de educação formal e não formal (%) por área de educação e formação	57
Quadro 2.4	Indicadores de educação formal e não formal	60

Capítulo III

Quadro 3.1	Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de aprendizagem informal (%) por meios de aprendizagem, grupo etário e nível de escolaridade mais elevado completo.....	68
Quadro 3.2	Distribuição das actividades de aprendizagem informal (%) por área de educação e formação	70
Quadro 3.3	Distribuição das actividades de aprendizagem informal (%) por sexo, grupo etário, nível de escolaridade mais elevado completo e área de educação e formação	71

Capítulo IV

Quadro 4.1	Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que conhece outras línguas além da materna (%) por tipo de conhecimento da língua.....	78
-------------------	---	----

Capítulo VI

- Quadro 6.1** Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos (%) por condição perante o trabalho e condição perante o trabalho um ano antes 94
- Quadro 6.2** Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos não participantes em educação, formação e aprendizagem (%) por condição perante o trabalho e condição perante o trabalho um ano antes..... 95
- Quadro 6.3** Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de educação formal (%) por condição perante o trabalho e condição perante o trabalho um ano antes..... 96
- Quadro 6.4** Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de educação formal por razões principalmente profissionais (%) por condição perante o trabalho e condição perante o trabalho um ano antes..... 97
- Quadro 6.5** Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de educação não formal (%) por condição perante o trabalho e condição perante o trabalho um ano antes..... 98
- Quadro 6.6** Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de educação não formal por razões principalmente profissionais (%) por condição perante o trabalho e condição perante o trabalho um ano antes..... 98
- Quadro 6.7** Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de aprendizagem informal (%) por condição perante o trabalho e condição perante o trabalho um ano antes..... 99

Capítulo VII

- Quadro 7.1** Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos (%) por nível de escolaridade mais elevado completo e nível de escolaridade atingido pelo pai ... 108
- Quadro 7.2** Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos (%) por nível de escolaridade mais elevado completo e nível de escolaridade atingido pela mãe.. 108

ANEXO 1. QUADROS DE RESULTADOS – EDUCAÇÃO FORMAL	121
ANEXO 2. QUADROS DE RESULTADOS – EDUCAÇÃO NÃO FORMAL	131
ANEXO 3. QUADROS DE RESULTADOS – APRENDIZAGEM INFORMAL	141
ANEXO 4. QUADROS DE RESULTADOS – APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA	151
ANEXO 5. QUADROS DE RESULTADOS – NÃO PARTICIPAÇÃO	161
ANEXO 6. QUADROS DE RESULTADOS – LÍNGUAS	171
ANEXO 7. MODELOS DE ESTIMAÇÃO	179
ANEXO 8. CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DAS ACTIVIDADES DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO (CNAEF) – QUADRO SINÓPTICO DE CLASSIFICAÇÃO DAS ÁREAS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO	193

SUMÁRIO EXECUTIVO EXECUTIVE SUMMARY

A aprendizagem ao longo da vida assume uma importância crucial no contexto da sociedade da informação e do conhecimento, onde a aquisição de competências e a sua permanente actualização constituem o princípio orientador que permite uma efectiva inserção numa economia e sociedade assentes no conhecimento.

Constituindo-se como um dos pontos chave da Estratégia de Lisboa, a aprendizagem ao longo da vida está referenciada como um dos indicadores estruturais para aferir o progresso no sentido de atingir o objectivo estratégico global de tornar *a Europa na economia do conhecimento mais competitiva e dinâmica do mundo, capaz de um crescimento económico sustentável, acompanhado da melhoria quantitativa e qualitativa do emprego e de maior coesão social.*

O Inquérito à Educação e Formação de Adultos (IEFA) decorre justamente da necessidade de desenvolver uma base de conhecimento nacional e internacional e uma infra-estrutura estatística sobre a aprendizagem e educação de adultos. Esta operação estatística, que o Instituto Nacional de Estatística conduziu em 2007, realizou-se em todos os Estados-Membros da União Europeia, seguindo as recomendações metodológicas do Eurostat.

Tendo por base as temáticas abordadas no inquérito – participação dos adultos em actividades de educação e aprendizagem nos domínios formal, não formal e informal – os resultados do IEFA, que se apresentam nesta publicação, estruturam-se em três grandes domínios: caracterização dos indivíduos face à aprendizagem; impactos que a mesma tem na sua vida; e transmissão intergeracional da educação.

Lifelong learning is a subject of major interest in the context of the knowledge and information society, where the acquisition of competencies and its continuous updating are the basis for the effective participation into a knowledge-based economy.

Being a key component in the Lisbon Strategy, lifelong learning is one of the core indicators for monitoring progress towards the strategic objective of making the European Union the most competitive economy in the world and achieving a sustained economic growth, along with a quantitative and qualitative increase in employment and higher social cohesion.

The Adult Education Survey (AES) has been developed in the context of an increasing demand for information on adult education and learning, in order to develop a statistical framework concerning adult education learning. This survey, carried out by Statistics Portugal in 2007, took place in all European Union Member States, following methodological guidelines issued by Eurostat.

Based on the subjects covered in the survey – adult participation in formal and non-formal education and training and informal activities – the results of the AES are presented in this publication organized in three major domains: characterization of individuals and the learning activities; learning impacts in individuals' life; and the intergenerational transmission of education.

OS INDIVÍDUOS FACE À APRENDIZAGEM

Em 2007, 30,9% dos indivíduos com idade entre 18 e 64 anos participaram em pelo menos uma actividade de aprendizagem ao longo da vida, ou seja, desenvolveram alguma actividade de educação formal (12,0%) ou não formal (23,1%). No mesmo período, 40,8% realizaram alguma actividade de aprendizagem informal, decorrente da sua vida quotidiana, desenvolvida numa base de auto-aprendizagem.

A natureza distintiva destes três tipos de actividades, desde logo em termos de estruturação e de grau de formalização das mesmas, é evidenciada na definição do perfil tipo do participante em cada uma delas. Os resultados mostram genericamente uma elevada participação nos diferentes tipos de educação, formação e aprendizagem dos indivíduos mais jovens, estudantes e activos, mais escolarizados, com competências no domínio das línguas e em Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), leitores de livros e de jornais. O peso que cada uma destas variáveis assume na decisão de participação por parte dos indivíduos é, porém, diferenciado, assim como diferenciado é o seu contributo para cada uma das componentes da aprendizagem em análise.

A proporção de participação em educação formal é muito determinada pela participação dos indivíduos com idade em que é considerada habitual a frequência da escolaridade – 49,1% dos que têm entre 18 e 24 anos participaram em educação formal. A participação em actividades de educação formal é uma decisão determinada na sua quase totalidade pelo nível de escolaridade do indivíduo, observando-se um grande determinismo, no sentido de forte associação estatística entre a decisão de participação em actividades de educação formal e o nível de escolaridade. Esta forte associação também é visível para os indivíduos cuja condição perante o trabalho é a de estudantes.

INDIVIDUALS AND THE LEARNING ACTIVITIES

In 2007, 30.9% of individuals aged between 18 and 64 years old were involved in at least one of lifelong learning activity, i.e., developed some kind of formal (12.0%) or non formal education and training activity (23.1%). In the same reference period, 40.8% developed some informal learning activity in a self-learning basis in their everyday life.

In each type of education and training activities the different participants profile shows the distinctive nature of those activities, namely regarding the structure and the formal nature. In general, the results show a high participation rate in different types of education and training and learning activities for younger individuals, students and active persons, higher educated individuals, with languages and information and communication technologies (ICT) skills and reading habits. However, each of these variables carries a different influence in the decision to participate and contributes differently for each learning activity.

The formal education and training participation rate is strongly determined by individuals in ordinary school age – 49.1% of individuals aged between 18 and 24 years old have participated in those activities. The decision to participate in formal education and training activities is almost totally determined by the individuals' level of education. The same strong co-relation is present for students.

Na educação não formal e na aprendizagem informal, ainda que a participação seja mais expressiva nos indivíduos com idade até aos 34 anos, observa-se uma distribuição menos diferenciada entre os vários grupos etários do que na educação formal. A análise do impacto da idade na probabilidade de participação em aprendizagem ao longo da vida, educação não formal e aprendizagem informal, quando se isola esse impacto, demonstra o efeito positivo reduzido ou não significativo desta variável.

Mais do que a idade, o nível de escolaridade mais elevado completo revela-se determinante na participação em educação, formação e aprendizagem. A evidência estatística de que os indivíduos com níveis de escolaridade mais altos apresentam proporções de participação acima da média é confirmada pela análise dos modelos de probabilidade de participação estimados. O nível de escolaridade mais elevado concluído tem um efeito significativo e positivo na probabilidade de participação em actividades de aprendizagem ao longo da vida, educação não formal e aprendizagem informal, particularmente evidente nos dois primeiros tipos considerados.

A proporção de participação varia na razão directa do nível de escolaridade, exceptuando a educação formal, em relação à qual decorre intrinsecamente uma maior proporção de participantes com escolaridade de nível secundário/pós-secundário (30,6%). Dos indivíduos que possuem escolaridade superior, 65,0% estiveram envolvidos em actividades de aprendizagem ao longo da vida, 57,0% em educação não formal e 71,4% em aprendizagem informal.

À medida que se passa para níveis de escolaridade mais elevados, aumenta a probabilidade de participar nas referidas actividades. Por comparação com os indivíduos que não têm qualquer escolaridade completa, a probabili-

Despite the higher participation for individuals aged up to 34 years old, participation rates across age groups are more likely in non-formal education and training and informal learning activities than in formal education. When measured isolated the impact of age on the probability of participation in lifelong learning, in non-formal education and training and informal learning activities, makes clear that age has a limited or non significant positive effect.

More than the age, the highest level of education successfully completed becomes determinant in education, training and learning participation. The statistical evidence that the most qualified individuals (in terms of formal education) have higher proportions in participation is also confirmed by the models of estimated participation probability. The highest level of education successfully completed has a significant and positive effect on the probability of participation in lifelong learning, non-formal education and training and informal learning activities, particularly in the first and second groups.

Participation varies directly with the level of education, except for formal education and training, in which the highest participants proportion is for individuals with upper secondary/post-secondary education (30.6%); 65.0% of individuals with tertiary education were involved in lifelong learning, 57.0% in non-formal education and 71.4% in informal learning.

As we move upwards in the level of education, the probability of participating in the mentioned activities increases. The probability of participation in lifelong learning, in non formal education and training and informal learning of individuals

dade de quem tem escolaridade superior participar em aprendizagem ao longo da vida, em educação não formal e em aprendizagem informal é superior em 78,3 pontos percentuais (p.p.), 77,0 p.p. e 56,1 p.p., respectivamente.

Estudantes, empregados e desempregados são as categorias de condição perante o trabalho que apresentam maiores proporções de participação em aprendizagem ao longo da vida, respectivamente, 96,9%, 32,2% e 24,4% e em educação não formal, 30,5%, 28,2% e 13,8%, respectivamente.

Ser activo (empregado ou desempregado) e estudante tem associado um efeito positivo na probabilidade de participação nestas actividades. Considerando a aprendizagem ao longo da vida, face aos domésticos, os estudantes têm associada uma probabilidade de participação superior em 77,1 p.p., os empregados 23,2 p.p. e os desempregados 22,9 p.p..

Semelhante análise para as actividades de educação não formal, utilizando o mesmo grupo de referência, revela que a probabilidade de realizar actividades de educação não formal é superior em 24,8 p.p. se o indivíduo for estudante, em 19,7 p.p. se for empregado e em 12,2 p.p. se for desempregado.

Ao nível da aprendizagem informal, os estudantes (57,3%), os empregados (43,1%) e os desempregados (42,6%) são também quem apresenta proporções de participação acima da média, ainda que em relação a este tipo de aprendizagem a condição perante o trabalho não apresente um efeito significativo.

Ao conhecimento de outras línguas para além da língua materna associam-se proporções de participação em actividades de educação, formação e aprendizagem mais elevadas. Quase metade dos indivíduos que conhece outras

with tertiary education is 78.3 percentage points (p.p.) and 56.1 p.p. higher, respectively, than for those with no formal education.

Higher rates of participation in lifelong learning and non-formal education and training activities are observed for: students, 96.9% and 30.5%, respectively; for employees, 32.2% and 28.2%, respectively; and for unemployed, 24.4% and 13.8% respectively.

The probability of participation in learning activities is higher for employees, unemployed persons and students; when compared to those performing domestic tasks the rates of participation are much higher: 77.1 p.p. for students, 23.2 p.p. for employees and 22.9 p.p. for unemployed.

Similar analysis for non-formal education and training activities for the same group shows higher probability of participation for students (24.8 p.p.) for employees (19.7 p.p.) and for unemployed (12.2 p.p.).

Students (57.3%), employees (43.1%) and unemployed (42.6%) show also participation rates higher than average in informal learning. However, labour status does not show any significant effect on informal learning activity.

Language skills, excluding mother tongue, are associated with higher participation rates in education, training and learning activities. Almost half of the individuals with language skills participated in lifelong learning (47.9%);

línguas participou em qualquer actividade de aprendizagem ao longo da vida (47,9%), cerca de um quinto em educação formal (19,4%) e mais de um terço (36,0%) em educação não formal, proporções que comparam com 12,4%, 4,0% e 9,1% entre os indivíduos que referem não ter esse tipo de conhecimento.

O conhecimento de outras línguas para além da língua materna tem uma relação positiva e significativa com a participação em actividades de aprendizagem ao longo da vida e de educação não formal. Por comparação com os que conhecem apenas a língua materna, os indivíduos que conhecem pelo menos uma língua estrangeira têm associada uma probabilidade de se envolverem naquelas actividades superior em 9,6 p.p. e em 8,8 p.p., respectivamente.

Quanto às TIC, a uma maior frequência de utilização de computador e de Internet associa-se um aumento da proporção de participantes em aprendizagem ao longo da vida (bem como das duas dimensões que a compõem, educação formal e não formal) e em aprendizagem informal.

A passagem para níveis de competências TIC mais elevados faz-se acompanhar por um aumento da proporção de participantes em todos os indicadores. Dos peritos em informática, 65,6% participaram em aprendizagem ao longo da vida; 32,3% em educação formal; 46,7% em educação não formal; e 68,7% em aprendizagem informal. Estes valores comparam com, respectivamente, 7,2%, 1,1%, 6,4% e 19,0% dos indivíduos que não sabem utilizar computador.

As competências TIC aumentam a probabilidade de participação nas actividades de aprendizagem ao longo da vida, educação não formal e aprendizagem informal. O cálculo da probabilidade de participação nestas actividades em

about one fifth participated in formal education and training (19.4%) and more than one third (36.0%) participated in non formal education and training. Individuals who do not have those language skills participated with much lower intensity: 12.4%, 4.0% and 9.1%, in each learning activity.

Language skills and participation in lifelong learning and in non-formal education activities are positively and highly associated. The probability for individuals with language skills of being involved in those activities is 9.6 p.p. and 8.8 p.p. higher than for those who only know their mother tongue.

Concerning ICT skills, a higher frequency of computer and Internet usage is associated with an increased participation rate in lifelong learning participation rate (both in formal and non formal education and training, as well) and in informal learning.

Higher ICT skills lead to high participation rates: 65.6% of ICT expert users participated in lifelong learning; 32.3% in formal education and training; 46.7% in non-formal education and training; and 68.7% in informal learning. These results compare with 7.2%, 1.1%, 6.4% and 19.0%, respectively, for those individuals who do not know at all how to use a computer.

ICT skills raise the probability of participation in lifelong learning, in non-formal education and in informal learning activities. The estimation of the probability of participation in these activities shows that ICT skills are

função do nível de competências TIC, revela que este domínio de competências tem uma relação positiva e significativa com a participação nas actividades em análise. Face aos indivíduos que não sabem utilizar computador, a probabilidade de um utilizador perito em TIC participar em actividades de aprendizagem ao longo da vida, em educação não formal e em aprendizagem informal é superior em 37,8 p.p., 28,5 p.p. e 27,2 p.p., respectivamente.

OS IMPACTOS DA APRENDIZAGEM

A avaliação do impacto da participação em actividades de aprendizagem ao longo da vida e de aprendizagem informal no desempenho do indivíduo no mercado de trabalho é efectuada numa dupla perspectiva: a) avaliação do impacto da participação em actividades de educação formal, não formal e informal na condição perante o trabalho, através da análise de probabilidade de transição para o mercado de trabalho, em particular para o emprego; b) análise da associação entre participação naquelas actividades e remunerações do trabalho.

Tomando por comparação as transições no mercado de trabalho para a totalidade da população observa-se que à participação em actividades de educação não formal e aprendizagem informal está associada a uma maior percentagem de transições de situações de inactividade para actividade e de desemprego para o emprego do que no caso da participação em educação formal.

Analisando globalmente as transições de desemprego para o emprego – 26,0% para o total da população – é à participação em educação não formal que se associa a mais alta taxa de transição referida, 50,6%, o que compara com 16,3% dos participantes em educação formal e 30,9% dos participantes em aprendizagem informal. A participação em actividades de aprendizagem ao longo da vida por razões profissio-

positively and significantly associated with the participation levels. Compared to those individuals who do not know at all how to use a computer the probability of participation for ICT expert users is 37.8 p.p., 28.5 p.p. and 27.2 p.p. higher, respectively.

THE IMPACTS OF LEARNING

Impact analysis of participation in lifelong learning activities and informal learning on the individual's performance in the labour market is carried out in a twofold way: a) impact of the participation in formal education and training, non-formal education and training and informal learning on the individual's labour market status, through the analysis of the probability of transition into the labour market, in particular to employment; b) analysis of the relationship between those activities and labour market earnings.

The participation in non-formal education and training and in informal learning activities is associated with a higher percentage of transitions between labour market status, i.e. from non-participation to participation and from unemployment to employment, when compared with the transition for the total of the population and for those who participate in formal education.

The participation in non-formal education is associated with the highest transition rate from unemployment to employment (50.6%). This rate compares with 16.3% for those who participate in formal education and training and 30.9% for those who participate in informal learning. The same rate for the whole population is 26.0%.

nais acentua as transições para o mercado de trabalho e do desemprego para o emprego.

Considerando os participantes em educação não formal, conclui-se que: 97,5% dos empregados mantêm essa condição; mais de metade dos desempregados (50,6%) transita para uma situação de emprego; e mais de um quarto dos estudantes transita para o mercado de trabalho, seja para o emprego (18,4%), seja para o desemprego (9,6%).

Da análise da associação entre a participação em actividades de aprendizagem, consideradas formas de aquisição de capacidades que contribuem positivamente para o desempenho do indivíduo no mercado de trabalho, e o nível de rendimentos, observa-se que à participação em actividades de aprendizagem ao longo da vida e em aprendizagem informal está associada uma variação positiva nos rendimentos do trabalho.

O efeito associado à educação não formal varia entre 13,0% quando se considera apenas as variáveis que capturam o capital humano do indivíduo (modelo base – participação em educação não formal, aprendizagem informal, nível de escolaridade completo, antiguidade na empresa e idade) e 6,2% quando se consideram também as outras variáveis, como a profissão, a dimensão da empresa, a actividade económica e a região (modelo completo).

Os efeitos nos rendimentos, tratando-se da aprendizagem informal, variam entre 3,7% (considerando as variáveis de capital humano) e 2,9% (considerando também as outras variáveis). Esta relação estatística é tanto mais relevante quando comparada com a registada noutras formas de acumulação de capital humano identificadas através do inquérito, nomeadamente a educação formal completa e a experiência profissional.

Considering the participants in non-formal education and training, one can conclude that: 97.5% of the employed remain in such status in the labour market; more than half of the unemployed (50.6%) move to employment; and more than one quarter of the students enter the labour market, either to employment (18.4%), or to unemployment (9.6%).

The participation in learning activities is seen as a way to acquire skills that contribute positively to the individual's performance in the labour market, namely earnings. The results show a positive relationship between the participation in lifelong learning and informal learning activities and the labour market earnings.

The effect on earnings associated with non-formal education and training ranges from 13.0%, when only the human capital variables are considered (base model – participation in non-formal education, informal learning, highest level of education successfully completed, tenure, and age), to 6.2%, when other variables are added, namely individual occupation, enterprise size, economic activity of the local unit and region (complete model).

The informal learning activities are associated with an increase in earnings, which ranges from 3.7% (base model) to 2.9% (complete model). These statistical relationships are even more relevant when compared with other forms of human capital accumulation identified in the survey, namely formal education and labour market experience.

Os resultados desta análise para a educação formal evidenciam a forte associação estatística entre o nível de escolaridade e os rendimentos. Cumulativamente, quanto maior a educação formal do indivíduo, maior o seu rendimento. Os coeficientes estimados no modelo base (considerando apenas variáveis de capital humano) representam variações no rendimento desde 8,0% para o nível de escolaridade básico de 1º ciclo, quando comparado com não ter completado qualquer nível de escolaridade, aumentando até 55,1% para o ensino superior, quando comparado com o nível de ensino secundário. Com o modelo completo (capital humano, profissão, características da empresa e região), as variações do rendimento são de 7,8% (1º ciclo), e de 18,9% (superior).

As diferenças dos resultados nos dois modelos estimados – base e completo – são uma indicação de que a educação permite aceder a profissões e empresas com melhores remunerações: as diferenças aumentam com o nível de escolaridade, sendo de 0,2 pontos percentuais para o 1º ciclo e de 36,2 pontos percentuais para o superior.

The results of the analysis for formal education and training show a strong statistical association between the level of education and earnings. The higher the individual's formal education implies higher earnings. The estimated coefficients from the base model imply an increase on earnings that goes from 8% for the 1st cycle of primary education, when compared with no formal education; increasing until 55.1% for tertiary education, when compared with upper secondary education. With the complete model, the earnings changes are 7.8% (1st cycle of primary education) and 18.9% (tertiary education).

The differences between the two estimated models – base and complete – are an indication that education allows the access to occupations and enterprises with higher wages: the differences increase with the level of education, being 0.2 p.p. for the 1st cycle of primary education and 36.2 p.p for tertiary education.

TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL DA EDUCAÇÃO

A avaliação da existência (ou não) de fenômenos de transmissão dos atributos educativos de pais para filhos, em particular, a análise da influência das características dos pais no nível de educação do próprio, evidencia que quanto maior a escolaridade dos pais, maior será a escolaridade do indivíduo. A um maior nível de escolaridade do pai ou da mãe está associada uma maior probabilidade de o indivíduo completar um nível de escolaridade mais elevado (e uma menor probabilidade de completar um nível de escolaridade mais baixo).

A evidência estatística que aponta para uma forte associação positiva entre o nível de escolaridade atingido pelos pais e o nível de escolaridade completo dos indivíduos é suportada pelos resultados da aplicação do modelo relativo à decisão de um indivíduo completar um dado nível de escolaridade. O facto de o pai/mãe terem atingido um nível de escolaridade mais elevado aumenta a probabilidade de o indivíduo completar também um nível mais elevado e, por outro lado, diminui a probabilidade de completar um nível de escolaridade mais baixo.

Confirma-se, assim, a hipótese de existir uma transmissão intergeracional, no sentido de existir uma forte associação entre a educação dos pais e dos filhos. O aumento da escolaridade atingida pelo pai é acompanhado por um aumento na variação da probabilidade de o indivíduo completar o ensino superior: de 7,3 p.p. para um pai com o 1º ciclo até 41,1 p.p. para um pai com o ensino superior. No caso da mãe, essa variação na probabilidade passa de 7,4 p.p. para 37,1 p.p., respectivamente.

INTERGENERATIONAL TRANSMISSION OF EDUCATION

The evaluation of the existence (or not) of transmission of the educational attributes from parents to children, in particular, the influence of the parents characteristics on the individual level of education, indicates that the higher the parents' level of education, the higher will be children's education.

The statistical evidence pointing to a strong association between level of education level reached by parents and the highest education successfully completed by the individual is supported by the results of an estimated model for the individual decision to complete a given level of education. The fact that the father/mother reaches a higher level of education increases the probability that the individual completes also a higher level of education and decreases the probability of completing a lower level of education.

Therefore, the results confirm the hypothesis that there is an intergenerational transmission of education, in the sense that education of parents and children are strongly co-related. The increase in the father's education is associated with an increase in the individual's probability of completing the tertiary education: from 7.3 p.p for a father with the 1st cycle of primary education, to 41.1 pp for a father with the tertiary education level. In the case of the mother probabilities are 7.4 p.p and 37.1 p.p, respectively.

Nesta publicação apresentam-se os principais resultados do Inquérito à Educação e Formação de Adultos (IEFA). Este inquérito abrange a população com idade entre 18 e 64 anos e observa a participação de adultos em actividades de aprendizagem intencional desenvolvidas ao longo da vida, em contextos formais, não formais ou informais, com o objectivo de adquirir, desenvolver ou melhorar conhecimentos, aptidões, no quadro de uma perspectiva pessoal, cívica, social e/ou profissional. O inquérito, realizado no final do ano de 2007, tem como referência os 12 meses prévios à realização da entrevista, âmbito temporal subjacente à referência “últimos 12 meses” usada nesta publicação.

Com o intuito de caracterizar os indivíduos face à participação em actividades de educação formal e não formal e de aprendizagem informal, privilegiou-se nesta apresentação de resultados a identificação de três grupos principais: os que participaram em actividades de aprendizagem ao longo da vida, ou seja, em actividades de educação formal ou não formal; os que participaram em actividades de aprendizagem informal; e, por fim, os que não participaram em qualquer das referidas actividades.

A identificação e caracterização destes grupos de indivíduos, a par da caracterização das actividades de educação, formação e aprendizagem em que estiveram envolvidos, visa, genericamente, perceber o seu nível de envolvimento em actividades de educação, formação e aprendizagem, tentando compreender de que forma consideram necessário aprofundar e adquirir conhecimentos; aferir o tempo investido e os gastos em educação formal e não formal; apurar as razões pelas quais os indivíduos não participam neste tipo de actividades; avaliar os impactos da participação em actividades educativas, formativas e de aprendizagem na situação do indivíduo no mercado de trabalho, em termos de condição perante o trabalho e de rendimento; bem como identificar os efeitos da educação e condição perante o trabalho dos pais no desempenho dos indivíduos em matéria de educação.

Para além do enquadramento destes grupos de indivíduos, tendo por base as variáveis sociodemográficas, complementado com a análise dos impactos das mesmas em termos de variação nas probabilidades de participação nos vários tipos de educação e formação, incluiu-se na análise duas áreas consideradas fundamentais para entender os aspectos chave da participação na educação, formação e aprendizagem, a saber, as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) e as habilitações ao nível das línguas estrangeiras. O objectivo, entre outras coisas, é perceber se há relação entre o nível de competências naqueles domínios e a participação em actividades de educação, formação e aprendizagem.

Assim, partindo de um breve enquadramento teórico que sustenta as temáticas abordadas na publicação, designadamente, aprendizagem ao longo da vida, capital humano e ciclos de vida

(capítulo I), apresentam-se os principais resultados do IEFA, com a caracterização dos participantes em aprendizagem ao longo da vida e respectivas actividades (Capítulo II) e dos participantes em aprendizagem informal (Capítulo III). Segue-se a análise de outros conhecimentos, línguas estrangeiras e hábitos de leitura de livros e jornais (Capítulo IV) e caracterizam-se os não participantes, no âmbito da análise da dimensão da não participação em educação, formação e aprendizagem (Capítulo V). Os últimos dois capítulos são dedicados aos impactos, quer pela análise dos ganhos da participação em actividades educativas ao nível da condição perante o trabalho dos indivíduos e das remunerações provenientes do trabalho, no âmbito dos impactos da aprendizagem ao longo da vida (Capítulo VI), quer pela avaliação dos efeitos da educação e da condição perante o trabalho dos pais no percurso educativo dos filhos (Capítulo VII).

CAPÍTULO I.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO DA APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA (ALV)

I.I. INTRODUÇÃO

Como tem vindo a suceder em muitos outros domínios sociais, a análise da aprendizagem ao longo da vida tem sido sujeita a múltiplos desafios nesta fase que se tem convencionado designar por transição entre paradigmas.

A complexidade crescente dos processos sociais e humanos, resultante da transformação pós-industrial e que se acentua com a actual fase da globalização, não é de forma alguma estranha àqueles desafios sucessivos. Por um lado, os anteriores espaços estanques dos diferentes domínios científicos mostram-se agora insuficientes para abarcar a múltipla dimensão de que os processos sociais se revestem. No domínio em apreço, constituindo embora a Economia da Educação e da Formação o campo científico de referência, é impossível não considerar os contributos e as metodologias de outros domínios do conhecimento, designadamente os da Economia do Trabalho e da Sociologia da Educação. Assim, o enquadramento teórico destes processos que actualmente marcam o tecido das nossas sociedades, como sucede com os de aprendizagem ao longo da vida, vai beber a múltiplas influências científicas, num esforço de construção contínua e inevitavelmente transdisciplinar.

Por outro lado, vem-se agravando a natureza contingente e societal – isto é, espacial e temporalmente relativa – de muitos dos conceitos e metodologias tradicionais de abordagem, impondo-se a necessidade de se conceberem modelos de reflexão mais exigentes, sujeitos à periodicidade do teste empírico, ao mesmo tempo mais flexíveis também. O conceito de formação inicial e o modelo de análise que a modernidade lhe atribuiu ajudam bem a concretizar este aspecto: um ciclo inicial de frequência escolar, incluindo uma componente obrigatória, formalizada e certificada, tendencialmente suportado por um currículo oficial dominante, quando não único, seguindo um percurso desejavelmente linear, ininterrupto e a concluir antes da inserção no mercado de trabalho. Exemplos como este falam por si só da necessidade de revisão conceptual e metodológica a que se tem assistido.

Heterogeneidade e diversidade de processos, papéis e comportamentos constituem, a par da complexidade, outros elementos estruturantes da evolução social nos dias de hoje. No que respeita à aprendizagem – ou aprendizagens – ao longo da vida, alguns dos mais importantes desafios aos modelos de análise tradicionais decorrem do facto de existir actualmente uma multiplicidade de fontes e formas de aprendizagem, da possibilidade de os indivíduos desempenharem ao mesmo tempo, e não necessariamente em distintos períodos, diferentes papéis, podendo ser, por exemplo, estudante, trabalhador, pai/mãe de família.

A complexidade da evolução dos processos de educação e formação, obrigando à necessidade de metodologias de análise mais robustas, encontrou projecção na revisão crítica das próprias teorias de referência, se bem que não sem resistência por parte das escolas de pensamento e abordagens consagradas. É desse processo de transição teórica que se dá conta no ponto seguinte.

I.II. DAS TEORIAS DO CAPITAL HUMANO ÀS ABORDAGENS DOS CICLOS DE VIDA

As teorias de referência dos processos de educação e formação decorrem em grande medida de contributos surgidos após a II Guerra Mundial, em plena fase de recuperação e desenvolvimento das economias modernas. O contexto era então propício ao reforço da provisão dos bens públicos essenciais, como educação e saúde, por parte dos governos centrais das economias mais fortes; mas as próprias condições do desenvolvimento e crescimento económico o tornavam também uma condição indispensável: Mark Blaug (1991) sublinha que o crescimento sustentado da economia inglesa só se tornou possível a partir do limiar dos 40% alfabetizados. Por outro lado, o amadurecimento com expansão não saturada dos mercados de trabalho assegurava fluxos regulares e sustentados de inserção laboral dos diplomados que sucessivamente iam deixando o sistema de ensino, quando não se verificava mesmo uma pressão pela procura de mão de obra qualificada por parte dos processos produtivos.

Numa fase de evolução social muito marcada pela mobilidade intergeracional facilmente se identificava a progressão escolar como o principal motor daquela mobilidade e se lhe associava o aumento efectivo do nível médio de rendimentos, individual e familiar, como o principal indicador de sucesso.

Caracterizava ainda aquele contexto um perfil de progresso técnico radicalmente distinto do dos dias de hoje: ainda muito incipientes, salvo em dois ou três domínios avançados, os esforços de investigação e desenvolvimento iam dando lugar a inovação tecnológica passível de utilização transversal em diversos processos de transformação industrial e nas actividades de serviços em desenvolvimento. Sendo geralmente de ciclo mais longo, não se colocavam como agora, aos processos de inovação, os riscos de rápida obsolescência temporal, de inevitável renovação tecnológica por imperativos de concorrência e de consequente desajustamento frequente das qualificações dos trabalhadores. Os episódios de desemprego a meio da vida activa, de necessidade de reconversão profissional e, até, de frequência de acções de formação eram, então, de natureza relativamente esporádica.

Foi nesta fase de evolução que se desenvolveram as Teorias do Capital Humano (TCH)¹. As suas hipóteses fortes de linearidade e não descontinuidade da educação formal, de transição quase automática e de fácil ajustamento entre escola e mercado de trabalho, de continuidade da relação laboral após a inserção, não se encontravam em geral postas em causa pela realidade. Como os processos de desenvolvimento em curso se faziam também acompanhar do processamento de

¹ Ver, por exemplo, Becker (1964, 1993, 3ª edição) e Mincer (1974).

ENQUADRAMENTO TEÓRICO DA APRENDIZAGEM
AO LONGO DA VIDA (ALV)

níveis médios de remuneração mais elevados do que na fase precedente, não deixava de ser natural a atribuição de tais acréscimos de rendimentos à elevação dos níveis de escolaridade e formação inicial. E, desse modo, a regra básica de decisão individual associada ao *trade off* prolongamento da escolaridade/mais rápida inserção laboral fazia depender a decisão de prosseguimento de estudos do acréscimo expectável do nível de remuneração, acumulado até à idade da reforma, uma vez descontados os vários tipos de custos com formação e aplicada a taxa de actualização ou de preferência pelo presente.

Uma linha fundamental de crítica a este modelo base tem a ver com o facto de ele abstrair quase por completo da procura de trabalho e das restrições por ela impostas, admitindo-se a soberania do investidor individual em educação. Nesse sentido, algumas abordagens visando a revisão daquelas hipóteses extremas começaram a ganhar terreno e, de entre as mesmas, as que se preocupavam com a consideração explícita dos processos de aprendizagem após o início de uma actividade profissional.

Com efeito, se bem que os teóricos de referência do capital humano, e designadamente Jacob Mincer, não tivessem deixado de considerar o efeito da experiência profissional sobre a acumulação daquele capital, pouco avançaram nesse domínio. Ficou a dever-se a contributos posteriores, como o de Willis (1987), o desenvolvimento de uma metodologia de abordagem suficientemente robusta para poder levar em conta alguns dos principais traços característicos da evolução entretanto verificada: a cada vez maior morosidade dos processos de inserção e a recorrência das situações de separação laboral, por inactividade ou desemprego, em vez de momentos de passagem automática da formação inicial para o mercado de trabalho (*overtaking year*) e de continuidade da relação laboral durante o ciclo de vida.

A consciencialização da ocorrência e multiplicidade das situações de descontinuidade laboral não era neutra, muito pelo contrário, do ponto de vista das aprendizagens individuais, influenciando não só as decisões e os resultados da educação formal inicial como condicionando também as formas de aquisição posterior de qualificações e competências. Com efeito, admitia-se já então que o processo geral de qualificação individual seria tanto mais robusto quanto mais desenvolvida a escolaridade inicial e mais bem sucedida a sua combinação com a sucessão das aquisições profissionais em ciclo de vida. Por outro lado, fazia-se intervir o efeito de desgaste do capital humano sucessivamente constituído associando-o quer aos momentos de inactividade e desemprego, quer ao efeito de obsolescência geral na última fase do ciclo de vida (*vide* Caixa 1.1).

CAIXA 1.1

FORMALIZAÇÃO GERAL DAS TEORIAS DE CICLO DE VIDA

De forma esquemática, o modelo proposto por Willis (1987) pode apresentar-se nos seguintes termos:

$$dK / dt = K_0 h \sum_{i=1}^n K_{t,i} - \hat{\partial} \sum_{j=1}^u K_{t,j}$$

em que dK / dt representa a “taxa de acumulação do capital humano”, ou seja, o processo de aprendizagem individual ao longo do ciclo de vida, K_0 as qualificações adquiridas no processo de escolarização inicial, $K_{t,i}$ os tempos de emprego, $h \sum_{i=1}^n K_{t,i}$ o somatório das aprendizagens (qualificações e competências) realizadas, a uma taxa h , durante os n períodos de empregos sucessivos i , $K_{t,j}$ os períodos de desemprego ou inactividade e $\hat{\partial} \sum_{j=1}^u K_{t,j}$ a influência do desgaste do “capital humano” que tem lugar ao longo dos vários tempos de desemprego e inactividade - $\sum_{j=1}^u K_{t,j}$ - a uma taxa de obsolescência, $\hat{\partial}$.

Do ponto de vista do presente capítulo, este tipo de abordagens reveste-se de particular importância. Antes de mais, apresentam um modelo de aprendizagem ao longo da vida no qual a componente de educação formal não constitui senão um dos elementos integrantes. Depois, porque introduzem explicitamente o papel da qualificação experiencial em contexto de trabalho, uma das componentes fundamentais da aprendizagem informal. E, ao fazê-lo, procuram revelar que tal aprendizagem está longe de ser homogênea, antes dependendo, entre outros aspectos, das características das sucessivas ocupações profissionais e da capacidade qualificante das mesmas.

Não menos importante é a consideração da descontinuidade das situações perante o emprego que estes modelos propõem e às quais associam o desgaste sucessivo de qualificações e competências que tem lugar durante os períodos de desemprego ou inactividade, processo cuja intensidade a taxa de obsolescência permite interpretar. De uma maneira geral, considera-se que períodos mais longos de desemprego e/ou inactividade conduzirão a intensidades de desgaste mais elevadas, se nada for feito para o compensar, designadamente sob a forma de formação profissional para desempregados, seja de reconversão, tecnológica, aperfeiçoamento profissional, ou de aprendizagem não formal. Destas abordagens decorre pois, directamente, a interdependência que existe entre as várias componentes de aprendizagem.

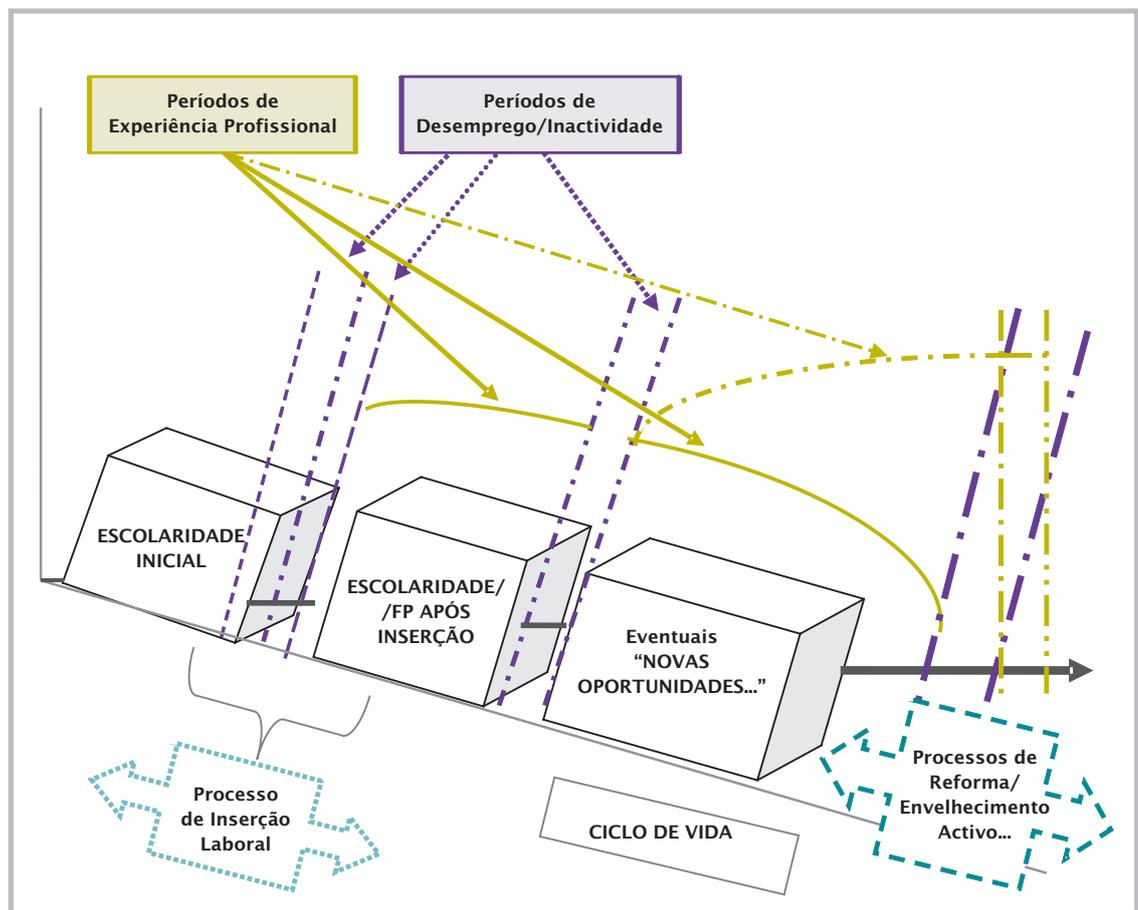
O modelo de Willis (1987) bem como os desenvolvimentos que inspirou são considerados como os contributos fundadores das teorias dos ciclos de vida (TCV). Com efeito, a noção de interdependência temporal e funcional entre diferentes momentos e situações de aprendizagem, ao longo das trajectórias individuais de formação e trabalho, constitui o seu eixo estruturante. No entanto, outras dimensões precisariam ainda de ser consideradas para uma análise mais robusta das condições de aprendizagem de adultos nas sociedades em que vivemos.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO DA APRENDIZAGEM
AO LONGO DA VIDA (ALV)

Antes de mais, há que relembrar a condição de múltiplo agente, conducente à diversidade de papéis simultâneos em que os indivíduos se encontram nos nossos dias. Assim, entende-se especialmente útil a noção de trajectória múltipla - de aprendizagem, de emprego, de transição familiar...- que compõe o ciclo de vida individual. Uma possibilidade de representação de tais trajectórias é traduzida pela figura seguinte:

A Aprendizagem nos Ciclos de Vida

Figura 1.1



Fonte: Chagas Lopes (2007)

Na Figura representam-se dois tipos de trajectórias individuais - de aprendizagem (nos três blocos) e de inserção laboral e actividade/experiência profissional, não deixando de considerar aqui as situações de descontinuidade de emprego e/ou actividade nem a transição para a reforma, desejavelmente também um processo gradual de (re)qualificação e separação de actividade.

Não se representam, deliberadamente, as trajectórias familiares, ou seja os processos associados às transições da família de origem para a(s) família(s) constituída(s) e/ou reconstituída(s). No entanto, facilmente se pode deduzir justaporem-se estas trajectórias às duas anteriores, só tendo sido omitidas por simplificação de representação. A sua influência nos processos que estamos a considerar é, sem dúvida, decisiva.

A concepção subjacente às teorias dos ciclos de vida faz salientar o papel chave que a idade representa nos processos de aprendizagem (e também nas relações com a família e o mercado de trabalho). Esta variável constitui, sem dúvida, uma das características individuais das quais mais dependem aqueles processos. No que respeita às TCH, que já abordavam parcialmente a sua influência, a preocupação fundamental radicava no postulado da vantagem de um “investimento em capital humano” tão precoce quanto possível: não só para coincidir com a fase da vida mais favorável à aprendizagem e menos propensa à obsolescência, como também para que o período de recuperação dos ganhos do investimento – decorrente entre a inserção profissional e a reforma – se pudesse alongar ao máximo.

Mas são as teorias do ciclo de vida que melhor permitem a consideração dos efeitos da idade nos processos de aprendizagem. Alargando a intervenção destes a todo o ciclo de vida, como descrevemos anteriormente, e combinando-os com as várias situações possíveis perante o emprego e a actividade, as TCV introduzem muito maior realismo na análise dos efeitos da idade: tornam possível, designadamente, revelar como em idades mais avançadas se tornam mais nefastos os períodos de desemprego, como a probabilidade de reencontrar uma nova ocupação, sendo então mais difícil, deverá exigir ainda mais em enquadramento pela educação, formação e aprendizagens não formais, como se corre mais o risco de perder motivação para aderir a novas formas de requalificação e aprendizagem.

Também a variável sexo, outra das características individuais que mais influem nos processos em consideração, ganha em possibilidade de interpretação à luz das TCV, especialmente ao permitir levar em conta também a influência das trajectórias familiares. Ao nível da educação formal inicial, uma abundante literatura faz ressaltar os melhores resultados escolares médios dos jovens do sexo feminino quando em igualdade de circunstâncias de tipo de formação e idade com os jovens do sexo masculino. No entanto, algum sobre investimento em formação por parte das raparigas, para o qual parecem apontar alguns estudos e análises recentes, tende ainda, em geral, a surtir menos efeito em termos de mobilidade profissional do que seria de esperar, sobretudo devido a uma maior dificuldade de inserção laboral e ainda a uma maior frequência de processos de separação do mercado de trabalho, frequentemente por razões familiares.

Apesar de tudo, e muito provavelmente devido à tendência crescente para o reforço das suas qualificações de base, as mulheres adultas aparecem muitas vezes em percentagem mais elevada do que os homens em acções de educação e formação. A desagregação de tais acções de acordo com a sua natureza formal/não formal/informal, a consideração simultânea da idade e da trajectória familiar de mulheres e homens constitui, neste domínio, um percurso metodológico fundamental para a dedução de quaisquer conclusões com base no género.

ENQUADRAMENTO TEÓRICO DA APRENDIZAGEM
AO LONGO DA VIDA (ALV)

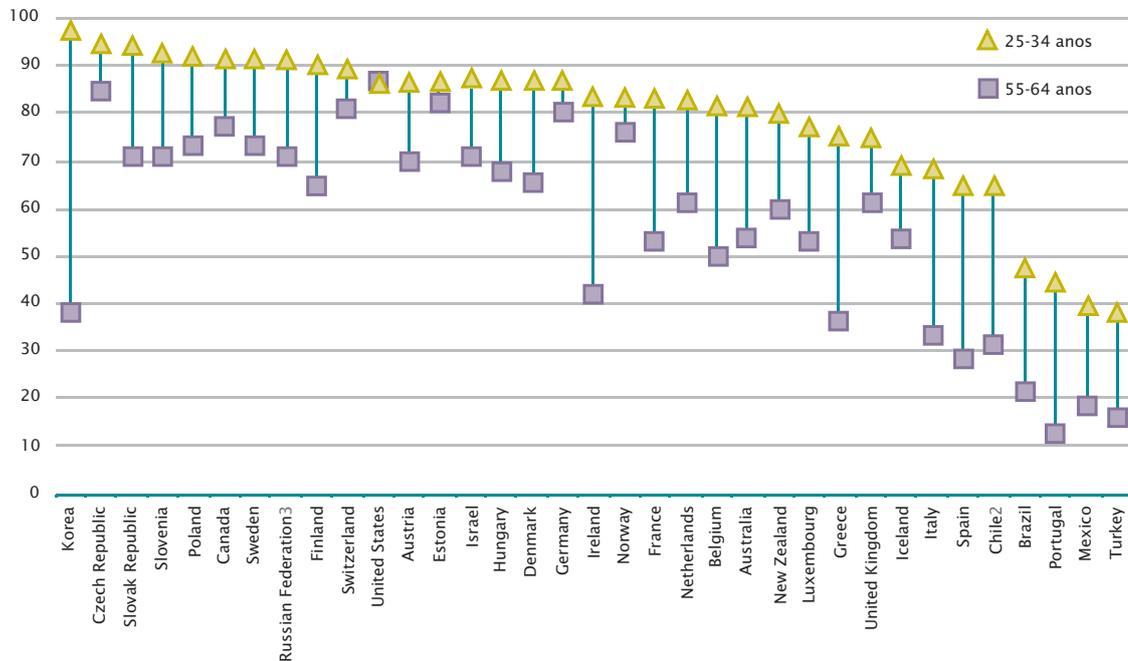
I.III. O ACESSO À EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

Embora tenham evoluído no sentido de uma muito maior aproximação à realidade, os modelos passados em revista apresentam ainda limitações no que respeita às condições individuais de acesso e apropriação dos processos de educação e formação.

Uma dessas limitações tem a ver com o que habitualmente se designa por **reprodução intergeracional do capital humano** e seus determinantes. Com efeito, aqueles modelos pouco esclarecem sobre o tipo de influência que cada geração exerce sobre a seguinte em termos de decisões e resultados de aprendizagem, influência que remete em grande medida para as variáveis do estatuto social e económico da família de origem. É conhecido o facto de cada geração ter, em média, níveis de instrução e aprendizagem mais elevados do que as gerações precedentes e os indicadores estatísticos de maior recurso comprovam-no claramente (OECD 2009):

População que completou pelo menos o ensino secundário (%), por grupo de idade (2007)¹

Figura 1.2



Fonte: OECD (2009), Education at a Glance, versão electrónica.
<http://www.oecd.org/>

Notas:

1. Excluindo ISCED 3C programas curtos.
2. Ano de referência 2004.
3. Ano de referência 2002.

No entanto, a Figura também ilustra claramente o facto de em países como o nosso, e no âmbito da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE), se verificar um *gap* médio de uma geração no alcance de níveis educacionais de referência, como o 12º ano: em 2006, a percentagem da população portuguesa com idades entre os 25 e os 54 anos habilitada com o ensino secundário era inferior ao valor correspondente para o escalão etário imediatamente a seguir (55 a 64 anos) na maioria dos países considerados.

De entre as razões deste atraso contam-se aspectos que condicionam fortemente os percursos escolares individuais, como sejam o nível mais elevado de habilitações escolares detido por cada um dos progenitores, a natureza da sua relação com a actividade e o emprego e, ainda, a sua situação perante a profissão. Quando estes elementos do estatuto sócio-ocupacional da família de origem são aferidos para momentos-chave das trajetórias de aprendizagem dos filhos permitem conclusões muito significativas sobre a forma de transmissão do “capital escolar” entre gerações (Black, Devereaux & Salvanes 2003; Chevalier 2003).

A maioria dos estudos realizados aponta para o facto de o nível de habilitações das mães, a par da sua situação perante a actividade, exercer maior influência numa fase inicial das trajetórias de escolaridade dos filhos. Já o nível de escolaridade dos pais e, especialmente, a situação destes perante o emprego e a profissão, tendem a condicionar mais as fases posteriores dos percursos de aprendizagem dos jovens, designadamente ao nível do ensino secundário e, mesmo, da transição para o ensino superior.

Os resultados de estudos para Portugal corroboram, em geral, estas grandes tendências e uma relativa persistência do modo de influência daqueles determinantes ao longo das últimas gerações². Mais recentemente, alguns estudos sobre os percursos de estudantes em instituições do ensino superior português vêm mostrar a persistência da influência de variáveis como as habilitações literárias de pais e mães, situação perante o emprego de ambos e situação perante a profissão do pai: é o caso dos estudos *À entrada: os estudantes da Universidade de Lisboa 2003-2008*, do Observatório dos Percursos dos Estudantes daquela Universidade e de *Alunos do 1º ciclo do ISEG - quem são? Alunos, famílias e percursos escolares 2008-2009*, do Observatório Pedagógico do Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

Subjacentes a estes resultados encontram-se, naturalmente, processos de valorização social e de expectativas e percepções sobre o papel da aprendizagem nas sociedades dos nossos dias. No entanto, não será negligenciável a influência do chamado efeito **rendimento**, sobretudo nas fases em que o prosseguimento de estudos acarreta maiores encargos. Ou seja, referimo-nos agora às condições em que os indivíduos acedem à educação de base, se a custeiam os próprios, os seus familiares ou a sociedade em geral, neste caso através do financiamento público da formação e educação.

Com efeito, a maioria dos jovens protagoniza grande parte das trajetórias de aprendizagem iniciais quando ainda se encontram inseridos na família de origem e, assim, desta dependendo

² Ver, designadamente, Grácio & Miranda (1977); Benavente & Correia (1980); São Pedro & Castanheira in Carneiro (org., 1987); Chagas Lopes & Medeiros (2004); Chagas Lopes et al. (2005).

ENQUADRAMENTO TEÓRICO DA APRENDIZAGEM
AO LONGO DA VIDA (ALV)

para o suporte dos custos directos e indirectos da formação. O estatuto económico e social dos pais e as mudanças que o mesmo tenda a sofrer repercutir-se-ão, inevitavelmente, nas condições de que os mais jovens dispõem para acesso e progressão nos estudos. Complementarmente, a acção social do Estado, sob a forma de bolsas de estudo e, tendencialmente, de garantia de empréstimos, constituem os pilares de apoio ao prosseguimento da formação (Cerdeira 2009).

Convirá fazer neste momento uma referência à imperfeição do mercado de capitais no domínio do financiamento das aprendizagens individuais. Trata-se de uma questão cara aos autores que mais têm discutido o papel da escola na eliminação ou reprodução das desigualdades sociais³ e que encontra projecções na análise que a Economia faz das falhas de Estado na provisão de bens públicos. A concepção do indivíduo como consumidor (ou investidor) autónomo em educação e formação, subjacente às abordagens tradicionais, omite a questão das assimetrias na repartição dos rendimentos pessoais, aspecto que condiciona fortemente a equidade no acesso à educação e formação. Não dispondo de meios suficientes para o financiamento de estudos mais alargados, ou não podendo ignorar os custos de oportunidade de um adiamento da entrada no mercado de trabalho, os indivíduos poderão tentar encontrar financiamento junto do sistema de crédito. No entanto, a desigual inserção na estrutura de rendimentos e de direitos de propriedade tenderá a tornar mais restritivas as condições de financiamento para os indivíduos com menor possibilidade de prestar garantias, limitando-lhes o acesso ao crédito ou impondo-lhes obrigações contratuais mais pesadas.

Numa situação de insuficiência de rendimentos familiares e dadas as imperfeições do mercado de capitais no financiamento da educação, não restará frequentemente como alternativa individual senão a interrupção da trajectória escolar até a uma fase posterior à inserção no mercado de trabalho: então, a acumulação de meios financeiros próprios permitirá, eventualmente, a retoma do percurso de aprendizagem anterior, combinado ou não com formas de aprendizagem não formal e informal.

Um outro aspecto que deverá ser considerado no âmbito dos condicionalismos do acesso à educação e formação tem a ver com a **interdependência funcional das trajectórias escolares**, ou, se se preferir, a influência das fases anteriores das trajectórias escolares no prosseguimento de estudos e aprendizagens (Hobcraft 2000; Noyes 2003; Graham & Power 2004). Trata-se da constatação de que se verificam importantes círculos virtuosos e viciosos, não raras vezes permeados por juízos de valor, ao longo dos percursos de escolaridade individuais com repercussões importantes nas decisões e desempenhos futuros em termos de aprendizagens.

A situação emblemática neste domínio, ainda detectável em sociedades como a nossa, tem a ver com o encaminhamento para formações de natureza tecnológica e/ou profissional de estudantes cujo desempenho no designado ensino regular se tenha mostrado pouco gratificante, na expectativa de assim se conseguirem resultados escolares mais satisfatórios. Num outro sentido, são conhecidos os esforços desenvolvidos para prosseguir formações avançadas por parte de estudantes com percursos escolares de sucesso mas enfrentando importantes custos directos e de oportunidade no prosseguimento de estudos.

³ E de que a referência basilar é Baudelot & Establet (1971).

A eliminação de alguns destes ciclos viciosos e o favorecimento dos virtuosos convoca o empenhamento de múltiplos agentes dos processos de aprendizagem. Os modelos de organização adoptados pelas instituições de ensino e a cultura de gestão que põem em prática, a participação e empenho efectivos dos diferentes *stakeholders*, especialmente os pais, a relação da escola com o tecido económico e social envolvente e o empenhamento deste tecido nos processos de aprendizagem, a dinâmica dos movimentos de cidadãos, constituem alguns dos mais fortes condicionantes das trajectórias de sucesso ou insucesso na aprendizagem. A orientação escolar e vocacional assume aqui, sem dúvida, um papel determinante: quanto mais precoces as escolhas, mais fechados os conteúdos e mais diversificadas as opções de estudo e aprendizagem, maior o papel que ela deverá desempenhar, sobretudo em contextos de debilidade de recursos educacionais e de insuficiente acesso à informação. O que nos remete, uma vez mais, para a influência que as condições económicas, sociais e educacionais do meio envolvente exercem sobre os processos e resultados das aprendizagens.

I.IV. EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO DE ADULTOS – BREVE REFERÊNCIA

As diferentes considerações desenvolvidas nos pontos anteriores permitem identificar alguns dos aspectos da educação e formação de adultos. No entanto, torna-se necessário acrescentar algumas dimensões ainda insuficientemente contempladas de modo a poder-se caracterizá-las mais convenientemente, se bem que em termos necessariamente esquemáticos.

Começou-se por contrapor aos pressupostos das TCH a noção de aprendizagem ao longo da vida, esboçando as formas que a mesma poderia assumir durante os ciclos de vida individuais. Encontrava-se, assim, alargado o âmbito temporal dos processos de educação e formação. Porém, a consideração das condições de acesso e de apropriação dos mesmos, indispensável à caracterização das trajectórias concretas de aprendizagem, tem visto associar-se-lhe o ónus da tradição, que considerava o ensino de adultos como de “segunda oportunidade”.

Ou seja, a educação e formação de adultos começou por ser vista sob a perspectiva de retoma de estudos interrompidos na infância ou na juventude, quer por incapacidade financeira, quer por razões de mau desempenho escolar. As condições de desenvolvimento económico e social que marcam as sociedades modernas e que vêm colocando à educação desafios como os referidos no ponto I.II. não se compadecem, no entanto, com *gaps* de qualificação como o que a Figura 1.2 retrata e que, historicamente, resultam em boa medida de trajectórias individuais de insuficiente escolarização, quaisquer que tenham sido as razões subjacentes. As políticas e programas públicos de educação e formação de adultos têm tido na sua génese a motivação primordial de dar resposta a défices daquela natureza. E as teorias e abordagens convencionais acabaram por fazer reflectir aquela condição de “segunda oportunidade” nos seus pressupostos analíticos: uma formação adquirida mais tardiamente, em fase de eventuais rendimentos decrescentes da capacidade de aprendizagem individual, que acarreta um adicional de ganhos salariais inferior ao potencial ao combinar-se mais tardiamente com os efeitos da aprendizagem e formação profissionais (Chagas Lopes 2000).

ENQUADRAMENTO TEÓRICO DA APRENDIZAGEM
AO LONGO DA VIDA (ALV)

O desenvolvimento de novos paradigmas e concepções de aprendizagem, como o movimento Nova Escola, a par da incorporação crescente das tecnologias da informação e comunicação no quotidiano das sociedades desenvolvidas, constituíram factores decisivos para que a educação e formação de adultos transpusessem os limites daquela concepção prevalecente de aprendizagem de recuperação⁴. Assistiu-se, então, à valorização económica e à revalorização social das aprendizagens não formais e informais, muito especialmente das que condicionam cada vez mais a mobilidade profissional e a empregabilidade nas condições instáveis dos mercados de trabalho dos dias de hoje.

A constatação das limitações da formação de base face ao objectivo de uma trajectória profissional gratificante e minimamente estável muito têm contribuído para a procura recorrente de formações e aprendizagens complementares por parte dos adultos activos, apresentados muitas vezes como accionistas de qualificações cujo inventário vão actualizando e gerindo em função dos desafios e oportunidades ocupacionais. Se é certo que uma proporção significativa deste esforço tende a desenvolver-se sob a égide ou por iniciativa das entidades empregadoras, confrontadas com a necessidade de reconversão de qualificações por pressão da concorrência e da inovação tecnológica, não é menos verdade que aos indivíduos cabe cada vez mais a iniciativa e o encargo das formações complementares, sobretudo quando conducentes a qualificações transversais e mais facilmente transferíveis (Muysken & Heijke, 2000).

Neste sentido, as aprendizagens não formais e informais têm vindo a desempenhar um papel de importância crescente, a par da educação formal. Também esta última tem vindo a deparar com uma procura cada vez mais acentuada, sobretudo ao nível dos chamados estudos avançados – 2º e 3º ciclos do ensino superior – frequentemente procurados já após a inserção laboral. E, do mesmo modo, aqui se tem vindo a fazer sentir o aumento do peso do esforço individual: por um lado, dada a relativa banalização a que os 1ºs ciclos têm vindo a ficar sujeitos e a consciência da necessidade de aprofundar e solidificar os conhecimentos que eles proporcionam; por outro, porque os modelos de organização dos estudos pós-graduados se têm vindo a complexificar, levando a que atinjam níveis elevados de custos directos, sobretudo devido aos esforços crescentes de interacção com a actividade produtiva e de intercâmbio e certificação internacionais.

As oportunidades oferecidas pelos novos recursos do conhecimento e da aprendizagem, proporcionando uma grande flexibilização e autonomia dos indivíduos, permitem-lhes intervir mais proactivamente do que antes face aos desafios incessantes da inovação e do progresso. Se é certo que os detentores de níveis mais robustos de educação e formação iniciais tenderão a tirar melhor partido das novas condições, aqui intervindo uma vez mais os ciclos virtuosos da qualificação, não é menos verdade que novos públicos se posicionam agora como utilizadores efectivos dos recursos do conhecimento.

A este facto não é também estranha a alteração de perfil dos ciclos de vida, com um envelhecimento crescente das populações induzido pelo aumento da esperança de vida. A instabilidade da estrutura ocupacional, a prática de reformas antecipadas em vários sectores de produção e as restrições dos sistemas de segurança social, bem como as suas consequências sobre os níveis das pensões

⁴ Ver, entre outros, Ambrósio (1998).

de reforma, têm feito com que, de forma mais ou menos explícita, uma percentagem significativa dos reformados e inactivos idosos procure uma ocupação complementar. Ao mesmo tempo, a consideração da importância do contributo destas populações para o desenvolvimento económico levou a que a Estratégia Europeia para o Emprego venha insistindo em objectivos como o do aumento gradual da idade média de saída do mercado de trabalho e o do aumento para 50% da taxa de emprego da população com idade entre os 55 e os 64 anos.

A literatura de referência neste domínio vem insistindo na necessidade de abordagens que considerem os trabalhadores mais idosos como activos especialmente aptos para o desempenho de múltiplos papéis, particularmente importantes no fomento de culturas de organização mais flexíveis e humanizadas e repositórios indispensáveis de conhecimento e experiência acumulados. No entanto, a sua integração ocupacional exige que se adoptem modelos em que vigore a imbricação de formas de organização flexível do trabalho com processos de reengenharia dos conteúdos funcionais e, sobretudo, modelos de formação e gestão de carreiras adequados:

“(...) the attractiveness of training and its potential returns for older workers can be improved by adapting teaching methods and content to their needs, by the provision of short, modular courses and through the recognition of prior learning and experience.” (OECD 2006, p.12, itálico no original).

As aprendizagens não formais e informais encontram aqui, portanto, um terreno particularmente fértil para o seu desenvolvimento. No entanto, convirá não subestimar a importância do peso que a desmotivação para a aprendizagem e a desvalorização da necessidade de novos conhecimentos assumem nestes escalões etários mais elevados; torna-se, portanto, desejável que aquelas actividades de formação e aprendizagem sejam também apoiadas financeiramente, em disponibilidade de tempo e, muito especialmente, assentem em processos prévios de reconhecimento e validação das competências anteriormente constituídas.

CAIXA 1.2

A MODELIZAÇÃO DOS PERCURSOS DE APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA

Tradicionalmente, a análise dos resultados e mesmo a avaliação dos efeitos dos processos de aprendizagem socorre-se de informação de natureza sincrónica: taxas de aprovação ou retenção, probabilidades de sobrevivência, por exemplo. O carácter intrinsecamente dinâmico e a interdependência intertemporal que caracterizam os processos de aprendizagem exigem, no entanto, que tais procedimentos sejam complementados por análises mais robustas e que permitam levar em conta o efeito tempo, nas suas múltiplas projecções.

Seria desejável que pudesse dispor-se de informação longitudinal de suporte à modelização dos diferentes tipos de trajectórias em ciclo de vida como os que atrás descrevemos (Bidart & Lavenu, 2005). No entanto, poucos sistemas de informação dispõem dessa possibilidade e, muito menos, com carácter sistemático, já que os métodos de recolha de histórias de vida,

ENQUADRAMENTO TEÓRICO DA APRENDIZAGEM
AO LONGO DA VIDA (ALV)

para além de seguirem metodologias não necessariamente consensualizadas, constituem operações estatísticas extremamente pesadas dos pontos de vista orçamental e logístico. Assim, será desejável que se disponha pelo menos de informação relativa a vários momentos-chave das trajectórias de aprendizagem individual (e de emprego, de família...) a partir da qual se tornem possíveis exercícios de reconstituição simulada das trajectórias, suportando a análise dinâmica possível.

Pondo em prática tal metodologia, e dispondo de um número de casos estatisticamente relevante, poderão aplicar-se algumas versões dos modelos de duração a fim de estudar a influência múltipla de diferentes tipos de propulsores/obstáculos à educação e formação, influência expressa nos tempos necessários à conclusão com sucesso de determinada formação. Ou, sendo prioritária a análise do impacto da educação e formação sobre a (re)empregabilidade, considerar a influência conjunta de muitas das variáveis que vimos discutindo sobre o tempo de acesso ao/a um novo emprego.

A título exemplificativo, consideremos a aplicação de um modelo de duração à ilustração da segunda daquelas situações. Tomando um período de desemprego em meio da vida activa, considerando como variáveis explicativas as principais características individuais como sexo e idade, as habilitações literárias de base e sucessivamente desenvolvidas, a acumulação do “capital humano” via experiência profissional, entre outros aspectos, poderíamos ter (Kachigan 1986; Lawless 1982):

$$h(t|x) = h_0(t)e^{x'\beta}$$

em que $h(t|x)$ representa a probabilidade de sair do desemprego no momento t , sendo dada uma função de probabilidade de base, $h_0(t)$ e um vector de variáveis explicativas, x , dado que permaneceu desempregado durante um período $T \leq t$.

A influência das diferentes formas de aprendizagem e formação ao longo da vida poderia então ser integrada no vector das *covariates* de modo a permitir medir os seus diversos impactes sobre duração do desemprego e reempregabilidade.

CAPÍTULO II.

APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA: EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL

II.I. CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES EM APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA

Em 2007, aproximadamente um terço da população com idade entre 18 e 64 anos desenvolveu alguma actividade de educação formal ou não formal (30,9%). Ou seja, três em cada 10 pessoas realizaram alguma actividade do que se convencionou designar por aprendizagem ao longo da vida. Este valor resulta predominantemente da participação dos indivíduos em actividades de educação não formal. Estudantes e empregados, com mais elevados rendimentos, mais jovens e sobretudo mais escolarizados, com conhecimentos nos domínios das tecnologias e das línguas estrangeiras foram quem mais se envolveu em aprendizagem ao longo da vida. A área de educação e formação ciências sociais, comércio e direito é a mais representada nas actividades de educação formal e não formal.

CAIXA 2.1

DO QUE FALAMOS QUANDO FALAMOS EM ACTIVIDADES DE APRENDIZAGEM?

As actividades de aprendizagem podem ser definidas como quaisquer actividades **organizadas** que um indivíduo realize com a **intenção** de melhorar os seus conhecimentos, aptidões e competências. Os dois critérios fundamentais para distinguir actividades de aprendizagem e actividades que não são de aprendizagem são:

- ▶ **Intencionalidade** (por oposição a uma aprendizagem acidental, ao acaso); tem de haver um propósito predeterminado para aprender. A intenção de aprendizagem formulada previamente ao início da actividade, pelo próprio indivíduo ou por outrem, constitui um critério crucial. Na prática, a aprendizagem intencional implica sempre uma acção organizada e um sujeito para aprender;
- ▶ **Organização**, no sentido de a actividade concretizar de qualquer modo, incluindo a auto-organização, o pressuposto da aprendizagem definido na intencionalidade. Implica, por isso, transferência de informação num sentido lato (mensagens, ideias, conhecimento, habilitações, competências ou atitudes).

A APRENDIZAGEM INTENCIONAL pode definir-se como uma deliberada procura de conhecimentos, de aptidões, de competências ou de atitudes de valor duradouro. A intenção formulada pelo indivíduo, antes do início da actividade, é um critério fundamental. É esta intenção de aprender que distingue actividades de aprendizagem de actividades que não são, no âmbito aqui considerado. Existem actividades que são realizadas e que não têm

o propósito de gerar aprendizagem e, no entanto, a aprendizagem pode ocorrer. Nestes casos, não são consideradas actividades de aprendizagem, pois os seus resultados são uma consequência da actividade; não houve intenção deliberada de aprender.

APRENDIZAGEM ORGANIZADA é definida como sendo planeada dentro de um padrão ou sequência, com objectivos explícitos ou implícitos. A aprendizagem organizada implica uma entidade que promova (uma pessoa ou mais ou uma associação) um “ambiente” de aprendizagem com métodos de ensino em que a comunicação é feita de uma forma organizada. O método consiste, tipicamente, em alguém que através da comunicação das suas aptidões transmite conhecimentos. No entanto, também pode ser através de métodos indirectos, como por exemplo: um filme, uma gravação, um programa informático, e outros.

O que implica que o indivíduo tenha como objectivo/projecto obter e reter certas competências, aptidões e conhecimentos de valor duradouro. A aprendizagem accidental ou aleatória não é incluída porque não é um processo deliberado e consciente.

Decorrente desta definição podemos concluir que o conceito de “organizada” é uma característica de qualquer actividade de aprendizagem, desde que a decisão de organizar a acção tenha como critério chave considerar que existe intenção de aprender. Algumas actividades podem ter um alto nível de organização (por exemplo a escola), outras poderão ter níveis mais baixos de organização, como por exemplo a auto-aprendizagem ou a utilização de um novo software utilizando um manual.

Na educação formal, ministrada em instituições de educação ou de formação e conducentes a um nível de escolaridade, esteve envolvida 12,0% da população. Na educação não formal, que decorre normalmente em estruturas institucionais, conferindo um certificado ou diploma, mas que não conduz a uma progressão hierárquica de níveis de escolaridade, esteve envolvido aproximadamente um quarto da população adulta (23,1%).

A aprendizagem ao longo da vida, habitualmente considerada como todo o tipo de conhecimentos que um indivíduo desenvolve e acumula ao longo da sua vida, é aqui entendida num sentido mais estrito. Ou seja, e seguindo a linha de análise da União Europeia (UE), compreende as actividades de educação formal ou não formal que o indivíduo desenvolve no decorrer do seu percurso de vida.⁵

⁵ Na presente análise a aprendizagem ao longo da vida engloba qualquer actividade de educação formal ou não formal que o indivíduo desenvolve ao longo da sua vida, excluindo as actividades de aprendizagem informal que, embora desenvolvidas com a intenção deliberada de aprender, decorrem das actividades da vida quotidiana dos indivíduos, numa base de auto-aprendizagem sendo, assim, menos estruturadas.

APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA: EDUCAÇÃO
FORMAL E NÃO FORMAL

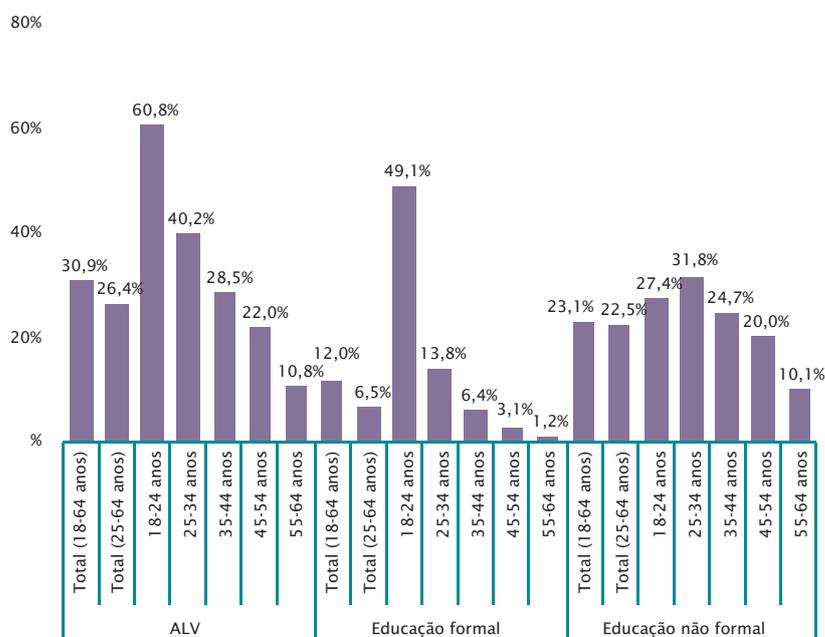
CAIXA 2.2

EDUCAÇÃO FORMAL: educação ou formação ministrada em instituições de educação ou formação, em que a aprendizagem é organizada, avaliada e certificada sob a responsabilidade de profissionais qualificados. Constitui uma sucessão hierárquica de educação ou formação, na qual a conclusão de um dado nível permite a progressão para níveis superiores. Geralmente, a educação formal inicia-se entre os 5 anos e os 7 anos e resulta numa qualificação reconhecida pelo sistema de educação.

EDUCAÇÃO NÃO FORMAL: formação que decorre normalmente em estruturas institucionais, devendo conferir um certificado de frequência de curso. A educação não formal pode ter lugar tanto nas instituições de ensino como fora delas, e abranger pessoas de todas as idades. Abrange áreas tão diversas como aptidões sociais, aptidões profissionais específicas e cultura geral. Este tipo de actividades não conduz a qualquer reconhecimento no sistema educativo.

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de aprendizagem ao longo da vida, em educação formal e não formal (%) por grupo etário

Figura 2.1



O fenómeno da aprendizagem ao longo da vida tem uma grande expressão nas gerações mais jovens, sobretudo no grupo de indivíduos com idades entre 18 e 24 anos, cuja proporção de participação é cerca do dobro da observada para o total da população (60,8%). A elevada proporção de participantes deste escalão etário em aprendizagem ao longo da vida, por referência com a média para o total da população, decorre, em grande parte, do seu envolvimento em actividades de educação formal.

De resto, os indivíduos daquele escalão etário, assim como do seguinte – 25 aos 34 anos – poderão ser eleitos como o grupo de aprendizes por excelência: a proporção destes participantes em aprendizagem ao longo da vida, assim como nas duas componentes que a integram, é em todos os casos superior à média da população.⁶

Ainda que a participação seja distinta consoante os grupos etários a que pertencem os indivíduos, a clivagem geracional interfere diferenciadamente conforme o tipo de actividades de educação, formal ou não formal, em análise. Nas actividades de educação formal há uma clara distinção entre o grupo etário de indivíduos com idade entre os 18 aos 24 anos, que corresponde à idade em que é considerada habitual a frequência da escolaridade, e os restantes grupos de idades, sendo que aproximadamente metade daqueles esteve envolvida em actividades de educação formal nos 12 meses em análise (49,1%).

Na educação não formal, ainda que se observem maiores proporções de participação entre os indivíduos com idades até aos 35 anos (27,4% para o escalão dos 18 aos 24 anos e 31,8% para o escalão dos 25 aos 34 anos), regista-se uma distribuição mais equitativa da proporção de participação entre os vários escalões etários.

A análise dos impactos da idade na probabilidade associada à participação em actividades de aprendizagem não formal revela justamente que aquela variável tem um efeito positivo reduzido ou não significativo. Ou seja, outras variáveis que não a idade, quando associadas àqueles escalões etários, como por exemplo o nível de escolaridade, terão um efeito mais significativo na probabilidade de um indivíduo participar ou não em actividades de educação não formal. O mesmo tipo de conclusão se aplica aos impactos da idade na probabilidade de participação em aprendizagem ao longo da vida. Porém, neste tipo de actividades verifica-se um efeito negativo significativo no escalão etário dos 55 aos 64 anos, no qual a probabilidade de participar em aprendizagem ao longo da vida é inferior em 78,3 pontos percentuais (p.p.) face à mesma probabilidade associada aos indivíduos do escalão etário dos 18 aos 64 anos (*vide* Quadros 7.1 e 7.2, Anexo 7).⁷

O retrato territorial na vertente da educação e formação evidencia as regiões de Lisboa, do Centro e do Algarve com proporções de participantes em aprendizagem ao longo da vida superiores à média nacional em cerca de cinco p.p. para a primeira região e de um ponto percentual para as outras duas. O Norte e as Regiões Autónomas incluem-se no grupo que apresenta taxas de participação inferiores à média do país, com particular destaque para a Região Autónoma da Madeira (19,9%).

⁶ Registe-se, porém, que o mesmo também se verifica para o escalão etário dos 35 aos 44 anos, mas apenas para a educação não formal.

⁷ A análise da probabilidade de participação em actividades de educação não formal serve o propósito de avaliar o efeito de determinada característica dos indivíduos na participação, neste caso, em actividades de educação não formal, isolando, para tal, esse impacto do impacto de outras características, isto é, analisando o efeito desta variável, mantendo constantes todas as outras.

APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA: EDUCAÇÃO
FORMAL E NÃO FORMAL

Decompondo a aprendizagem ao longo da vida em cada uma das vertentes, educação formal e não formal, verifica-se que aquela região apresenta a mais baixa proporção de envolvimento em actividades de educação não formal (13,9%), comparativamente com os níveis apresentados para o mesmo indicador por Lisboa (28,4%), Algarve (24,0%) e Centro (22,9%).

A Região Autónoma da Madeira tem associada uma probabilidade de participação em actividades de educação não formal significativa e negativa. Mais concretamente, isolando o impacto de outras variáveis, o facto de um indivíduo residir na Região Autónoma da Madeira tem associada uma probabilidade de participação em actividades de educação não formal inferior em 7,1 p.p., tomando por comparação a probabilidade de participar nesse tipo de actividades se residir na região de Lisboa⁸. De resto, essa observação é também aplicável na probabilidade de participação em aprendizagem ao longo da vida, sendo inferior em 10,1 p.p. na Região Autónoma da Madeira face a igual probabilidade dos que residem em Lisboa (*vide* Quadros 7.1 e 7.2, Anexo 7).

Em termos de educação formal destacam-se as regiões do Alentejo (14,8%) e do Centro (13,2%), com uma proporção de participantes acima da média observada no país.

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos
que participou em actividades de aprendizagem ao
longo da vida, em educação formal e não formal (%) por
local de residência (NUTS-2002)

Quadro 2.1

	ALV	Educação formal	Educação não formal
Portugal	30,9	12,0	23,1
Norte	27,7	11,2	20,7
Centro	31,8	13,2	22,9
Lisboa	36,0	12,0	28,4
Alentejo	30,4	14,8	19,8
Algarve	31,8	12,7	24,0
R. A. Açores	25,4	7,7	20,2
R. A. Madeira	19,9	8,6	13,9

A aprendizagem ao longo da vida é um fenómeno cuja expressão aumenta à medida que aumenta a densidade populacional da zona de residência dos indivíduos: apresenta uma proporção de 27,6% nas zonas pouco povoadas, valor que se desloca para 29,2% nas zonas medianamente povoadas e que sobe para 33,7% nas zonas densamente povoadas. Esta tendência é determinada sobretudo pela educação não formal, que nesta matéria tem um comportamento similar ao indicador global (19,4% para as zonas pouco povoadas, aumentando até 26,2% nas zonas densamente povoadas),

⁸ Para avaliação do efeito da variável zona de residência (NUTS II) na probabilidade de participação em actividades de educação não formal tomou-se por referência Lisboa, uma vez que apresenta a mais elevada proporção de participantes no domínio em análise.

já que não se observam diferenças assinaláveis nas três categorias de densidade populacional consideradas ao nível da educação formal.⁹

As actividades de educação e formação analisadas são desenvolvidas sobretudo pelos indivíduos com mais elevadas qualificações escolares. O indicador que sintetiza a aprendizagem ao longo da vida – participação em actividades de educação formal ou não formal – fundamenta esta afirmação: a proporção de participantes em alguma destas actividades com escolaridade até ao 3º ciclo é de 18,6%, o que compara com 55,1% cuja escolaridade mais elevada concluída se situa ao nível do ensino secundário/pós-secundário e com 65% dos que possuem o ensino superior.

O nível de escolaridade tem um efeito significativo e positivo na probabilidade de participação em actividades de aprendizagem ao longo da vida, cuja variação aumenta à medida que se passa para níveis de qualificação escolar mais elevados. Face aos indivíduos que não têm qualquer nível de escolaridade completo, a probabilidade de participar em actividades de aprendizagem ao longo da vida é superior em 33,7 p.p. para os que possuem o 1º ciclo do ensino básico, valor que vai aumentando até atingir os 78,3 p.p. para os que possuem ensino superior (*vide* Quadro 7.1, Anexo 7).

Da análise de cada uma das componentes da aprendizagem ao longo da vida decorre a maior participação em actividades de educação, quer formal quer não formal, entre os indivíduos com escolaridade ao nível do ensino secundário/pós-secundário e superior. Na educação não formal a proporção de participação varia na razão directa do nível de escolaridade, enquanto que na educação formal decorre intrinsecamente à mesma uma maior proporção de participantes com escolaridade ao nível do secundário/pós-secundário (30,6%).

⁹ Nesta matéria é utilizada a classificação do Eurostat relativa às Zonas densamente povoadas, medianamente povoadas e pouco povoadas, sendo que:

Zonas densamente povoadas – conjunto contínuo de unidades locais (freguesias), apresentando uma densidade populacional superior a 500 habitantes por Km² e possuindo o conjunto uma população total de pelo menos 50.000 habitantes.

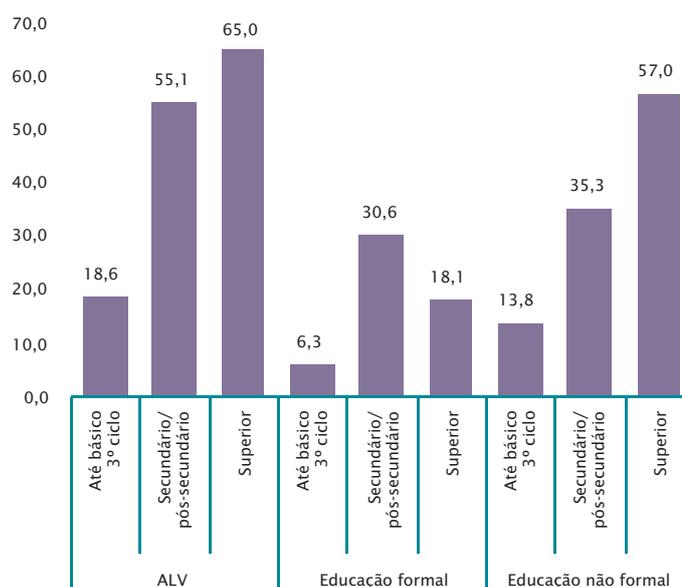
Zonas medianamente povoadas – conjunto contínuo de unidades locais (freguesias), que não fazendo parte de uma zona densamente povoada, apresentem uma densidade populacional superior a 100 habitantes por Km² sendo o conjunto contíguo a uma zona densamente povoada ou possuindo uma população total de pelo menos 50.000 habitantes.

Zonas pouco povoadas – conjunto de unidades locais (freguesias) não fazendo parte de uma zona densamente povoada nem de uma zona medianamente povoada.

APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA: EDUCAÇÃO
FORMAL E NÃO FORMAL

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de aprendizagem ao longo da vida, em educação formal e não formal (%) por nível de escolaridade mais elevado completo

Figura 2.2



O nível de escolaridade mais elevado concluído tem assim um efeito significativo e positivo na probabilidade de participação em actividades de educação não formal, ou seja, à medida que se passa para níveis de escolaridade mais elevados, aumenta a probabilidade de participar em educação não formal. Por comparação com um indivíduo que não tem qualquer nível de escolaridade completo a probabilidade de estar envolvido em educação não formal é superior em: 25,2 p.p. para os indivíduos com o 1º ciclo; 39,2 p.p. para os que possuem o 2º ciclo; 54,5 p.p. para o 3º ciclo do ensino básico; 63,4 p.p. para quem possui o ensino secundário/pós-secundário; atingindo o valor de 77,0 p.p. para os que possuem ensino superior (*vide* Quadro 7.2, Anexo 7).

Activos e inactivos apresentam proporções próximas face à participação em actividades de aprendizagem ao longo da vida, respectivamente, 31,3% e 29,4%. Uma leitura mais detalhada destes grupos permite constatar, porém, que às diferentes categorias de condição perante o trabalho dos indivíduos estão associados níveis de participação diferenciados nas actividades em análise: entre os inactivos, os alunos/estudantes são naturalmente o grupo que apresenta maior nível de participantes, 96,9%; entre os activos, o envolvimento em actividades de aprendizagem ao longo da vida é alimentado sobretudo pela categoria dos empregados (32,2% desenvolveram aquele tipo de actividades, face a 24,4% dos desempregados). Estes dados são suportados pela probabilidade de participação em actividades ao longo da vida, sendo que face aos domésticos os estudantes têm associada uma probabilidade de participação superior em 77,1 p.p., os empregados 23,2 p.p. e os desempregados 22,9 p.p. (*vide* Quadro 7.1, Anexo 7).

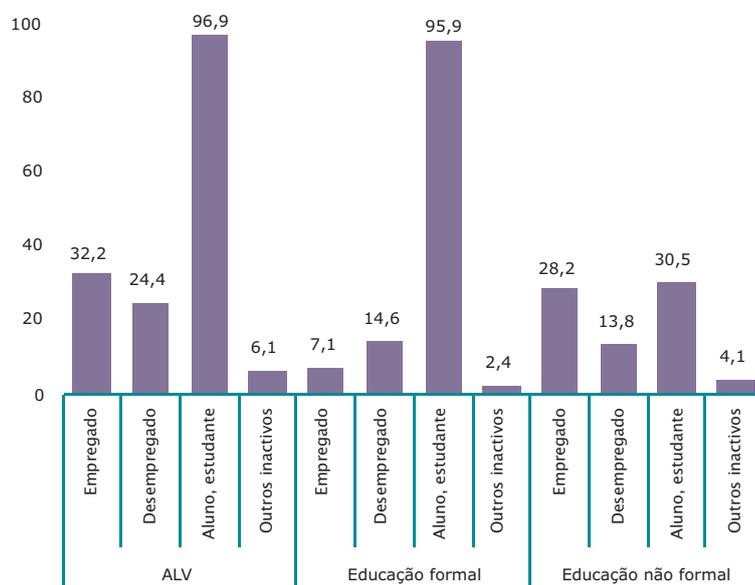
APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA: EDUCAÇÃO
FORMAL E NÃO FORMAL

Tendo em conta a situação na profissão dos empregados, os trabalhadores por conta de outrem são quem apresenta uma maior proporção de participação em aprendizagem ao longo da vida (35,3%). Relacionando com o tipo de contrato de trabalho, os que possuem contratos a termo apresentam níveis de participação em aprendizagem ao longo da vida superiores aos que possuem contratos sem termo, respectivamente, 39,5% para 34,2%. Esta diferença é particularmente notória na educação formal, desenvolvida por 6,4% dos que têm contrato de trabalho sem termo e por 15,3% dos que têm contrato de trabalho a termo.

Considerando isoladamente os indicadores de participação em educação formal e não formal, verifica-se que os inactivos assumem preponderância ao nível da educação formal (26,3%), através da elevada participação dos alunos/estudantes (95,9%). Entre os activos que no período de referência frequentaram algum nível de ensino ou curso com equivalência escolar – educação formal –, os desempregados estão mais representados do que os empregados, respectivamente, 14,6% e 7,1%.

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de aprendizagem ao longo da vida, em educação formal e não formal (%) por condição perante o trabalho

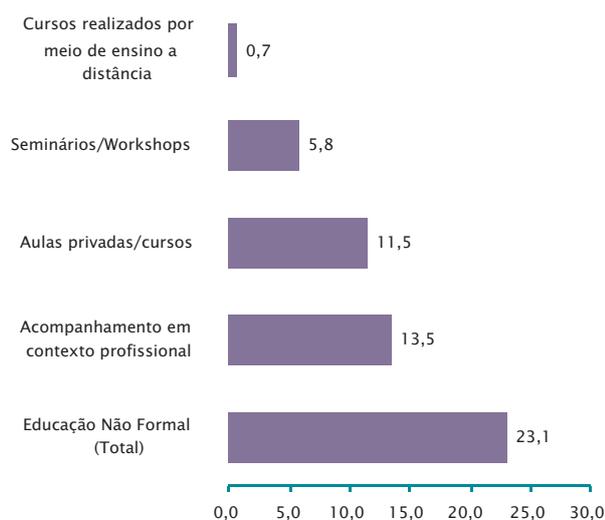
Figura 2.3



Ao nível das actividades de educação não formal, a situação é a inversa: a participação de activos é de 26,6% face a 10,8% dos inactivos. Tal facto relaciona-se com o tipo de actividades consideradas ao nível da educação não formal – onde se destacam as aulas privadas/cursos e as actividades de acompanhamento em contexto profissional (estas últimas especificamente desenvolvidas pelos indivíduos que desempenham uma actividade profissional) – as quais representam, respectivamente, 11,5% e 13,5%.

APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA: EDUCAÇÃO
FORMAL E NÃO FORMAL**Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos
que participou em actividades de educação não formal
(%) por tipo de actividade**

Figura 2.4



A proporção de activos envolvidos em educação não formal é particularmente devida aos empregados, cuja proporção de participantes é de 28,2% (sendo de 13,8% para os desempregados). Não se observam diferenças de participação nestas actividades consoante o tipo de contrato de trabalho dos empregados. Porém, considerando o tempo de trabalho, os empregados a tempo completo (duração igual ou superior à duração normal de trabalho em vigor na empresa/instituição) têm níveis de participação superiores aos empregados a tempo parcial, respectivamente, 31,1% para 22,5%.

Ao nível dos inactivos, e à semelhança do observado nas actividades de educação formal, os estudantes são quem mais está envolvido em educação não formal (30,5%).

A análise da probabilidade de participação em actividades de educação não formal confirma os resultados acima descritos. Tomando por referência o grupo dos domésticos, a probabilidade de realizar actividades de educação não formal é superior em 12,2 p.p. se o indivíduo for desempregado, em 19,7 p.p. se for empregado e 24,8 p.p. se for estudante (*vide* Quadro 7.2, Anexo 7).

Observam-se nítidas diferenças de participação entre os vários grupos de profissões, sendo que aqueles aos quais está associado maior nível de qualificações apresentam taxas de participação mais elevadas. Os grupos profissionais com níveis de participação mais altos em aprendizagem ao longo da vida são os Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas (68,2%), as Forças Armadas (58,8%) e os Técnicos e Profissionais de Nível Intermediário (54,4%). As mais baixas taxas de participação verificam-se entre os grupos de profissões menos qualificadas, designadamente,

Operários, Artífices e Similares (16,5%), Trabalhadores Não Qualificados (16,5%), bem como Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas (8,0%).

À semelhança dos níveis de educação de base, também a maiores rendimentos tendem a associar-se taxas de participação em actividades de educação/formação mais altas. Considerando a aprendizagem ao longo da vida, verifica-se que os indivíduos das categorias de rendimento mais elevadas apresentam níveis de participação neste indicador superiores às dos indivíduos das categorias de rendimento mais baixas. Dos indivíduos com um rendimento mensal líquido inferior a 500 euros, 19,2% estão envolvidos em actividades de aprendizagem ao longo da vida, observando-se um aumento dessa proporção à medida que se passa para escalões de rendimento mais elevados, abrangendo 75% dos indivíduos cujo rendimento mensal líquido é superior a 3000 euros.¹⁰

A diferença assinalada entre rendimentos mais baixos e mais elevados é particularmente notória no que respeita à participação em actividades de aprendizagem não formal, em que a proporção de participação entre os indivíduos do escalão de rendimentos mais baixo é de 14,9% (sem diferenças assinaláveis entre sexos) aumentando para 72,4% no escalão mais alto, com proporções diferenciadas entre os homens (68,8%) e entre as mulheres (82,0%).¹¹

À medida que aumenta o rendimento aumenta a proporção de participação em actividades de aprendizagem ao longo da vida e de educação não formal, com particular expressão entre as mulheres, sendo que o envolvimento destas em actividades de aprendizagem é sempre, comparativamente, muito mais elevado do que o dos homens, a partir da classe de rendimentos 500 a 750 euros.

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de aprendizagem ao longo da vida e em educação não formal (%) por sexo e escalão de rendimento mensal líquido

Quadro 2.2

	ALV			Educação não formal		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Menos de 500 euros	19,2%	19,2%	19,2%	14,9%	15,6%	14,5%
Entre 500 e 750 euros	27,4%	22,6%	35,4%	23,5%	19,3%	30,4%
Entre 750 e 1000 euros	40,5%	36,4%	49,5%	35,9%	32,2%	43,9%
Entre 1000 e 1500 euros	53,5%	48,9%	61,2%	50,1%	45,4%	58,0%
Entre 1500 e 2000 euros	60,2%	55,0%	67,4%	58,3%	52,2%	66,9%
Entre 2000 e 3000 euros	72,0%	71,5%	73,1%	68,4%	67,8%	69,7%
Mais de 3000 euros	75,0%	68,8%	91,4%	72,4%	68,8%	82,0%

¹⁰ Para esta análise toma-se em consideração a variável rendimento mensal líquido proveniente da ocupação principal dos empregados.

¹¹ Note-se que a participação em actividades de aprendizagem formal é fortemente sustentada pelos estudantes e a questão do rendimento mensal líquido apenas é colocada aos indivíduos empregados cuja situação na profissão seja trabalhador por conta própria com ou sem empregados e trabalhadores por conta de outrem, pelo que a análise em termos de educação formal não é relevante.

APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA: EDUCAÇÃO
FORMAL E NÃO FORMAL

A proporção de participação desce para os indivíduos mais velhos com mais baixos rendimentos, mas não para os mais novos, para os quais a educação/formação poderá constituir um meio para atingir rendimentos mais elevados. Este não parece constituir um factor de motivação para os indivíduos mais velhos, mais próximos da saída do mercado de trabalho.

Tal como se observou relativamente ao nível de escolaridade de base dos indivíduos, com um aumento das taxas de participação em aprendizagem ao longo da vida à medida que se avança para níveis escolares mais elevados, também em relação ao nível de escolaridade atingido pelos pais é possível observar o mesmo tipo de tendência.

Assiste-se à reprodução de um certo padrão de escolaridade entre as gerações de pais e de filhos – se é certo, por um lado, que quanto maior a escolaridade dos primeiros, maior é a escolaridade dos segundos, padrão evidenciado nestes dados e confirmado noutros estudos, por outro, evidencia-se a tendência para a escolaridade dos pais ajudar a definir percursos diferenciados em termos de aprendizagem ao longo da vida, conforme se constatará em análise mais pormenorizada no capítulo VII.¹²

Quer se considere o nível de escolaridade da mãe ou do pai, a proporção dos que desenvolvem actividades de aprendizagem ao longo da vida passa de níveis muito abaixo da média para aqueles cujos pai e mãe não têm qualquer nível de escolaridade, respectivamente, 13,0% e 13,9%, para valores que vão aumentando, atingindo cerca de três quartos daqueles cujo pai e mãe possuem ensino superior, respectivamente 72,2% e 72,7%. Tendência que se repercute com semelhantes proporções nas actividades de educação formal e não formal.

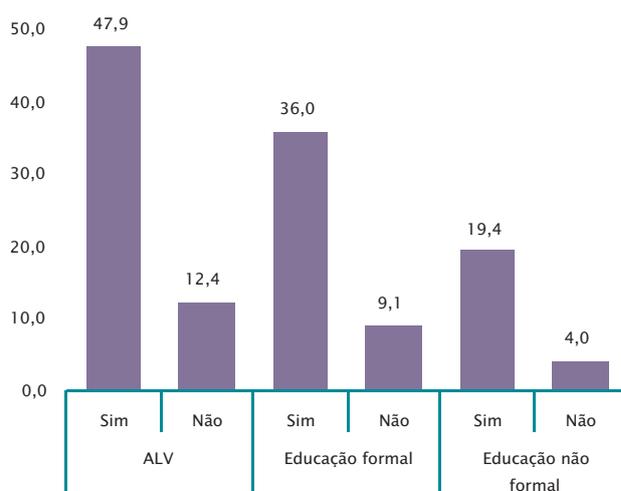
Para melhor caracterizar o perfil ou os perfis dos participantes em aprendizagem ao longo da vida, para além das variáveis habitualmente utilizadas, complementou-se a análise com a inclusão de variáveis relativas ao conhecimento de línguas estrangeiras (com um desenvolvimento mais detalhado no capítulo IV) e de TIC, bem como a hábitos de leitura de livros e de jornais.

Quase metade dos indivíduos que conhece outras línguas para além da língua materna participou em qualquer actividade de aprendizagem ao longo da vida (47,9%), proporção que compara com 12,4% entre os indivíduos que referem não ter esse tipo de conhecimento. Para os que conhecem línguas estrangeiras, o envolvimento nas referidas actividades aumenta paralelamente ao aumento do número de línguas estrangeiras conhecidas.

¹² A título de exemplo, veja-se Alves, Nuno “Novos factos sobre a pobreza em Portugal”, *in* Boletim Económico, Primavera 2009, Banco de Portugal, Volume 15, Número 1, Lisboa, Banco de Portugal.

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de aprendizagem ao longo da vida, em educação formal e não formal (%) por conhecimento de línguas para além da materna

Figura 2.5



O mesmo padrão de participação repete-se, quer se trate de educação formal, quer de educação não formal, sendo que os indivíduos que conhecem línguas estrangeiras, não só apresentam proporções de participação em actividades daquele tipo acima da média (19,4% para a educação formal e 36,0% para a não formal), como esses valores são claramente superiores aos observados entre os indivíduos que não conhecem línguas estrangeiras, respectivamente, 4,0% para a educação formal e 9,1% para a educação não formal.

O conhecimento de outras línguas para além da língua materna tem uma relação positiva e significativa com a participação em actividades de aprendizagem ao longo da vida e de educação não formal. Por comparação com os que conhecem apenas a língua materna, os indivíduos que conhecem pelo menos uma língua estrangeira têm associada uma probabilidade de se envolverem naquelas actividades superior em 9,6 p.p. e em 8,8 p.p., respectivamente (*vide* Quadros 7.1 e 7.2, Anexo 7).

Quanto às TIC, a uma maior frequência de utilização de computador e de Internet associa-se um aumento da proporção de participantes em aprendizagem ao longo da vida, bem como das duas dimensões que a compõem, educação formal e não formal. Face à frequência de utilização daquelas tecnologias e à autoavaliação dos indivíduos em relação ao seu nível de conhecimentos neste domínio, estabeleceu-se uma classificação de nível de competências TIC.¹³

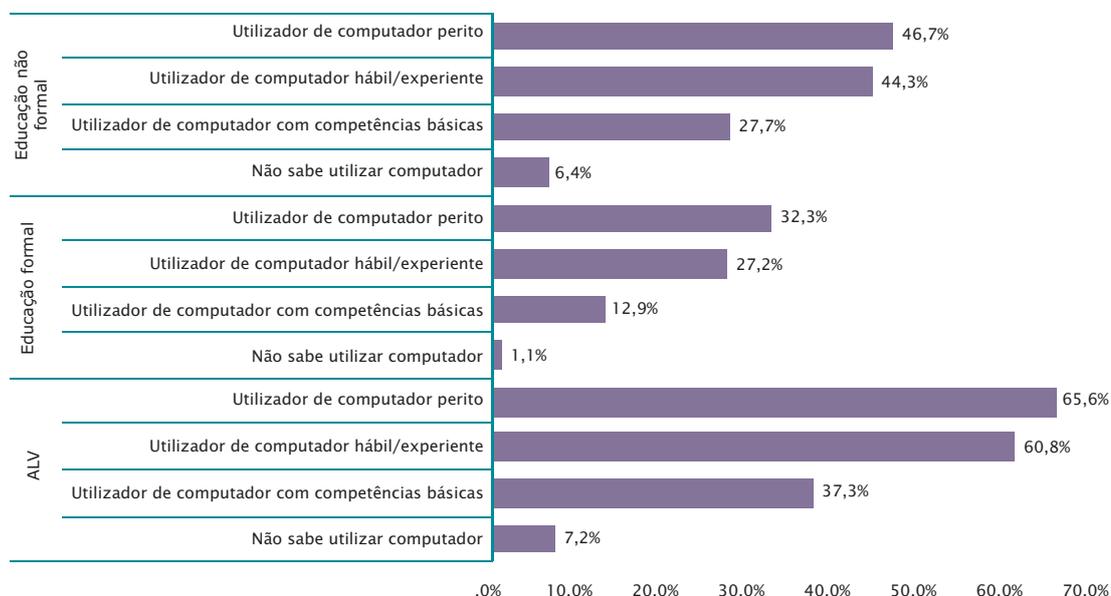
¹³ Classificação de nível de competências TIC: 1 - Não sabe utilizar computador; 2 - Utilizador de computador com competências básicas (copiar ou mover um ficheiro ou uma pasta, escrever um texto usando um processador de texto, usar fórmulas simples em folhas de cálculo); 3 - Utilizador de computador hábil/experiente (formatar texto, usar fórmulas mais avançadas e criar gráficos numa folha de cálculo, instalar dispositivos e/ou programas simples, usar bases de dados); 4 - Utilizador de computador perito (conceber macros, programas de computador, resolver problemas informáticos).

APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA: EDUCAÇÃO
FORMAL E NÃO FORMAL

Para qualquer dos indicadores considerados, apenas entre os indivíduos que não sabem utilizar computador se registam proporções de participação claramente inferiores à média (7,2% para aprendizagem ao longo da vida, 1,1% para educação formal e 6,4% para educação não formal). A passagem para níveis de competências TIC mais elevados faz-se acompanhar por um aumento da proporção de participantes em todos os indicadores, que abrange, respectivamente, pela ordem dos indicadores acima apresentada, 65,6%, 32,3% e 46,7% dos peritos em informática.

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de aprendizagem ao longo da vida, em educação formal e não formal (%) por nível de competências TIC

Figura 2.6



O cálculo da probabilidade de participação em aprendizagem ao longo da vida e em educação não formal em função do nível de competências TIC, isolando este de todos os outros possíveis efeitos naquela variável, sublinha que quanto maior o nível de competências naquela área maior a probabilidade de envolvimento nas referidas actividades, ou seja, as competências TIC têm uma relação positiva e significativa com a participação nas actividades em análise: a probabilidade de um utilizador daquelas tecnologias com competências básicas participar em actividades de aprendizagem ao longo da vida e em educação não formal é superior em, respectivamente, 24,1 p.p. e 16,4 p.p., face aos indivíduos que não sabem utilizar computador, em 34,2 p.p. e 25,3 p.p. para os utilizadores hábeis/experientes e em 37,8 p.p. e 28,5 p.p. para os peritos em TIC (*vide* Quadros 7.1 e 7.2, Anexo 7).

Qualquer que seja o indicador considerado, os leitores de livros e de jornais apresentam taxas de participação muito superiores à média. Entre os indivíduos que nos últimos 12 meses leram algum livro como actividade de lazer, 45,6% participaram em aprendizagem ao longo da vida, 18,9% em educação formal e 33,8% em educação não formal. Entre os que lêem, à maior frequência de leitura de livros associam-se também proporções de participação mais elevadas nos três indicadores.

Quanto à leitura de jornais, a proporção de participação dos que nunca têm esta prática é aproximadamente metade da média observada em qualquer dos indicadores – 15,3% para a aprendizagem ao longo da vida; 6,8% para a educação formal e 10,4% para a educação não formal – valores que aumentam à medida que aumenta a frequência de leitura e que envolvem, pela mesma ordem, 37,9%, 12,9% e 30,2% dos leitores diários de jornais.

II.II. CARACTERIZAÇÃO DAS ACTIVIDADES DE EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL

Para qualquer tipo de educação, formal ou não formal, a maioria dos indivíduos realizou apenas uma actividade – 98,2% no caso da educação formal e 66,4% no caso da educação não formal. Nesta, 21,2% dos indivíduos realizaram duas actividades, 8,5% três actividades e 3,9% dos indivíduos entre quatro e oito actividades.

No IEFA foi recolhido um conjunto de informação com vista à caracterização das actividades de educação formal e não formal, desenvolvidas pelos indivíduos nos doze meses prévios à entrevista. Para a caracterização mais detalhada dessas actividades (entre uma a três), optou-se por tratar a totalidade de actividades realizadas em cada um dos tipos de educação, formal e não formal.¹⁴

A maioria das actividades de educação formal (53,7%) nas quais os indivíduos estiveram envolvidos permitiu-lhes ingressar, mesmo que não concluir, o ensino superior, enquanto 28,1% decorreram no âmbito do ensino secundário/pós-secundário e 18,2% do ensino básico.

Quanto à educação não formal, 65,6% das actividades conferiram aos indivíduos um certificado/diploma necessário para o desenvolvimento da actual ou futura actividade profissional. A aquisição de conhecimentos com possibilidade de utilização prática, designadamente no domínio profissional, é um aspecto a considerar na educação não formal: em 65,6% das actividades deste tipo os indivíduos que as desenvolveram usam ou esperam usar as competências/conhecimentos adquiridos muitas vezes e 23,2% algumas vezes.

CAIXA 2.3

A Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação – CNAEF (Portaria nº 256/2005 de 16 de Março), classifica e agrupa os programas de educação e formação de acordo com as semelhanças dos seus conteúdos principais (independentemente das motivações pessoais, do sector de actividade inerente a determinada área de formação ou mesmo do nível de escolaridade dos indivíduos). Em termos de estrutura (*vide* Anexo 8), a CNAEF assenta num sistema hierárquico de classificação em que o primeiro dígito indica os grandes grupos, o segundo dígito os subgrupos, também designados por áreas de estudo, e o terceiro dígito as áreas de educação e formação. No âmbito dos dados que agora se divulgam privilegiar-se-á a classificação por grandes grupos, com enfoque em alguns subgrupos e áreas de educação e formação que se revelem expressivos.

¹⁴ No caso de os indivíduos terem realizado quatro ou mais actividades de educação não formal, para a caracterização das mesmas foi feita uma selecção aleatória de três actividades no momento da entrevista.

APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA: EDUCAÇÃO
FORMAL E NÃO FORMAL

Em termos de áreas de educação e formação, o grande grupo das ciências sociais, comércio e direito abrange a maior proporção de actividades de educação formal (27,0%) – onde tem grande expressão o subgrupo das ciências empresariais (16,0%) – seguido da engenharia, indústrias transformadoras e construção (16,8%), dos programas gerais (16,5%), da saúde e protecção social (12,1%), das ciências, matemática e informática (8,6%) e das artes e humanidades (8,1%), onde o subgrupo das artes tem algum relevo (5,4%).

Distribuição das actividades de educação formal e não formal (%) por área de educação e formação

Quadro 2.3

	Educação formal	Educação não formal
Programas gerais	16,5	1,7
Educação	3,6	4,1
Artes e humanidades	8,1	10,3
Artes	5,4	4,1
Humanidades	2,6	6,2
Línguas e literaturas estrangeiras	1,1	4,5
Ciências sociais, comércio e direito	27,0	22,7
Ciências empresariais	16,0	17,3
Ciências, matemática e informática	8,6	14,7
Informática	4,5	12,3
Ciências informáticas	4,5	3,4
Informática na óptica do utilizador	0,0	8,8
Engenharia, indústrias transformadoras e construção	16,8	11,0
Engenharia e técnicas afins	8,1	6,0
Indústrias transformadoras	1,2	3,2
Arquitectura e construção	7,5	1,8
Agricultura	1,3	1,5
Saúde e protecção social	12,1	11,0
Saúde	9,3	8,9
Serviços sociais	2,8	2,1
Serviços	5,9	22,8
Serviços pessoais	3,7	4,5
Serviços de transporte	0,3	5,3
Protecção do ambiente	1,4	1,2
Serviços de segurança	0,4	11,7
Desconhecido ou não especificado	0,1	0,2
Total	100,0	100,0

A distribuição das actividades de educação não formal pelas áreas de educação e formação é um pouco diferente da observada nas actividades de educação formal, ainda que o grande grupo das ciências sociais, comércio e direito esteja entre os mais representados (22,7%), a par dos serviços

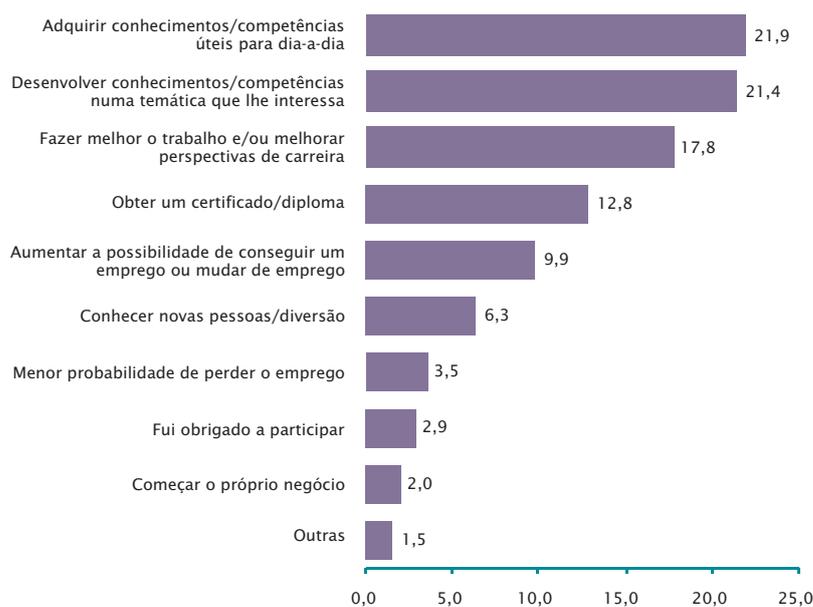
(22,8%), no âmbito do qual se destaca o subgrupo dos serviços de segurança (11,7%). Segue-se o grande grupo das ciências, matemática e informática, que representa 14,7% das actividades, no âmbito do qual tem particular relevo a área de educação e formação informática na óptica do utilizador (8,8%). Os grandes grupos de engenharia, indústrias transformadoras e construção e de saúde estão igualmente representados, ambos com 11,0%, seguidos das artes e humanidades (10,3%), no âmbito da qual se encontra a área de educação e formação línguas e literaturas estrangeiras (4,5%).

A educação e a formação constituem um requisito fundamental para a empregabilidade dos indivíduos, entendida genericamente enquanto capacidade de estes acederem a um emprego, de o manterem e de, se necessário, ter possibilidade de acesso a um novo emprego. A análise dos motivos para a realização das actividades deixa antever a natureza diferenciada das actividades de educação formal e não formal. Para aproximadamente três quartos (74,2%) das primeiras, os motivos para a realização das mesmas são principalmente pessoais, estando as motivações de ordem profissional na origem das restantes 25,8% das actividades. Nas actividades de educação não formal, há uma relação mais equilibrada entre essas duas ordens de motivos: 52,5% das actividades têm por base motivações principalmente de ordem pessoal e 47,5% devem-se a motivos principalmente profissionais.

No âmbito das actividades de educação não formal, para aquelas que eram aulas privadas ou cursos, solicitou-se aos indivíduos que especificassem mais pormenorizadamente as motivações que estiveram na origem da sua realização (admitindo-se que as actividades realizadas no âmbito da actividade profissional têm na sua base motivações de ordem profissional). Nas motivações inerentes ao desenvolvimento daquelas actividades confluem perspectivas de melhoria no campo profissional e pessoal: 21,9% das actividades têm por base a aquisição de conhecimentos/competências úteis para o dia-a-dia; 21,4% o desenvolvimento de competências/conhecimentos numa temática do interesse dos indivíduos; com 17,8% daquelas actividades os indivíduos pretendem fazer melhor o seu trabalho e/ou melhorar perspectivas de carreira; 12,8% obter um certificado/diploma; e 9,8% visam aumentar a possibilidade de conseguir um emprego ou mudar de emprego.

APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA: EDUCAÇÃO
FORMAL E NÃO FORMAL**Distribuição das razões de participação em actividades de
educação não formal - aulas privadas ou cursos (%) pelos
indivíduos com idade entre 18 e 64 anos**

Figura 2.7



Se para a quase totalidade das actividades de educação formal (89,8%) os indivíduos utilizaram computador e Internet, sendo que para apenas 6,5% daquelas não foi utilizada qualquer uma destas tecnologias, nas actividades de educação não formal é maioritária (52,4%) a proporção daquelas em relação às quais não se utilizou computador e Internet. Em cerca de três quartos daquelas actividades (35,6%) foram utilizadas aquelas tecnologias e para 11,6% utilizou-se computador *offline*.

Da comparação entre as actividades realizadas no âmbito dos dois tipos de educação em análise (sendo que a educação não formal se restringe aqui às aulas privadas ou cursos) relativamente ao período em que as mesmas decorreram, dentro ou fora do horário de trabalho, resulta que em ambos os casos ocorreram maioritariamente em situações em que os indivíduos não estavam a trabalhar. Porém, a proporção das que ocorreram em período laboral é superior entre as actividades de educação não formal: 18,1% foram desenvolvidas apenas durante o horário de trabalho e 5,4% maioritariamente no horário de trabalho, o que compara com 2,9% e 2,4% das actividades de educação formal.¹⁵

A despesa em actividades de educação formal e não formal (considerando somente as aulas privadas ou cursos) foi suportada principalmente pelo próprio ou por algum familiar, ainda que a entidade empregadora assumia um papel de algum relevo ao nível da educação não formal.

¹⁵ Em causa estão novamente apenas as aulas privadas ou cursos, admitindo-se que as actividades de educação não formal desenvolvidas no âmbito da actividade profissional dos indivíduos ocorreram no horário de trabalho.

Considerando o tempo despendido nas actividades em análise nos doze meses prévios à entrevista, verifica-se que em média foram gastas 700,6 horas por actividade de educação formal e 65,1 horas por actividade de educação não formal. Ou seja, fazendo a análise por participantes, em média, cada um dos cerca de 816 mil estudantes de educação formal despendeu 707 horas nos últimos 12 meses naquele tipo de actividades, enquanto cada um dos cerca de 1,6 milhões de participantes em actividades de educação não formal despendeu 93,7 horas, valor inferior ao da educação formal, dada a natureza menos intensiva daquele tipo de cursos.

Aproximadamente quatro em cada cinco (82,8%) dos participantes em educação formal tiveram despesas relacionadas com a actividade de educação formal em que estiveram envolvidos, suportadas pelo próprio ou por algum familiar, seja despesas com propinas/mensalidades, matrículas e exames, seja despesas em livros e/ou meios técnicos de estudo. O total da despesa por indivíduo participante em educação formal foi de 1009,4 euros, a que corresponde 629,4 euros por actividade.

Cada um dos indivíduos que participou em educação não formal teve um custo médio de 254,3 euros neste tipo de aprendizagem, o que representa um custo médio por actividade de 555,3¹⁶ euros. Note-se porém, que somente um quarto dos participantes em educação não formal efectuou despesas nestas actividades, a maioria das quais foram desenvolvidas no âmbito da actividade profissional dos indivíduos, tendo sido as despesas suportadas pela entidade empregadora.

Indicadores de educação formal e não formal

Quadro 2.4

	Participantes (milhares de indivíduos)	Actividades (Nº)	Horas por participante (Nº)	Horas por actividade (Nº)	Despesa em propinas e livros por participante (euros)	Despesa em propinas e livros por actividade (euros)
Educação formal	816,2	823 693	707,0	700,6	1 009,4	629,4
Educação não formal	1 569,3	2 257 768	93,7	65,1	254,3	555,3

A entidade empregadora assume um papel relevante no desenvolvimento das actividades de educação não formal, não apenas nas que são desenvolvidas no âmbito da actividade profissional dos indivíduos, mas também ao nível das actividades consideradas aulas privadas ou cursos. Esse papel é notório no período em que as mesmas decorrem, como atrás se observou, e também enquanto promotoras dessas actividades. A entidade empregadora é a promotora da maioria das actividades (36,4%), seguida das instituições de educação e formação não formal (22,9%) e dos estabelecimentos de ensino (12,2%).

¹⁶ Neste caso em concreto, e ao contrário do que acontece com a educação formal, o custo médio por actividade é mais elevado do que o custo médio por participante pelo facto de o número de actividades em causa ser reduzido (cerca de metade do número de participantes em educação não formal), pois trata-se de aulas privadas/cursos pagos pelo próprio/familiar, sendo um sub-universo das actividades de educação não formal.

APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA: EDUCAÇÃO
FORMAL E NÃO FORMAL**II.III. OBSTÁCULOS À APRENDIZAGEM – RAZÕES DA NÃO PARTICIPAÇÃO EM
EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL**

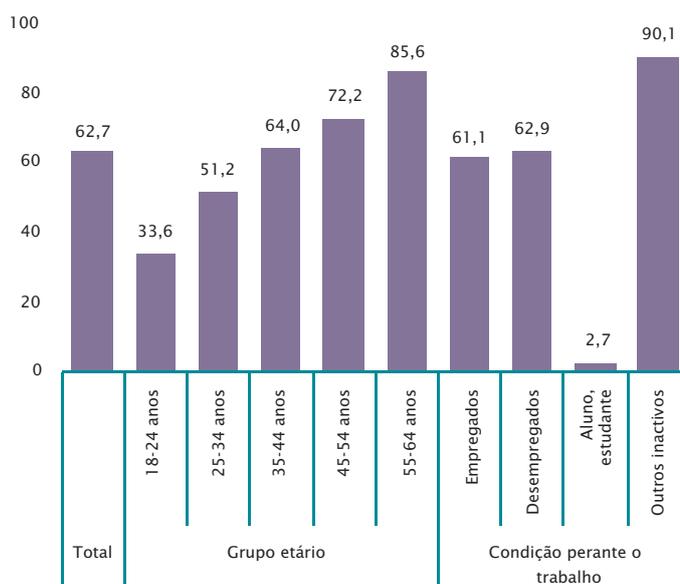
Para concluir o capítulo da participação em aprendizagem ao longo da vida, nas componentes de educação formal e não formal, inclui-se uma breve referência ao outro lado da educação e formação: o que dificulta a aprendizagem? Pretende-se analisar quais são, neste domínio, as principais barreiras percebidas pelos indivíduos.

Face à participação ou não em actividades de aprendizagem ao longo da vida nos últimos 12 meses, os indivíduos inquiridos foram agrupados em quatro categorias: os que “participaram e quiseram participar” em mais actividades de educação e formação (8,3%); os que “participaram mas não quiseram participar” em mais actividades educativas e formativas (22,5%); os que “não participaram mas quiseram participar” (6,4%); e, por fim, os que “não participaram e não quiseram participar” (62,7%).

Em suma, mais de 4,6 milhões de indivíduos (69,1% da população total) não participaram em actividades de educação formal e não formal. Destes, mais de 4,2 milhões, ou seja, 62,7% da população total (o que corresponde a 90,7% dos indivíduos que não participaram nessas actividades), afirmaram não participar nem querer participar nas referidas actividades. Dada a sua expressão, importa perceber quais são os obstáculos sentidos por estes indivíduos face à aprendizagem.

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que não participou e não quis participar em actividades de educação formal e não formal (%) por grupo etário e condição perante o trabalho

Figura 2.8



Observa-se que a proporção dos que não participaram nem quiseram participar em actividades de educação formal e não formal vai aumentando à medida que aumenta a idade: abrange cerca

APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA: EDUCAÇÃO
FORMAL E NÃO FORMAL

de um terço dos que têm idade entre 18 e 24 anos (33,6%), metade dos indivíduos do escalão etário seguinte, dos 25 aos 34 anos (51,2%), aumentando até ao escalão etário dos 55 aos 64 anos (85,5%). Homens e mulheres apresentam proporções semelhantes nesta matéria. Em termos de condição perante o trabalho verifica-se que os estudantes são quem apresenta a proporção mais baixa de indivíduos não participantes em educação formal e não formal e que não quiseram participar (2,7%), que compara com 61,1% dos empregados, 62,9% dos desempregados e 90,1% dos inactivos.

A ideia de que envolver-se em actividades de aprendizagem ao longo da vida não acrescenta mais-valia do ponto de vista profissional e pessoal, a par das responsabilidades familiares, constituem, entre os vários obstáculos possíveis, os mais referidos.

Dos indivíduos que não se envolveram nem quiseram envolver-se nos últimos 12 meses em actividades de aprendizagem ao longo da vida, 36,8% e 28,8% consideram a formação desnecessária, ora para o seu desempenho profissional, ora a nível pessoal, respectivamente, e 32,4% referem a falta de tempo devido a responsabilidades familiares. Se as duas primeiras razões são mais referidas pelos homens (41,2% dos homens consideram a formação desnecessária para o trabalho, face a 32,4% das mulheres; 31,3% dos homens consideram-na desnecessária a nível pessoal, o que compara com 26,2% das mulheres), na última inverte-se a tendência – 22,7% para os homens e 42,1% para as mulheres.

Seguem-se razões ligadas à idade (naturalmente mais referida pelos indivíduos mais velhos) e à falta de confiança/segurança com a ideia de “voltar à escola”, mencionadas por 21,2% e 20,4% dos indivíduos, respectivamente. São também apontados obstáculos que se relacionam com a actividade profissional dos indivíduos: 13,5% mencionam a falta de apoio da entidade empregadora e 12,5% referem que a formação colidia com o horário de trabalho.

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que não participou e não quis participar em actividades de educação formal e não formal (%) por razões da não participação

Figura 2.9



APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA: EDUCAÇÃO
FORMAL E NÃO FORMAL**II.IV. CONCLUSÕES**

Neste capítulo foram apresentados os principais dados relativos à participação em aprendizagem ao longo da vida, abrangendo as dimensões da educação formal e não formal, bem como as características das actividades educativas e formativas desenvolvidas pelos indivíduos.

Como principais conclusões ao nível da participação, salienta-se:

- i) A participação em actividades de aprendizagem ao longo da vida tem grande evidência nas gerações mais jovens, sendo particularmente suportada pela participação do grupo etário com idade entre 18 e 24 anos na educação formal.
- ii) A análise dos efeitos da idade na probabilidade de participação em actividades de educação não formal revela, porém, que esta não é a variável mais determinante.
- iii) A escolaridade dos indivíduos tem um efeito significativo e positivo na probabilidade de participação em actividades de aprendizagem ao longo da vida: a expressão do fenómeno da aprendizagem ao longo da vida aumenta à medida que aumentam as qualificações escolares dos indivíduos.
- iv) Tomando por comparação o grupo dos domésticos, a probabilidade de participar em aprendizagem ao longo da vida é superior para os estudantes, os empregados e os desempregados.
- v) As categorias profissionais a que se associam mais elevados níveis de qualificações apresentam taxas de participação mais altas em aprendizagem ao longo da vida.
- vi) Os indivíduos com conhecimentos em línguas estrangeiras, com níveis de competências em TIC e com hábitos de leitura de livros e jornais evidenciam níveis de participação em educação e formação mais elevados face à média.

As actividades de educação formal e não formal que os indivíduos desenvolveram foram caracterizadas em termos de áreas de educação e formação, motivações, volume de horas despendidas e despesa com as mesmas. Conclui-se que:

- vii) As actividades de educação formal foram desenvolvidas principalmente nas ciências sociais, comércio e direito, na engenharia, indústrias transformadoras e construção e nos programas gerais.
- viii) O grande grupo das ciências sociais, comércio e direito é também o mais representado nas actividades de educação não formal, seguido das ciências, matemática e informática, no qual se destaca a informática na óptica do utilizador.

- ix) As motivações para a realização de actividades de educação formal e não formal são diferenciadas: considerando a totalidade das actividades, às primeiras associam-se sobretudo motivações de ordem pessoal (três quartos das mesmas), enquanto para as segundas se observa uma distribuição equitativa entre as motivações de ordem pessoal e profissional.
- x) Em média foram gastas 77,6 horas e 629,4 euros por actividade de educação formal e 65,1 horas e 555,3 euros por actividade de educação não formal.

A especificidade das actividades de aprendizagem informal, com um carácter menos organizado e menos estruturado do que a educação formal e a educação não formal, requer por conseguinte uma análise particular. Tratam-se de actividades que decorrem da vida diária de cada indivíduo, numa base de auto-aprendizagem. A sua concretização depende assim, e em grande parte, da vontade individual, pelo que importa conhecer e caracterizar os indivíduos que realizaram este tipo de aprendizagem no período de referência.

Cerca de dois quintos dos indivíduos com idade entre 18 e 64 anos estiveram envolvidos, com a intenção deliberada de aprender, em algum tipo de actividade de aprendizagem informal. Poder-se-á delinear o seguinte retrato-tipo do participante nestas actividades: é um indivíduo com idade até aos 44 anos; com ensino superior (revelando-se o nível de escolaridade uma variável com impacto significativo na probabilidade de participação nestas actividades); que tem nos familiares, amigos ou colegas, no material impresso e no computador os meios privilegiados através dos quais deliberadamente aprende; que tem um elevado nível de competências TIC; é um leitor assíduo de livros e jornais e desenvolveu competências preferencialmente nas áreas de ciências, matemática e informática, artes e humanidades e serviços.

CAIXA 3.1

As actividades de aprendizagem informal não envolvem um professor, monitor ou equivalente. Ou seja, não há uma escola ou outra instituição directamente envolvida. Apesar de não fazerem parte de qualquer actividade leccionada ou programa de estudos, têm de ser actividades intencionais da parte do indivíduo no sentido de melhorar os seus conhecimentos. São, portanto, actividades não organizadas enquanto actividades leccionadas de aprendizagem, sendo da responsabilidade do indivíduo organizar a sua actividade, quer quanto aos métodos a utilizar, quer quanto à duração da mesma. Não existe qualquer limite quanto à duração da actividade; é o indivíduo quem decide quanto tempo dedica a cada actividade de aprendizagem informal que realiza.

III.I. CARACTERIZAÇÃO DOS PARTICIPANTES EM APRENDIZAGEM FORMAL

Em 2007, 40,8% dos indivíduos desenvolveram algum tipo de aprendizagem decorrente das actividades da vida quotidiana relacionadas com o trabalho, a família, a vida social ou o lazer, ou seja, actividades que ocorreram na vida diária de cada indivíduo, numa base de auto-aprendizagem. É um tipo de formação que normalmente tem lugar fora de estruturas institucionais, ocorrendo num ambiente de aprendizagem que os indivíduos podem organizar e estruturar livremente.

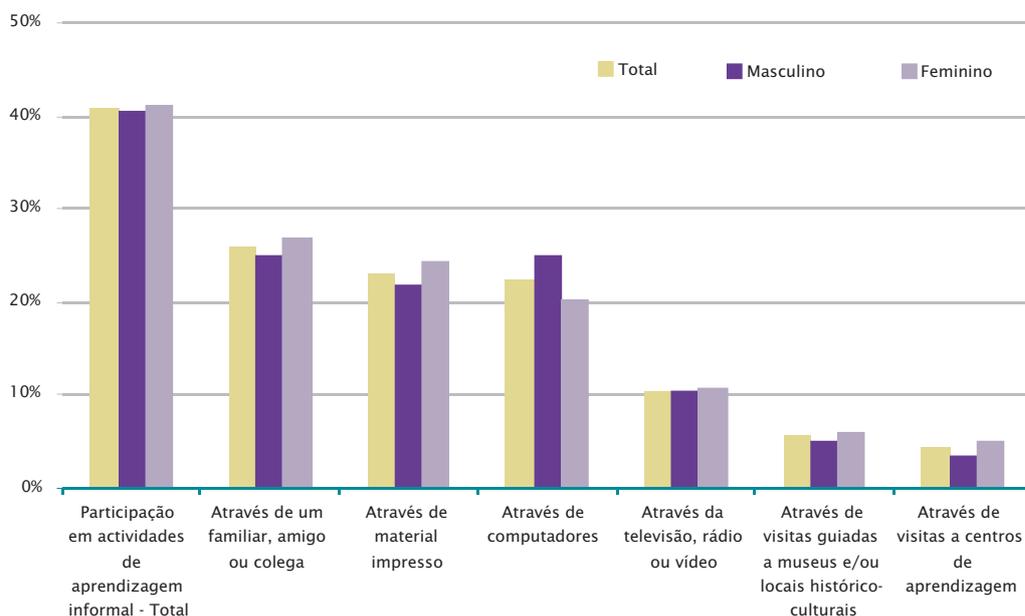
Aproximadamente metade dos residentes das zonas densamente povoadas participou em aprendizagem informal (47,3%). Nas zonas medianamente povoadas e pouco povoadas essa proporção é de, respectivamente, 33,5% e 38,2%. A estimação de um modelo de probabilidade de participação neste tipo de actividades permitiu isolar o efeito desta variável, observando-se que ao facto de se residir numa zona densamente povoada, se associa uma probabilidade de participação superior em 4,0 p.p., por comparação com o facto de se residir em zonas pouco povoadas (*vide* Quadro 7.3, Anexo 7).

Face à média nacional, Lisboa e Alentejo apresentam níveis de participação superiores, o Norte tem um desempenho similar e as restantes regiões apresentam valores de participação em aprendizagem informal inferiores, destacando-se as Regiões Autónomas. Com efeito, isolando o impacto de outras variáveis, o facto de se residir na Região Autónoma dos Açores tem associada uma probabilidade de participação em actividades de aprendizagem informal inferior em 28,9 p.p. face à probabilidade de participar no mesmo tipo de actividades residindo em Lisboa. Tomando em consideração a Região Autónoma da Madeira e o Algarve, e tendo também por referência a região de Lisboa, essa variação na probabilidade é negativa em 19,7 p.p. e em 10,2 p.p., respectivamente (*vide* Quadro 7.3, Anexo 7).

Familiar, amigo ou colega (25,9%), material impresso (23,1%) e computador (22,5%) constituem os meios de aprendizagem informal mais utilizados pelos indivíduos, não se registando diferenças significativas entre sexos, quer quanto à participação, quer quanto aos meios utilizados, com excepção dos computadores, mais utilizados pelos homens (25,0%) do que pelas mulheres (20,1%).

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de aprendizagem informal (%) por sexo e meios de aprendizagem

Figura 3.1

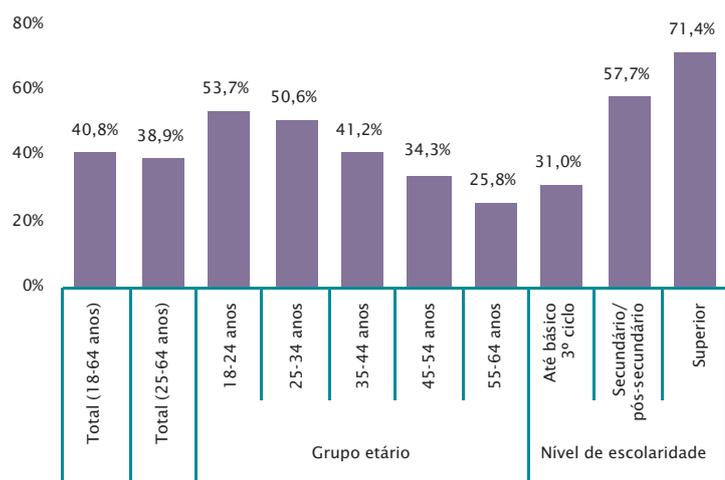


APRENDIZAGEM INFORMAL

À semelhança dos dois tipos de actividades de educação e formação previamente analisados – formal e não formal –, também a aprendizagem informal é marcada pela clivagem etária. A proporção de indivíduos que desenvolveu nos últimos 12 meses competências/conhecimentos através de aprendizagem informal varia inversamente com a idade, apresentando os indivíduos com idade até aos 44 anos proporções de participação acima da média total (mais de metade dos indivíduos do escalão etário 18-24 anos e 25-34 anos, respectivamente, 53,7% e 50,6%, descendo para 25,8% no escalão etário mais elevado).

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de aprendizagem informal (%) por grupo etário e nível de escolaridade mais elevado completo

Figura 3.2



Atendendo aos meios utilizados, também se assinalam algumas particularidades consoante a idade dos indivíduos. É certo que os meios mais utilizados na aprendizagem informal, acima referidos, são comuns a todos os escalões etários, porém, a importância relativa de cada um dos meios varia com a idade dos indivíduos. Assim, se a aprendizagem através de familiares, amigos ou colegas e através de computadores tem um peso semelhante entre os indivíduos com idades até aos 35 anos, a partir desta idade o computador cede importância face aos familiares, amigos ou colegas e ao material impresso, que passa a assumir a segunda posição enquanto meio privilegiado de aprendizagem informal.

Os indivíduos com escolaridade superior apresentam um nível de participação muito acima da média total, 71,4%, valor que desce para 57,7% entre os indivíduos com escolaridade de nível secundário/pós-secundário e para 31% entre os indivíduos com escolaridade até ao 3º ciclo do ensino básico.

O nível de escolaridade tem um impacto muito significativo na probabilidade associada à participação em aprendizagem informal. Entre um conjunto de variáveis analisado foi a que se revelou mais significativa nesta matéria.¹⁷

Por comparação com os indivíduos que não têm qualquer escolaridade, verifica-se um aumento do efeito nessa probabilidade à medida que aumenta o nível de qualificações escolares dos indivíduos. Se a probabilidade de participação associada a um indivíduo com o primeiro ciclo do ensino básico tem uma variação positiva de 13,5 p.p. face a um indivíduo sem qualquer escolaridade, para um indivíduo com o ensino superior essa variação é superior em 56,1 p.p. (*vide* Quadro 7.3, Anexo 7).

Os computadores e o material impresso constituem os meios de aprendizagem informal privilegiados pelos indivíduos com escolaridade superior, respectivamente, 57,3% e 56,0%. Em contraste, os indivíduos com escolaridade até ao básico têm nos familiares, amigos ou colegas o meio de aprendizagem informal preferencial. De resto, é o grupo de indivíduos com escolaridade superior quem mais utiliza o computador enquanto veículo de aprendizagem (o que compara com 40% para os indivíduos com o secundário/pós-secundário e com 11,8% para os que têm até ao 3º ciclo).

Sublinhe-se a utilização de outros meios, ainda não mencionados, por parte dos indivíduos com escolaridade superior, como a televisão (19,2%), as visitas guiadas a museus e/ou locais histórico-naturais (18,7%) e as visitas a centros de aprendizagem, como bibliotecas (14,7%), em todos os casos com proporções muito acima da média para o total da população.

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de aprendizagem informal (%) por meios de aprendizagem, grupo etário e nível de escolaridade mais elevado completo

Quadro 3.1

	Grupo etário					Nível de escolaridade			
	Total	18-24 anos	25-34 anos	35-44 anos	45-54 anos	55-64 anos	Até ao básico 3º ciclo	Secundário/pós-secundário	Superior
Participação em actividades de aprendizagem informal - Total	40,8	53,7	50,6	41,2	34,3	25,8	31,0	57,7	71,4
Através de um familiar, amigo ou colega	25,9	36,4	33,4	25,1	21,2	15,4	20,8	35,9	40,6
Através de material impresso	23,1	28,7	29,7	23,8	19,5	13,6	13,9	35,8	56,0
Através de computadores	22,5	36,7	33,4	21,4	16,0	7,3	11,8	40,0	57,3
Através da televisão, rádio ou vídeo	10,5	12,6	13,8	10,8	8,1	6,9	7,8	14,8	19,2
Através de visitas guiadas a museus e/ou locais histórico-culturais	5,5	6,7	7,0	5,7	4,5	3,3	2,1	9,3	18,7
Através de visitas a centros de aprendizagem	4,2	9,5	6,7	2,6	2,3	1,4	1,2	8,5	14,7

¹⁷ Para esta análise, que permite avaliar o efeito de determinada característica dos indivíduos na participação em actividades de aprendizagem informal, isolando esse impacto do impacto de outras características (ou seja, quando uma das características varia, permanecendo constantes todas as outras), incluíram-se variáveis como o nível de escolaridade mais elevado concluído, a idade, a condição perante o trabalho, a zona de residência (NUTS II e densidade de povoamento) e nível de competências TIC.

APRENDIZAGEM INFORMAL

Verifica-se que a participação em actividades de aprendizagem informal é muito mais elevada entre os indivíduos que utilizam computador e Internet todos os dias ou quase todos os dias, respectivamente, 62,6% e 64,6%, quando comparada com o grupo de indivíduos que nunca utiliza aquelas tecnologias, respectivamente, 19,0% e 22,5%. À medida que diminui a frequência de uso daquelas tecnologias decresce também a proporção de participantes nestas actividades.

Assim, se cerca de metade dos que detêm competências básicas em informática participa em aprendizagem informal (51,3%), essa proporção aumenta para 64,1% entre os que são utilizadores de computador hábeis/experientes e para 68,7% entre os peritos informáticos. A análise da probabilidade de participação em aprendizagem informal confirma este resultado – a variação na probabilidade de realizar actividades de aprendizagem informal associada aos utilizadores peritos em TIC é significativa e superior em 37,8 p.p. face à probabilidade associada aos que não sabem utilizar computador. Essa variação positiva vai decrescendo consoante diminui o nível de competências TIC: é de 35,0 p.p. para os utilizadores de computador hábeis/experientes e de 27,2 p.p. para os indivíduos com um nível de competências básico em TIC, tendo sempre por comparação os indivíduos que têm como característica não saberem utilizar computador (*vide* Quadro 7.3, Anexo 7).

Atendendo a que o material impresso constitui um dos meios privilegiados de aprendizagem informal, verifica-se que à semelhança de outras clivagens já observadas, também se registam proporções de participação muito diferenciadas, tratando-se ou não de leitores de livros e de jornais. Dos indivíduos que têm por hábito ler livros, mais de metade (56,1%) participa em aprendizagem informal, o que compara com 28,9% entre os que não têm esse hábito. A diminuição na frequência de leitura de jornais é também acompanhada por uma diminuição na proporção de aprendizagem informal.

A participação entre os activos é superior à participação entre os inactivos, 43,1% para 32,8%, sendo esta última assegurada em grande medida pelos estudantes, cujo nível de participação é de 57,3%. Desempregados e empregados têm níveis de participação similares e próximos da média para o total da população, sendo que, entre estes últimos, os grupos profissionais mais qualificados apresentam proporções de participação superiores à média total, destacando-se os especialistas das profissões intelectuais e científicas (74,9%) e os técnicos e profissionais de nível intermédio (62,0%).

III.II CARACTERIZAÇÃO DAS ACTIVIDADES DE APRENDIZAGEM INFORMAL

A maioria das actividades de aprendizagem informal realizadas pelos indivíduos, considerando os grandes grupos das áreas de educação e formação, respeitam à área de ciências, matemática e informática (21,6%), área particularmente popular entre os homens (25,9% para 17,7% das mulheres) e sobretudo entre os mais jovens, verificando-se uma diminuição da sua expressão à medida que aumenta a idade – 24,5% dos jovens com idades até aos 24 anos desenvolveram actividades nesta área, proporção que desce para 15,5% no escalão etário dos 55 aos 64 anos.

Distribuição das actividades de aprendizagem informal (%) por área de educação e formação

Quadro 3.2

Programas gerais	3,5
Educação	1,5
Artes e humanidades	19,6
Artes	13,1
Humanidades	6,5
Línguas e literaturas estrangeiras	2,3
Ciências sociais, comércio e direito	12,2
Ciências empresariais	6,0
Ciências, matemática e informática	21,6
Informática	19,5
Ciências informáticas	5,6
Informática na óptica do utilizador	14,0
Engenharia, indústrias transformadoras e construção	11,7
Engenharia e técnicas afins	7,3
Indústrias transformadoras	1,7
Arquitectura e construção	2,8
Agricultura	3,9
Saúde e protecção social	8,3
Saúde	5,8
Serviços sociais	2,4
Serviços	17,6
Serviços pessoais	14,2
Serviços de transporte	1,1
Protecção do ambiente	1,2
Serviços de segurança	1,2
Desconhecido ou não especificado	0,1
Total	100,0

Mais concretamente, verifica-se que 19,5% dos que estiveram envolvidos em aprendizagem informal efectuaram actividades na área de estudo informática. Uma análise mais pormenorizada permite ainda observar que 14,0% daqueles indivíduos desenvolveram actividades classificadas na área de educação e formação informática na óptica do utilizador. Ou seja, não só o computador se evidencia como meio de aprendizagem, como esta tecnologia é ela própria objecto de estudo em termos de aprendizagem informal.

APRENDIZAGEM INFORMAL

O segundo grupo que no cômputo geral tem maior expressão é o das artes e humanidades (19,6%), onde há a destacar a área de estudo artes, que envolve 13,1% dos indivíduos que realizaram actividades de aprendizagem informal. A importância relativa do grande grupo das artes e humanidades resulta em grande medida da participação das mulheres neste tipo de aprendizagem – 23,8% das mulheres envolvidas em aprendizagem informal desenvolveram actividades nesta área, para 15,2% dos homens.

A área dos serviços envolveu 17,6% dos indivíduos que realizaram aprendizagem informal, assumindo particular expressão entre as mulheres (22,4%), entre os indivíduos do escalão etário dos 55 aos 64 anos (23,2%) e com escolaridade até ao 3º ciclo do ensino básico (23,2%). Neste grande grupo, a área de serviços pessoais tem particular relevo (14,2%).

As ciências sociais, comércio e direito envolveram 12,2% dos que desenvolveram actividades de aprendizagem informal, área na qual se destacam os indivíduos com escolaridade superior (21,1%). Na engenharia, indústrias transformadoras e construção envolveram-se 11,7%, grupo no qual o desempenho dos homens é expressivo (20,3% destes para 3,7% entre as mulheres). No caso saúde e protecção social (8,3%), a proporção de mulheres é superior à dos homens (12,2% para 4,0%, respectivamente), distinguindo-se também os indivíduos com ensino superior, 10,4%.

**Distribuição das actividades de aprendizagem informal (%)
por sexo, grupo etário, nível de escolaridade mais elevado
completo e área de educação e formação**

Quadro 3.3

	Grupo etário								Nível de escolaridade		
	Total	Mascu- lino	Femi- nino	18-24 anos	25-34 anos	35-44 anos	45-54 anos	55-64 anos	Até ao básico 3º ciclo	Secundário/ pós-secun- dário	Superior
Programas gerais	3,5	3,2	3,9	3,2	4,6	2,7	3,7	2,5	2,9	3,4	5,0
Educação	1,5	0,4	2,5	1,2	1,8	1,5	1,7	0,6	0,6	0,6	4,0
Artes e humanidades	19,6	15,2	23,8	20,5	18,8	18,3	18,3	25,2	17,4	22,5	20,9
Ciências sociais, comércio e direito	12,2	13,4	11,0	10,8	12,9	13,5	11,8	10,2	6,7	13,9	21,1
Ciências, matemática e informática	21,6	25,9	17,7	24,5	22,4	21,7	21,4	15,5	21,9	24,3	18,4
Engenharia, indústrias transformadoras e construção	11,7	20,3	3,7	14,6	12,1	11,1	10,9	8,8	14,9	9,9	7,5
Agricultura	3,9	5,1	2,8	1,1	2,4	4,4	6,6	7,1	5,3	2,1	3,1
Saúde e protecção social	8,3	4,0	12,2	9,3	9,5	7,6	6,9	6,7	7,0	8,5	10,4
Serviços	17,6	12,4	22,4	14,8	15,3	19,0	18,7	23,2	23,2	14,7	9,5
Desconhecido ou não especificado	0,1	0,1	0,0	0,0	0,1	0,0	0,0	0,3	0,0	0,1	0,1

III.III CONCLUSÕES

Da análise da participação em actividades de aprendizagem informal desenvolvidas pelos indivíduos e da respectiva caracterização conclui-se que:

- i) Aproximadamente dois quintos dos indivíduos com idade entre 18 e 64 anos desenvolveram pelo menos uma actividade de aprendizagem decorrente da sua vida quotidiana, numa base de auto-aprendizagem.
- ii) Os meios de aprendizagem informal privilegiados foram: familiares, amigos, colegas; material impresso; e computadores.
- iii) Os indivíduos mais jovens têm associadas taxas de participação em aprendizagem informal mais elevadas do que os mais velhos, ainda que a idade tenha um efeito reduzido ou não significativo na probabilidade de participação.
- iv) O impacto do nível de escolaridade na probabilidade associada à participação em aprendizagem informal é muito significativo: quanto mais elevado o nível de escolaridade maior a probabilidade de participar neste tipo de actividades.
- v) O nível de competências TIC tem igualmente um efeito significativo na probabilidade de participação.
- vi) Os estudantes são quem apresenta taxas de participação mais elevadas neste domínio.
- vii) Considerando a totalidade das actividades desenvolvidas, as ciências, matemática e informática são o grande grupo das áreas de educação e formação mais representado.

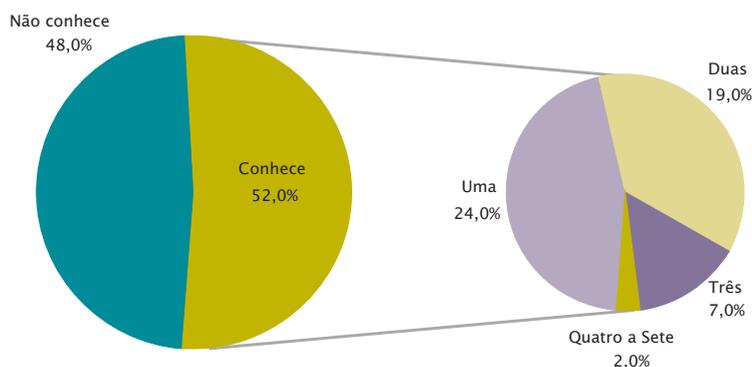
A quase totalidade da população com idade entre 18 e 64 anos tem o português como língua materna e cerca de metade conhece pelo menos uma língua estrangeira. Este conhecimento, bem como o número de línguas estrangeiras conhecidas, é mais elevado entre os indivíduos mais jovens, decrescendo à medida que se avança na idade, bem como entre os indivíduos mais escolarizados e entre as categorias profissionais mais exigentes em termos de qualificações. As línguas inglesa, castelhana e francesa são as mais conhecidas pela população, sendo a sua utilização mais frequente em contexto profissional do que em contexto de lazer, com família e amigos.

IV.I. COMPETÊNCIAS EM LÍNGUAS

A língua portuguesa constitui a língua materna para a esmagadora maioria dos indivíduos, 98,6%. Apenas 1,5% afirmam ter uma segunda língua materna. Mais de três milhões e meio de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos conhecem/conseguem usar outra(s) língua(s) para além da língua materna, o que equivale a 52,0% da população daquele escalão etário. Destes, aproximadamente metade conhece uma língua estrangeira (45,7%), a que corresponde cerca de um terço da população total do grupo etário em análise; mais de um terço (36,5%) conhece duas línguas estrangeiras (a que corresponde 19% da população total) e 14,1% conhecem/usam três línguas estrangeiras (abrangendo 7,3% da população total).

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que conhece outras línguas além da materna (%) por línguas que conhece

Figura 4.1

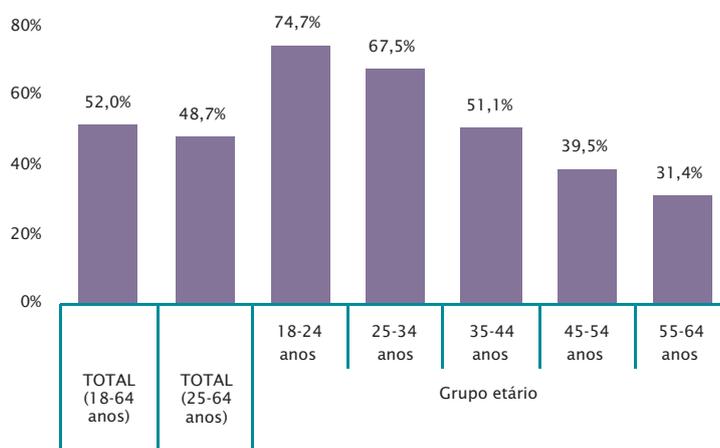


OUTROS DOMÍNIOS DE CONHECIMENTO

A proporção de indivíduos que conhece/usa outras línguas que não apenas a língua materna decresce com a idade: abrange cerca de três quartos dos jovens com idades entre 18 e 24 anos (74,7%) e 67,5% dos que têm entre 25 e 34 anos; o grupo etário dos 35 aos 44 anos tem um nível de conhecimento de outras línguas para além da materna similar à média (51,1%), proporção que desce nos escalões etários seguintes, abrangendo 31,4% dos indivíduos com idades entre 55 e 64 anos.

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que conhece outras línguas além da materna (%) por grupo etário

Figura 4.2



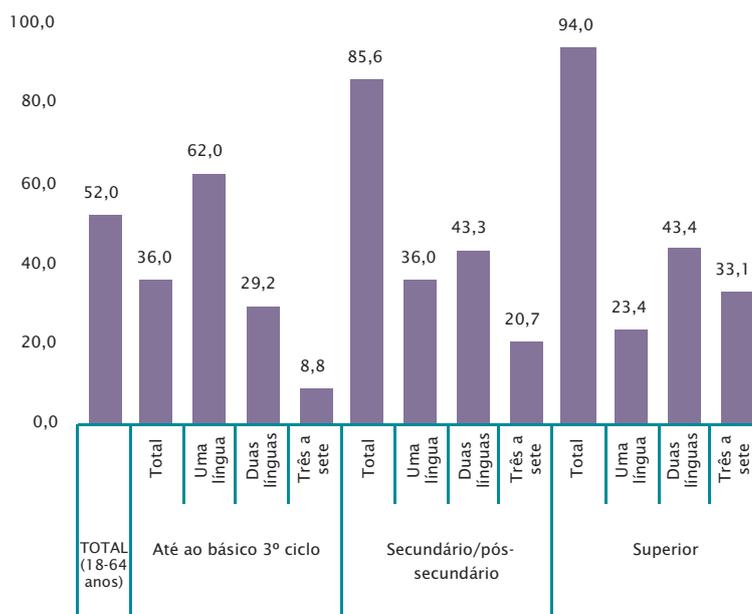
O conhecimento de outras línguas que não apenas a língua materna, bem como o número de línguas conhecidas, é diferenciado consoante o nível de escolaridade mais elevado concluído pelos indivíduos. A quase totalidade dos que têm ensino superior conhece/consegue usar outras línguas para além da língua materna (94,0%) – dos quais 43,4% referem conhecer/usar duas e um quarto (24,9%) três línguas estrangeiras – proporção que é de 85,6% entre os indivíduos com o ensino secundário/pós-secundário (sendo que 43,3% e 17,1% destes conhecem/usam duas e três línguas estrangeiras, respectivamente), descendo para pouco mais de um terço entre os indivíduos com escolaridade até ao 3º ciclo (36,0%) – grupo no qual é maior a proporção dos que conhecem apenas mais uma língua estrangeira (62,0%).

O efeito positivo e significativo da variável nível de escolaridade completo no conhecimento de línguas vem confirmar os dados observados. Por referência aos indivíduos que não têm qualquer nível de escolaridade completo, a probabilidade de quem tem o 1º ciclo do ensino básico conhecer outras línguas para além da materna é superior em 11,7 p.p., valor que sobe para 39,6 p.p. para os que têm o 2º ciclo, 53,6 p.p. para o 3º ciclo, 60,2 p.p. para o secundário/pós-secundário e 60,6 p.p. para os que têm ensino superior (*vide* Quadro 7.4, Anexo 7).

OUTROS DOMÍNIOS DE CONHECIMENTO

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que conhece outras línguas além da materna (%) por nível de escolaridade mais elevado completo e línguas que conhece

Figura 4.3



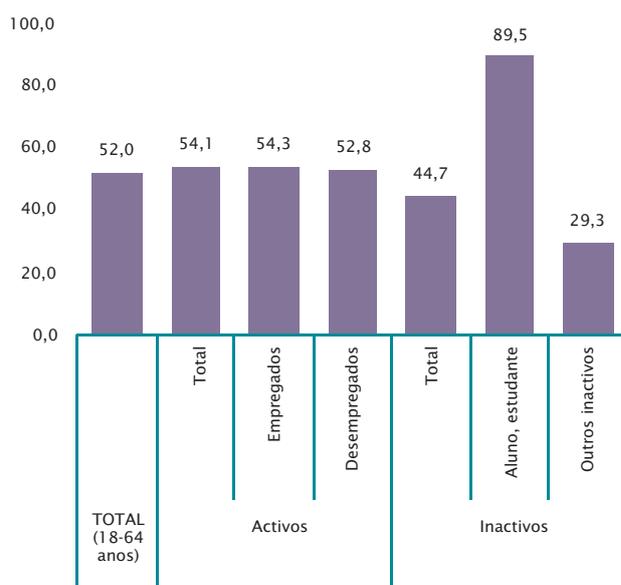
A proporção do conhecimento de línguas estrangeiras é superior à média nacional em Lisboa e no Algarve, sendo de, respectivamente, 60,7% e 56,8%. Cerca de metade da população residente no Norte (48,4%), no Centro (49,2%) e no Alentejo (50,0%) conhece/usa outras línguas para além da materna. As Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira apresentam neste domínio proporções de 40,6% e 44,2%, respectivamente.

Em termos de actividade, apesar de os inactivos apresentarem uma proporção de conhecimento de línguas estrangeiras abaixo da média para o total da população, 44,7%, o que se deve ao baixo contributo dos outros inactivos (reformados, domésticos e incapacitados permanentes para o trabalho), os estudantes são a categoria de condição perante o trabalho que mais conhecimentos revela nesta matéria (89,5%), categoria à qual está associada uma probabilidade de conhecimento de línguas significativa e positiva, sendo superior em 25,6 p.p. face aos domésticos. Desempregados e empregados têm neste particular desempenhos muito similares, respectivamente, 52,8% e 54,3%. Por comparação com o grupo dos domésticos a probabilidade de conhecerem línguas estrangeiras é superior em 8,3 p.p. e 6,4 p.p., respectivamente (*vide* Quadro 7.4, Anexo 7).

Entre estes últimos, à medida que aumenta o rendimento, aumenta também a proporção dos que referem ter conhecimentos de línguas – é inferior à média entre os que auferem os dois níveis de rendimento mais baixos – 38,5% para os que têm rendimentos inferiores a 500 euros e 49,0% para aqueles cujo rendimento se enquadra no escalão 500 a 750 euros – nível a partir do qual a proporção aumenta até abranger 95,9% dos que têm rendimentos superiores a 3000 euros.

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que conhece outras línguas além da materna (%) por condição perante o trabalho

Figura 4.4



Ao nível dos grupos profissionais, observam-se proporções de conhecimento de línguas superiores à média nas categorias profissionais mais exigentes em termos de qualificações. Os especialistas das profissões intelectuais e científicas lideram em termos de conhecimentos de línguas (93,2%), seguindo-se os técnicos e profissionais de nível intermédio (83,2%), os profissionais das forças armadas (76,2%), o pessoal administrativo e similares (75,6%), os quadros superiores da administração pública, dirigentes e quadros superiores de empresa (65,1%) e o pessoal dos serviços e vendedores (54,2%). Os restantes grupos profissionais apresentam proporções de conhecimento abaixo da média.

O conhecimento/utilização de línguas estrangeiras é mais elevado entre os indivíduos com competências TIC, face aos que não sabem utilizar computador (22,5%), sendo que quanto mais elevado o nível de competências neste domínio, maior a proporção dos que referem conhecimentos de línguas: 61,9% entre os que são utilizadores de computador com competências básicas; 88,1% entre os utilizadores de computador hábeis/experientes; e 91,8% entre os peritos informáticos.

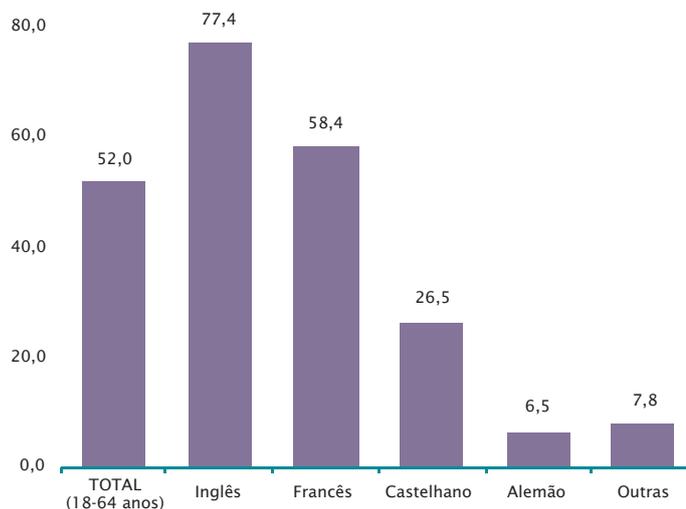
Os indivíduos que têm hábitos de leitura de livros, assim como os que lêem jornais todos os dias ou quase todos os dias, apresentam igualmente mais elevadas proporções de conhecimento/utilização de línguas estrangeiras, a saber, 73,8% para os primeiros (o que compara com 35,1% entre os que não têm por hábito ler livros) e 64,7% para os leitores regulares de jornais, proporção que desce à medida que diminui a frequência de leitura da imprensa, sendo de 24,2% entre os que nunca o fazem.

OUTROS DOMÍNIOS DE CONHECIMENTO

Analisando a totalidade de línguas estrangeiras de que os indivíduos referem ter conhecimento, constata-se que o inglês, o francês e o castelhano estão entre as mais conhecidas – cerca de três quartos dos que conhecem outras línguas para além da materna afirmaram ter conhecimentos de inglês (77,4%), mais de metade de francês (58,4%) e aproximadamente um quarto de castelhano (26,5%).

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que conhece outras línguas além da materna (%) por língua mais conhecida

Figura 4.5



Dada a expressão do inglês, do francês e do castelhano, e uma vez que, excluindo a língua materna, foram também as línguas referidas pelos indivíduos como as que melhor conhecem, optou-se por caracterizar o nível desse conhecimento e a frequência de utilização em contexto profissional – *de trabalho e ou estudo* e em contexto de lazer – *para lazer, com família e amigos*.

O inglês surge, de entre as três línguas, como aquela em relação à qual há um conhecimento mais profundo: mais de um terço dos indivíduos (34,6%) que tem conhecimentos desta língua poderá ser classificado como utilizador independente, ou seja, consegue perceber o essencial de uma linguagem clara e produzir um texto simples, consegue descrever experiências e acontecimentos, enquanto que 19,9% poderão ser classificados como utilizadores experientes, uma vez que conseguem perceber um vasto conjunto de textos exigentes e usar de forma flexível a linguagem – dominam a linguagem quase completamente.¹⁸

¹⁸ Para avaliar o nível de conhecimentos dos indivíduos face a determinada língua, utilizou-se a seguinte classificação: 1 – Apenas percebo e consigo usar algumas palavras e frases; 2 – Consigo perceber e usar expressões mais usuais do dia-a-dia; 3 – Consigo perceber o essencial de uma linguagem clara e produzir um texto simples. Consigo descrever experiências e acontecimentos; 4 – Consigo perceber um vasto conjunto de textos exigentes e usar de forma flexível a linguagem. Domino a linguagem quase completamente.

OUTROS DOMÍNIOS DE CONHECIMENTO

Aquelas proporções comparam com 27,2% e 12,3%, respectivamente, no caso do francês, e 32,0% e 14,4%, respectivamente, no caso do castelhano. A maioria dos indivíduos que aponta estas duas últimas línguas como as que conhece melhor tem das mesmas um conhecimento que poderá ser designado de elementar, ou seja, apenas conseguem perceber e usar expressões mais usuais do dia-a-dia – 34,0% para francês e 38,1% para castelhano.

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que conhece outras línguas além da materna (%) por tipo de conhecimento da língua

Quadro 4.1

	Inglês	Francês	Castelhano
Apenas percebo e consigo usar algumas palavras e frases	17,8	26,5	15,5
Consigo perceber e usar expressões mais usuais do dia-a-dia	27,7	34,0	38,1
Consigo perceber o essencial de uma linguagem clara e produzir um texto simples. Consigo descrever experiências e acontecimentos	34,6	27,2	32,0
Consigo perceber um vasto conjunto de textos exigentes e usar flexivelmente a linguagem. Domino a linguagem quase completamente	19,9	12,3	14,4
Total	100,0	100,0	100,0

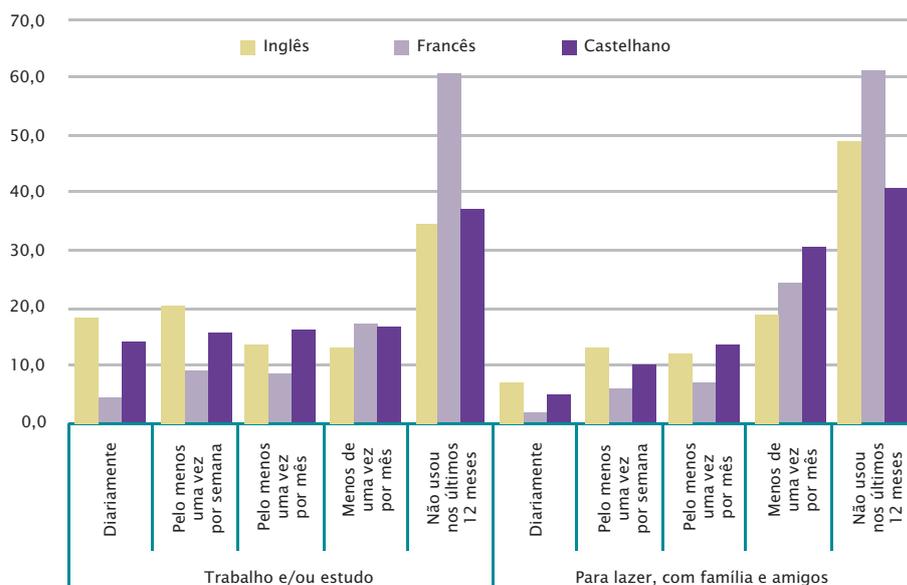
Em termos de utilização nos últimos 12 meses, em contexto profissional e em contexto de lazer, para qualquer das línguas consideradas, é mais expressiva a proporção dos que não a usaram, sendo que para as línguas inglesa e castelhano essa proporção é mais elevada em contexto de lazer do que em contexto profissional. Para o francês as proporções nos dois contextos considerados são similares.

Analisando particularmente a frequência de utilização destas línguas em contexto profissional, o inglês, comparativamente com o francês e com o castelhano, apresenta a menor proporção dos que não usaram a língua nos últimos 12 meses, 34,4% no caso de inglês, para 37,1% e 60,8%, no caso do castelhano e do francês, respectivamente. Ou seja, o inglês é, por comparação, a língua mais frequentemente utilizada para fins profissionais: dos indivíduos que referiram o inglês como uma das línguas estrangeiras que conhecem melhor, 20,3% utilizam-na pelo menos uma vez por semana e 18,5% diariamente. Relativamente ao castelhano, observa-se uma distribuição equitativa entre os que utilizam esta língua diariamente, semanalmente, mensalmente e anualmente, respectivamente, 14,3%, 15,7%, 16,4% e 16,6%. Dos indivíduos que referiram conhecer melhor a língua francesa, 4,5% utiliza-a diariamente e 9,1% semanalmente para fins profissionais.

OUTROS DOMÍNIOS DE CONHECIMENTO

Frequência de utilização da língua mais conhecida, excluindo a língua materna, para trabalho e/ou estudo e para lazer, com família e amigos pelos indivíduos dos 18 aos 64 anos

Figura 4.6



A frequência de utilização de qualquer das línguas consideradas em contexto de lazer é menor do que em contexto profissional. A língua inglesa e o castelhano surgem como as mais frequentemente utilizadas: 6,9% e 4,8% dos respectivos utilizadores usa-as diariamente para esses fins e 13,1% e 10,2%, respectivamente, usa-as pelo menos uma vez por semana.

IV.II. HÁBITOS DE LEITURA: LIVROS E JORNAIS

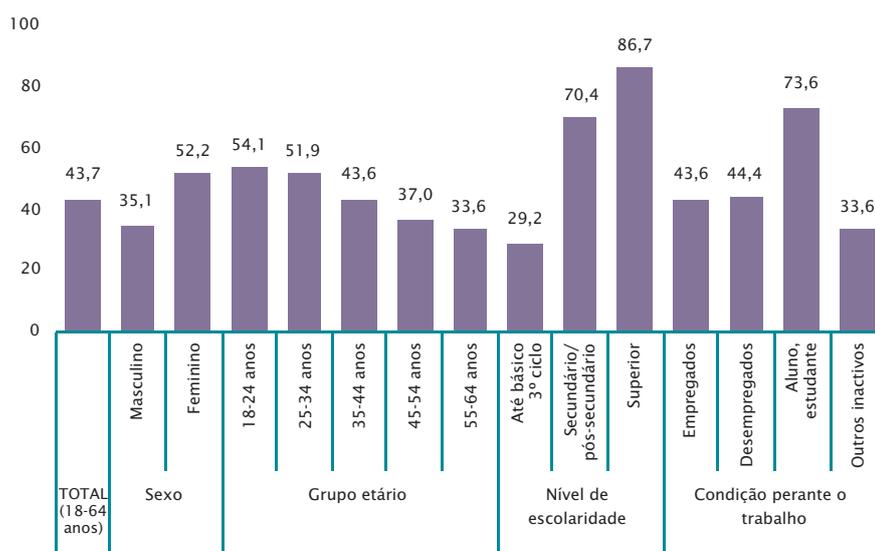
A par da participação em actividades educativas e formativas, o Inquérito à Educação e Formação de Adultos questionou os indivíduos acerca dos hábitos de leitura de livros e de jornais, bem como da disponibilidade de livros em casa. Mais de dois quintos dos indivíduos referiram ter lido algum livro como actividade de lazer nos últimos 12 meses e leram jornais com uma regularidade diária.

Em 2007, a leitura de algum livro enquanto actividade de lazer foi uma prática para 43,7% dos indivíduos com idade entre 18 e 64 anos. Destes, mais de metade (54,9%) leu entre um a três livros, um quarto (25,0%) leu entre quatro a sete livros e 15,5% leram mais de doze livros. Questionados sobre o número de livros que têm em casa, 38,5% dos indivíduos dispõem de 26 a 100 livros, 34,4% têm até 25 livros, 23,0% têm entre 101 e 1000 livros e 4,0% têm mais de 1000 livros.

OUTROS DOMÍNIOS DE CONHECIMENTO

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que leu livros como actividade de lazer (%) por sexo, grupo etário, nível de escolaridade mais elevado completo e condição perante o trabalho

Figura 4.7



A leitura de livros é mais expressiva entre as mulheres (52,2%) do que entre os homens (35,1%). É uma prática que decresce à medida que aumenta a idade dos indivíduos: mais de metade (54,1%) dos indivíduos que têm entre 18 e 24 anos leu algum livro como actividade de lazer no período de referência, proporção que vai diminuindo até cerca de um terço dos indivíduos do grupo etário dos 55 aos 64 anos (33,6%).

A proporção de leitores é muito distinta entre os diferentes níveis de escolaridade dos indivíduos: a proporção de leitores entre os que têm um nível de escolaridade até ao 3º ciclo do ensino básico é inferior à média (29,2%), proporção que aumenta para 70,4% dos que têm escolaridade de nível secundário/pós-secundário, atingindo o dobro da média (86,7%) para os que têm escolaridade de nível superior.

Empregados e desempregados têm nesta matéria desempenhos similares e próximos da média para o total da população, destacando-se a este nível particularmente os estudantes, dos quais 73,6% leram algum livro como actividade de lazer no período de referência.

Em termos de local de residência, Lisboa (56,0%), Região Autónoma da Madeira (47,7%), Algarve (46,6%) e Alentejo (44,8%) destacam-se por apresentarem proporções de leitores de livros acima da média nacional.

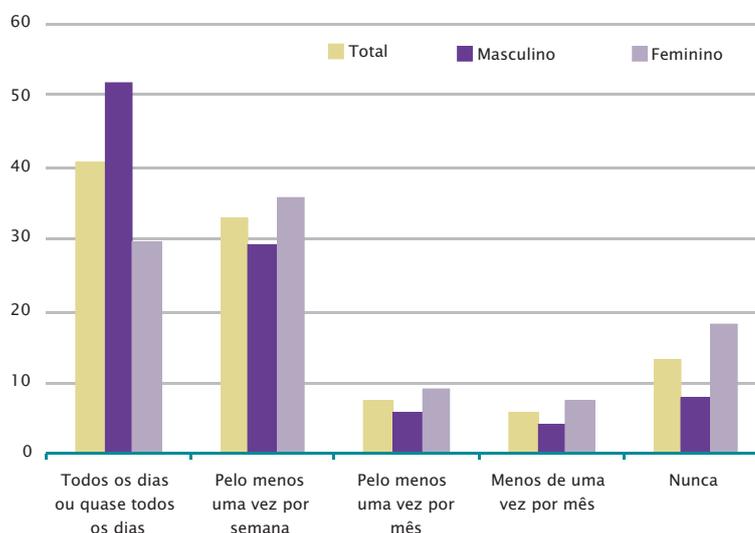
A frequência de leitura de jornais, independentemente do suporte utilizado, complementa a análise acerca dos hábitos de leitura dos indivíduos. Os leitores habituais de jornais, que têm

OUTROS DOMÍNIOS DE CONHECIMENTO

esta prática todos os dias ou quase todos os dias, apresentam uma proporção semelhante à dos leitores de livros (40,7%), valor que é mais elevado entre os homens – 52,0%, o que compara com 29,6% das mulheres. Cerca de um terço dos indivíduos (32,9%) lêem jornais pelo menos uma vez por semana, enquanto 13,1% nunca têm esta prática.

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos (%) por sexo e frequência de leitura de jornais

Figura 4.8



À semelhança da leitura de livros, a leitura de jornais também é mais frequente para os indivíduos mais escolarizados: cerca de um quarto (35,9%) dos que têm escolaridade até ao 3º ciclo leram jornais diariamente, prática que envolveu metade dos indivíduos com escolaridade de nível secundário/pós-secundário (51,5%) e de nível superior (51,5%). Complementarmente, a proporção dos que referiram nunca ler jornais decresce à medida que aumenta o nível de escolaridade: é de 16,7% para os que têm até ao 3º ciclo, decrescendo até 2,5% para os que possuem escolaridade superior.

A proporção de leitores diários de jornais é mais elevada na Região Autónoma da Madeira e em Lisboa, regiões que apresentam a este nível valores superiores à média nacional, respectivamente, 65,2% e 51,0%.

IV.III. CONCLUSÕES

Este capítulo versa sobre outros domínios de conhecimento relevantes para a análise feita previamente acerca da participação dos indivíduos nas vertentes da educação formal, não formal e aprendizagem informal, a saber: conhecimentos de outras línguas para além da língua materna e hábitos de leitura de livros e de jornais.

Ao nível do conhecimento de línguas destacam-se as seguintes conclusões:

- i) Cerca de metade da população com idade entre 18 e 64 anos conhece/consegue usar outra(s) língua(s) para além da materna.
- ii) Esse conhecimento, que é mais elevado nas gerações mais jovens, vai diminuindo à medida que aumenta a idade dos indivíduos.
- iii) O nível de escolaridade dos indivíduos tem um efeito significativo e positivo na probabilidade de conhecimento de línguas, que aumenta à medida que se passa para níveis de escolaridade mais elevados.
- iv) Os estudantes são quem apresenta uma maior proporção de conhecimento de línguas.
- v) Entre os empregados, nas categorias profissionais mais exigentes em termos de qualificações observam-se taxas de conhecimento de línguas superiores à média.
- vi) Inglês, francês e castelhano são as línguas mais conhecidas. Estas três línguas são mais usadas em contexto profissional do que em contexto de lazer. Inglês é a língua estrangeira mais usada em contexto profissional.

Em termos de hábitos de leitura de livros e de jornais:

- vii) Cerca de dois quintos dos indivíduos do grupo etário de referência leram algum livro enquanto actividade de lazer e são leitores habituais de jornais.
- viii) A proporção de leitores de livros é maior entre nas mulheres do que nos homens. Quanto à leitura diária de jornais, a tendência é inversa.
- ix) A leitura de livros e de jornais é uma prática que aumenta à medida que aumenta a escolaridade dos indivíduos.
- x) Os estudantes são a categoria de condição perante o trabalho com maior proporção de leitores de livros.

CAPÍTULO V.

A DIMENSÃO DA NÃO PARTICIPAÇÃO EM EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E APRENDIZAGEM

Se as questões da educação e da formação se revestem de importância crucial numa sociedade em que a contínua aquisição de conhecimentos e de competências constitui cada vez mais um requisito para a participação dos cidadãos nas diferentes esferas da vida social e económica, enquanto cidadãos plenos, activos e integrados, designadamente no mercado de trabalho, importa aprofundar a dimensão da não participação em actividades de enriquecimento educativo e formativo ao longo da sua vida. Quem são estes indivíduos e que obstáculos percebem face à aprendizagem?

Em traços gerais o perfil tipo do não participante em actividades de educação ou formação pode definir-se nos seguintes moldes: é um indivíduo com idade superior a 45 anos, com um nível de escolaridade completo que não ultrapassa o 3º ciclo do ensino básico, vive em zonas pouco povoadas, é sobretudo inactivo e, se exerce uma profissão, enquadra-se nos grupos profissionais menos exigentes em termos de qualificações, auferem um nível de rendimentos não superior a 750 euros, não utiliza computador ou Internet, não conhece ou consegue usar outras línguas para além da língua materna e não tem hábitos de leitura de livros ou de jornais.

V.I. CARACTERIZAÇÃO DOS NÃO PARTICIPANTES EM EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E APRENDIZAGEM

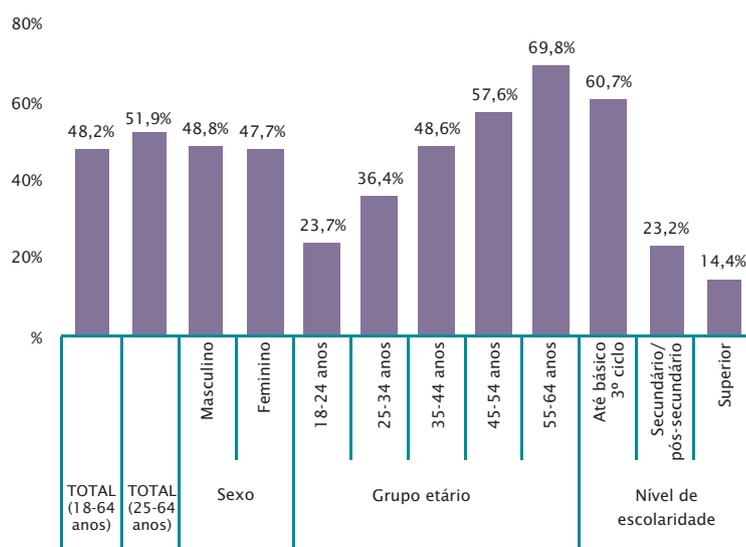
Em 2007, aproximadamente metade da população com idade entre 18 e 64 anos, 48,2%, não participou em qualquer actividade de aprendizagem, seja formal, não formal ou informal, apresentando homens e mulheres um comportamento semelhante nesta matéria (48,8% e 47,7%, respectivamente). A não participação é um fenómeno com uma notória marca geracional, abrangendo um quarto dos indivíduos mais jovens, do escalão etário dos 18 aos 24 anos (23,7%), proporção que aumenta nos escalões etários seguintes, para abranger quase três quartos dos indivíduos mais velhos, do escalão etário dos 55 aos 64 anos (69,8%).

O percurso educativo formal de cada indivíduo parece não ser negligenciável no seu envolvimento em actividades desta índole. A proporção de não participantes entre os indivíduos com escolaridade mais elevada concluída até ao 3º ciclo é muito superior quando comparada com os outros níveis de ensino: 60,7% para 23,2% dos indivíduos com o nível secundário/pós-secundário e 14,4% da população com o nível superior.

A DIMENSÃO DA NÃO PARTICIPAÇÃO EM
EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E APRENDIZAGEM

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que não participou em actividades de educação, formação e aprendizagem (%) por sexo, escalões etários e nível de escolaridade mais elevado completo

Figura 5.1



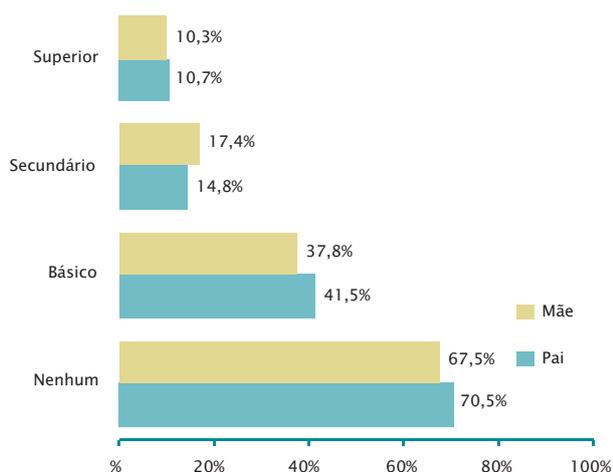
A análise da não participação em actividades de educação e formação tendo por base o património educativo do pai e da mãe dos indivíduos quando estes eram jovens adolescentes (com idade entre 14 e 16 anos) evidencia uma diminuição da proporção de não participantes com o aumento do nível de escolaridade quer do pai, quer da mãe.

Se a proporção de não participantes entre os indivíduos cujo pai não tinha qualquer nível de escolaridade é de 70,5%, e de 67,5% no caso da mãe, essa proporção desce para 10,7% e 10,3% para os indivíduos cujo pai e mãe, respectivamente, atingiram a escolaridade de nível superior. A estes resultados não será alheio o efeito de reprodução social no que à educação diz respeito, como se analisará em mais detalhe no Capítulo VII. Com efeito, e considerando toda a população, observa-se uma linha de reprodução dos níveis de escolaridade dos pais, particularmente forte nos níveis de escolaridade mais baixos.

A DIMENSÃO DA NÃO PARTICIPAÇÃO EM
EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E APRENDIZAGEM

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que não participou em actividades de educação, formação e aprendizagem (%) por e nível de escolaridade atingido pelo pai e pela mãe

Figura 5.2



A não participação é mais evidente nas zonas medianamente e pouco povoadas do que nas zonas densamente povoadas sendo, em termos regionais, mais notória nas Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, onde apresentam proporções muito superiores à média nacional, próximo de 68% em ambos os casos.

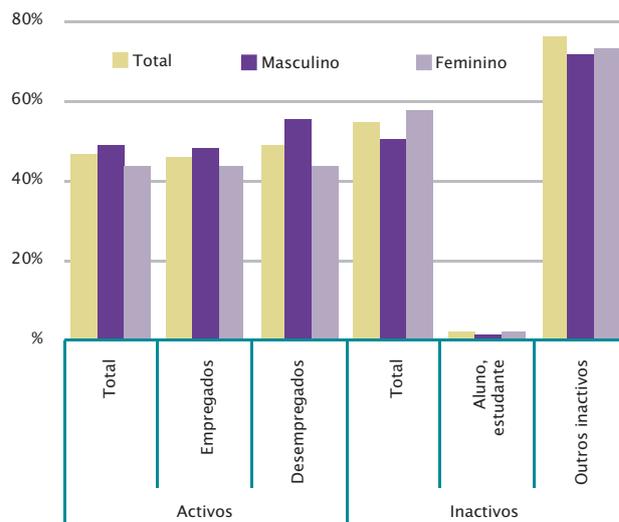
A proporção de não participantes entre a população inactiva é superior à dos activos – 54,9% para 46,3%, respectivamente – sendo que no primeiro grupo se destacam particularmente os incapacitados permanentes para o trabalho, os reformados e os domésticos.

Empregados e desempregados não se diferenciam muito quanto à sua não participação em actividades de aprendizagem, porém, a introdução da variável sexo nestas categorias de condição perante o trabalho evidencia que para os homens a não participação é mais acentuada. Essa clivagem, de resto também presente genericamente entre as categorias relativas aos activos, é mais notória no grupo dos desempregados: 55,5% dos homens desempregados não participam, o que compara com 43,7% das mulheres na mesma condição.

A DIMENSÃO DA NÃO PARTICIPAÇÃO EM
EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E APRENDIZAGEM

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que não participou em actividades de educação, formação e aprendizagem (%) por sexo e condição perante o trabalho

Figura 5.3



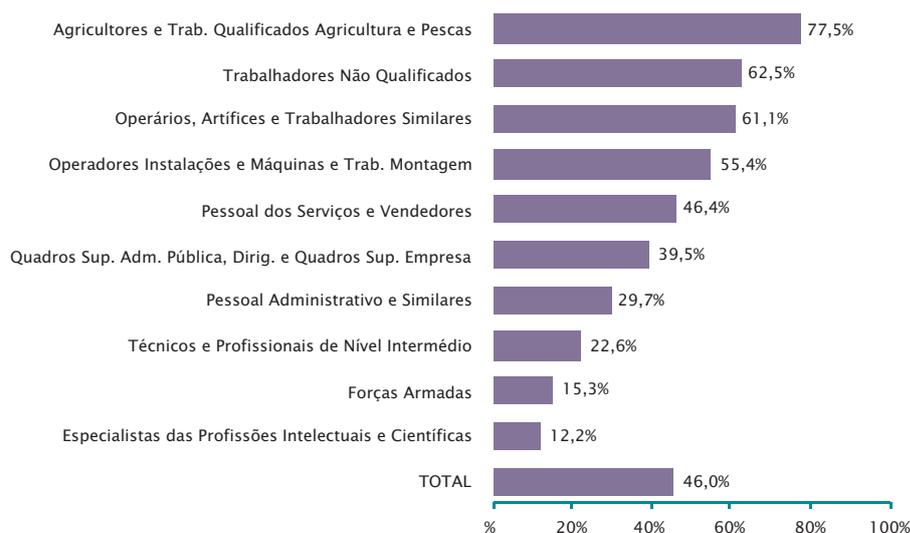
Os trabalhadores por conta de outrem têm uma menor expressão de não participação quando comparados com os trabalhadores por conta própria com empregados e sem empregados: 43,3% para 49,1% e 59,7%. Importa referir o enquadramento legislativo aplicável em Portugal, segundo o qual os trabalhadores têm direito, em cada ano, a um número mínimo de horas de formação¹⁹.

A não participação em actividades de educação e formação aumenta à medida que diminui o nível de qualificações associado aos diferentes grupos profissionais. Os Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas e os profissionais das Forças Armadas são os grupos profissionais que apresentam taxas de não participação menos elevadas, respectivamente 12,2% e 15,3%.

¹⁹ Para aprofundamento desta questão, ver Lei n.º 7/2009 de 12 de Fevereiro, que aprova a revisão do Código do Trabalho, in Diário da República, 1ª Série - N.º 30, de 12 de Fevereiro de 2009.

A DIMENSÃO DA NÃO PARTICIPAÇÃO EM
EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E APRENDIZAGEMProporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que
não participou em actividades de educação, formação e
aprendizagem (%) por profissão

Figura 5.4



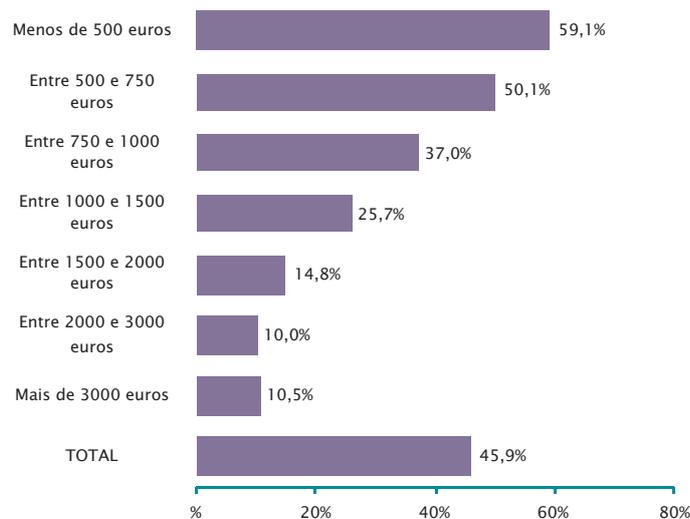
À medida que se avança para estruturas profissionais menos exigentes em termos de qualificações aumenta a proporção da não participação, que atinge valores máximos nos grupos profissionais dos Agricultores e Trabalhadores Qualificados da Agricultura e Pescas, 77,5% (com uma maior expressão nas mulheres – 86,4% para 72,2% dos homens cuja profissão se enquadra neste grupo profissional), dos Trabalhadores Não Qualificados (62,5%) e dos Operários, Artífices e Trabalhadores Similares (61,1%).

Intrinsecamente ligado à estrutura profissional, ao nível de rendimento mensal líquido auferido pelos indivíduos associam-se proporções de não participação muito diferenciadas, sendo que nos escalões mais baixos, até aos 750 euros, a não participação é superior à média total, proporção que vai baixando com o aumento do rendimento, para atingir valores que rondam os 10% para indivíduos com rendimentos mensais líquidos superiores a 2000 euros.

A DIMENSÃO DA NÃO PARTICIPAÇÃO EM
EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E APRENDIZAGEM

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que não participou em actividades de educação, formação e aprendizagem (%) por escalão de rendimento mensal líquido

Figura 5.5

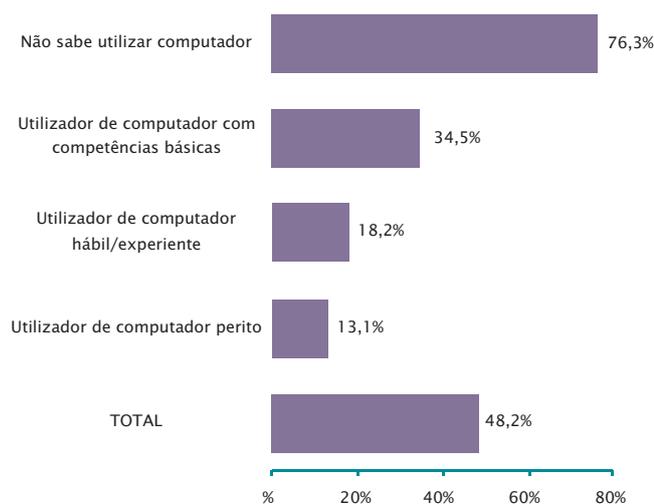


A não participação em actividades de educação e formação tem maior evidência entre os indivíduos que não utilizam TIC do que entre aqueles que têm esta prática. Com efeito, mais de três quartos dos indivíduos que nunca utilizam computador são não participantes em actividades educativas ou formativas (76,3%) e 71,6% dos que nunca utilizam Internet encontram-se nas mesmas circunstâncias, valores que comparam com 19,6% e 17,4%, respectivamente, entre os utilizadores diários de computador e de Internet.

O aumento da proporção de não participantes acompanha a diminuição da utilização daquelas tecnologias e, conseqüentemente, o nível de competências TIC: a proporção de não participantes entre os utilizadores de computadores considerados peritos é de 13,1%, aumentando para 18,2% entre os utilizadores hábeis/experientes, para 34,5% entre os que detêm competências básicas em TIC e para 76,3% entre os que não sabem utilizar computador.

A DIMENSÃO DA NÃO PARTICIPAÇÃO EM
EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E APRENDIZAGEM**Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que não participou em actividades de educação, formação e aprendizagem (%) por nível de competências TIC**

Figura 5.6



Constata-se que 27,4% dos indivíduos que conhecem línguas estrangeiras não participaram em qualquer actividade de aprendizagem, o que compara com 70,8% entre os que não conhecem/não conseguem usar qualquer outra língua para além da língua materna.

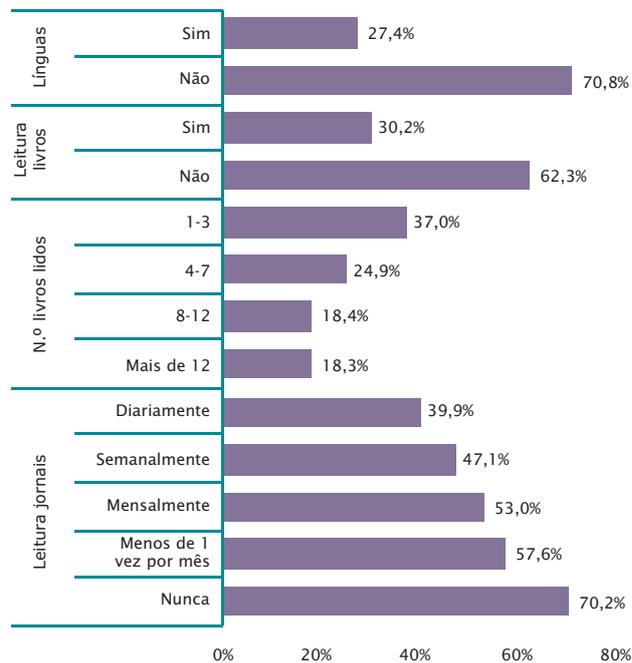
O mesmo tipo de tendência se pode verificar entre os que nos doze meses de referência leram algum livro como actividade de lazer. Se entre os indivíduos que leram algum livro como actividade de lazer a proporção de não participação em actividades de aprendizagem é de 30,2%, para os que não tiveram essa prática a proporção de não participantes mais do que duplica (62,3%).

A própria frequência de leitura de livros reforça a tendência que se tem vindo a esboçar. Ou seja, a dimensão da não participação revela-se mais expressiva entre os indivíduos que no período de referência leram entre um a três livros (37,0%) do que entre aqueles que poderão ser considerados leitores mais regulares, que leram entre oito a doze livros (18,4%) ou mesmo mais do que doze livros (18,3%).

A DIMENSÃO DA NÃO PARTICIPAÇÃO EM
EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E APRENDIZAGEM

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que não participou em actividades de educação, formação e aprendizagem (%) por conhecimento de outras línguas além da materna, leitura de livros como actividade de lazer, média de livros lidos e frequência de leitura de jornais

Figura 5.7



No mesmo sentido, a proporção de não participantes entre os indivíduos que não têm hábitos de leitura de jornais é de 70,2%, valor que diminui à medida que aumenta a frequência de leitura da imprensa, chegando aos 39,9% entre os que são leitores diários de jornais, qualquer que seja o suporte utilizado.

A DIMENSÃO DA NÃO PARTICIPAÇÃO EM
EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO E APRENDIZAGEM**V.II. CONCLUSÕES**

Neste capítulo analisa-se a dimensão da não participação em educação, formação e aprendizagem, através da caracterização dos indivíduos que não participaram em qualquer actividade de educação, formal e não formal, e aprendizagem informal. Conclui-se que:

- i) Aproximadamente metade da população com idade entre 18 e 64 anos não participou em qualquer actividade de aprendizagem.
- ii) A não participação é mais expressiva no grupo dos indivíduos menos escolarizados, diminuindo à medida que aumenta o nível de escolaridade.
- iii) A mais baixos níveis de escolaridade dos pais associam-se taxas de não participação dos indivíduos mais elevadas.
- iv) A não participação é um fenómeno particularmente evidente nos escalões etários mais elevados.
- v) Ao domínio de outras competências, línguas e TIC, bem como à existência de hábitos de leitura de livros e de jornais, tendem a associar-se proporções mais baixas de não participação.

CAPÍTULO VI.

IMPACTOS DA APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA

O objectivo deste capítulo é o de avaliar o impacto da participação em actividades de aprendizagem ao longo da vida e de aprendizagem informal no desempenho do indivíduo no mercado de trabalho. O primeiro passo consiste na avaliação do impacto da participação em actividades de educação formal, não formal e informal na condição perante o trabalho, por comparação entre essa condição no momento do inquérito e um ano antes. O objectivo é verificar se a participação está associada a uma maior probabilidade de transição para o mercado de trabalho, em particular para o emprego. O segundo objectivo é verificar se a participação está associada a uma maior remuneração do trabalho. A riqueza de informação do IEFA na caracterização sociodemográfica do indivíduo permite isolar esta associação e quantificá-la. A aplicação da análise (de regressão) possibilita ainda a comparação do valor das actividades de aprendizagem com outras formas de acumulação de capital humano, como sejam a educação formal inicial e a experiência profissional.

VI.I. CONDIÇÃO PERANTE O TRABALHO

O IEFA permite obter informação sobre a condição perante o trabalho no momento da entrevista e um ano antes. Sendo que a participação em actividades de aprendizagem ao longo da vida e aprendizagem informal se verifica durante estes dois momentos no tempo, o objectivo deste subcapítulo é avaliar a existência de uma mudança na condição perante o trabalho do indivíduo. Não será possível estabelecer um nexo de causalidade imediato, mas será indicativo da possibilidade da presença dessa causalidade, se a participação nessas actividades estiver associada a alterações da condição do indivíduo perante o mercado de trabalho. Em particular, se aumentou ou não a transição do desemprego ou inactividade para o emprego.

A metodologia seguida consiste em comparar os indivíduos que participam em actividades de aprendizagem ao longo da vida – educação formal e não formal – e aprendizagem informal, com os restantes indivíduos. De forma a ter sempre o mesmo grupo de comparação e evitar enviesamentos na análise que poderiam advir de se considerar, para comparação, grupos com características muito específicas, optou-se por comparar sempre com a situação típica ou média que a população total representa. Dado que o inquérito é dirigido à população em idade activa, entre 18 e 64 anos, a comparação é efectuada entre indivíduos que estão ou poderiam estar em actividade no mercado de trabalho. A análise efectuada desta forma procura realçar possíveis diferenças face ao comportamento médio que as transições do total da população representam. No futuro, a análise pode ser aprofundada, dado que a heterogeneidade individual não está aqui a ser considerada em toda a sua extensão, enriquecendo os resultados apresentados.

Os quadros que se seguem apresentam as transições na condição perante o trabalho entre o momento do inquérito e um ano antes. Cada quadro apresenta um grupo específico de indivíduos consoante a sua participação em actividades de aprendizagem ao longo da vida e aprendizagem informal. A excepção é o primeiro quadro onde se apresentam as transições para o total da população (18-64 anos) representada pela amostra inquirida. A condição perante o trabalho um ano antes está na primeira coluna e em linha está a condição perante o trabalho no momento do inquérito. Devem ser entendidas como a distribuição da condição perante o trabalho no momento actual condicional a uma dada condição perante o trabalho um ano antes. Assim, verifica-se que para o total da população, daqueles que se encontravam empregados há um ano, 95,6% continuam nessa condição, 3,3% transitaram para o desemprego e os restantes 1,1% transitaram para a inactividade (soma das colunas 3 a 7 para aqueles que eram empregados há um ano). No caso dos desempregados há um ano, 71,0% mantiveram a mesma condição, 26,0% transitaram para o emprego, 1,8% para a reforma e os restantes 1% para outra situação de inactividade. As restantes transições devem ser lidas da mesma forma. Como referido acima, o objectivo é comparar as transições dos participantes em actividades de aprendizagem com a população total.

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos (%) por condição perante o trabalho e condição perante o trabalho um ano antes

Quadro 6.1

Condição perante o trabalho um ano antes	Condição perante o trabalho no momento do inquérito							TOTAL
	Empregado	Desempregado	Aluno, estudante	Reformado	Incapacitado permanente para o trabalho	Doméstico	Outra situação	
Empregado	95,6	3,3	0,1	0,6	0,1	0,1	0,2	100,0
Desempregado	26,0	71,0	0,5	1,8	0,3	0,2	0,2	100,0
Aluno, estudante	14,4	8,9	73,6	0,0	0,0	0,0	3,1	100,0
Reformado	0,2	0,0	0,0	99,8	0,0	0,0	0,0	100,0
Incapacitado permanente	0,0	0,0	0,0	1,1	98,9	0,0	0,0	100,0
Doméstico	1,8	0,1	0,5	0,2	0,0	97,2	0,2	100,0
Outra situação	13,2	0,6	1,2	1,1	0,0	0,0	83,9	100,0
TOTAL	69,1	8,6	5,7	6,7	1,0	7,8	1,0	100,0

O grupo de não participantes – aqueles indivíduos que não participaram em nenhuma actividade de aprendizagem – também poderia ser utilizado como grupo de comparação, tendo em atenção que constitui por si só um grupo com características próprias como observado anteriormente no capítulo V. Não se verificando diferenças significativas no caso dos empregados há um ano atrás, dado que sensivelmente a mesma percentagem (95,4%) se mantém nessa condição, no caso dos desempregados e estudantes já existem diferenças relevantes. Apenas 20,9% dos desempregados transitam para o emprego (contra 26,0% do total da população), iniciando que a não participação não beneficia a saída da condição de desempregado. No caso dos estudantes, 30,2% transitam para o emprego e 21,9% para o desemprego (contra 14,4% e 8,9% no caso das transições do total da população, respectivamente).

IMPACTOS DA APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos não participantes em educação, formação e aprendizagem (%) por condição perante o trabalho e condição perante o trabalho um ano antes

Quadro 6.2

Condição perante o trabalho um ano antes	Condição perante o trabalho no momento do inquérito							TOTAL
	Empregado	Desempregado	Aluno, estudante	Reformado	Incapacitado permanente para o trabalho	Doméstico	Outra situação	
Empregado	95,4	3,1	0,0	0,9	0,2	0,3	0,2	100,0
Desempregado	20,9	75,4	0,0	2,7	0,5	0,2	0,3	100,0
Aluno, estudante	30,2	21,9	34,4	0,0	0,0	0,0	13,6	100,0
Reformado	0,2	0,0	0,0	99,8	0,0	0,0	0,0	100,0
Incapacitado permanente	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0
Doméstico	1,5	0,0	0,3	0,3	0,0	97,9	0,0	100,0
Outra situação	3,9	0,0	0,0	1,8	0,0	0,0	94,3	100,0
TOTAL	66,0	8,7	0,2	10,2	1,8	12,1	1,1	100,0

EDUCAÇÃO FORMAL

A participação em actividades de educação formal é maioritariamente efectuada por estudantes, como foi analisado no capítulo II. Assim, 79,4% dos estudantes há um ano atrás mantêm essa condição no momento do inquérito e experimentam menores percentagens de transições para o emprego (10,6%) e desemprego (7,5%). No caso dos desempregados que participam em actividades de educação formal, apenas 16,3% transitam para o emprego (26,0% no caso do total da população). Esta menor taxa de transição deve ser lida em conjunto com uma maior taxa de transição da condição de desempregado para estudante (5,2% contra 0,5% no total da população). Ou seja, a continuação dos estudos aparenta ser uma alternativa à condição de desempregado. Note-se ainda que os indivíduos com a condição de domésticos, tendo participado ou estando a participar em actividades de educação formal, experimentam uma elevada probabilidade de transição para a condição de empregados (10,3%, contra 1,8% no total da população) e, claro, para a condição de estudantes (22,8%, contra 0,5% no total).

**Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos
que participou em actividades de educação formal (%) por
condição perante o trabalho e condição
perante o trabalho um ano antes**

Quadro 6.3

Condição perante o trabalho um ano antes	Condição perante o trabalho no momento do inquérito							TOTAL
	Empre- gado	Desem- pregado	Aluno, estudante	Refor- mado	Incapacitado permanente para o trabalho	Domés- tico	Outra situação	
Empregado	93,0	3,5	2,2	0,1	0,5	0,0	0,7	100,0
Desempregado	16,3	78,4	5,3	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Aluno, estudante	10,6	7,5	79,4	0,0	0,0	0,0	2,6	100,0
Reformado	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Incapacitado permanente	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0
Doméstico	10,3	0,0	22,8	0,0	0,0	66,9	0,0	100,0
Outra situação	0,0	0,0	15,2	0,0	0,0	0,0	84,8	100,0
TOTAL	40,8	10,4	45,5	0,3	0,3	0,7	2,1	100,0

No caso da participação em actividades de educação formal por razões principalmente profissionais, o sentido das transições é o mesmo que o anteriormente descrito, mas as magnitudes diferem. No caso dos desempregados, uma maior percentagem transita para o emprego (20,3% em vez dos anteriores 16,3%) e para a condição como estudantes (8,1% em vez dos anteriores 5,3%). O mesmo se passa com aqueles indivíduos que já eram estudantes um ano antes: a participação em actividades de educação formal está associada a transição de 26,0% para o emprego e 18,1% para o desemprego; no caso de não se considerar esta razão para a participação, tem-se taxas de transição de 10,6% e 7,5%, respectivamente. Note-se que 53% manteve a condição de estudante (79,4% é o valor dos para o total dos participantes independentemente da razão). Como seria de esperar, as actividades frequentadas por razões profissionais estão associadas a uma maior probabilidade de transição para o mercado de trabalho. Considerando todos os participantes em actividades de educação formal por razões profissionais, independentemente da sua condição um ano antes do inquérito, 63% transitaram para o emprego e 14,3% para o desemprego (77,3% transitaram para o mercado de trabalho), enquanto no total dos participantes destas actividades, qualquer que fosse a razão, 40,8% transitaram para o emprego e 10,4% para o desemprego (51,2% transitaram para o mercado de trabalho).

¹⁹ Para aprofundamento desta questão, ver Lei n.º 7/2009 de 12 de Fevereiro, que aprova a revisão do Código do Trabalho, in Diário da República, 1ª Série - N.º 30, de 12 de Fevereiro de 2009.

IMPACTOS DA APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de educação formal por razões principalmente profissionais (%) por condição perante o trabalho e condição perante o trabalho um ano antes

Quadro 6.4

Condição perante o trabalho um ano antes	Condição perante o trabalho no momento do inquérito					TOTAL
	Empregado	Desempregado	Aluno, estudante	Doméstico	Outra situação	
Empregado	94,2	2,1	2,0	0,0	1,7	100,0
Desempregado	20,3	71,6	8,1	0,0	0,0	100,0
Aluno, estudante	26,0	18,1	53,1	0,0	2,8	100,0
Doméstico	32,6	0,0	32,3	35,2	0,0	100,0
Outra situação	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	100,0
TOTAL	63,0	14,3	19,1	0,4	3,2	100,0

EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

Os participantes em actividades de educação não formal apresentam um comportamento distinto dos participantes em actividades de educação formal. Comparando as transições de uns e de outros e com o total da população, ressalta uma maior probabilidade de transição para o mercado de trabalho e, em particular, para o emprego. Primeiro, a percentagem dos que permanecem como empregados entre o momento do inquérito e um ano antes é mais elevada: 97,5% contra 93,0% para os participantes em actividades de educação formal e 95,6% para o total da população. Segundo, mais de metade dos desempregados transita para o emprego (50,6%), contra apenas um quarto do total da população que experimenta a mesma transição (26,0%). Quanto aos indivíduos com a condição de estudantes um ano antes do inquérito, 18,4% transitaram para o emprego e 9,6% para o desemprego. Ou seja, 28% transitaram para o mercado. Mais ainda, os indivíduos que se encontravam na condição de outros inactivos um ano antes, 38,8% transitaram para o emprego, quando só 13,2% dos indivíduos no total da população experimentaram a mesma transição. Estas transições são de esperar, dado que as actividades de educação não formal que os indivíduos frequentam estão, em grande parte, direccionadas para o mercado de trabalho. Como referido no capítulo II, a maioria das actividades de educação não formal respeita a actividades de acompanhamento em contexto profissional, ou seja, desenvolvidas no âmbito da actividade profissional dos indivíduos.

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de educação não formal (%) por condição perante o trabalho e condição perante o trabalho um ano antes

Quadro 6.5

Condição perante o trabalho um ano antes	Condição perante o trabalho no momento do inquérito							TOTAL
	Empregado	Desempregado	Aluno, estudante	Reformado	Incapacitado permanente para o trabalho	Doméstico	Outra situação	
Empregado	97,5	1,9	0,3	0,3	0,0	0,0	0,0	100,0
Desempregado	50,6	47,3	1,1	0,7	0,0	0,0	0,4	100,0
Aluno, estudante	18,4	9,6	71,5	0,0	0,0	0,0	0,6	100,0
Reformado	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Incapacitado permanente	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	100,0
Doméstico	9,2	0,0	0,0	0,0	0,0	86,1	4,7	100,0
Outra situação	38,8	3,2	0,0	0,0	0,0	0,0	58,0	100,0
TOTAL	84,4	5,1	7,5	1,3	0,2	1,0	0,6	100,0

Quando se restringe as transições aos indivíduos que participaram em actividades de educação não formal por razões profissionais, verifica-se um aumento da probabilidade de transição para o emprego daqueles que estavam desempregados um ano antes (55,1%). Uma maior diferença está presente nas transições dos que eram estudantes há um ano, pois 42,8% transitaram para o emprego. No caso dos participantes nas actividades de educação não formal, independentemente da razão, estas percentagens eram 50,6% e 18,4%, respectivamente. Estes resultados vêm ao encontro de um aspecto referido aquando da análise das actividades de educação não formal, no capítulo II, e que se relaciona com o facto de os motivos de ordem profissional estarem na base da realização de cerca de metade daquelas actividades.

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de educação não formal por razões principalmente profissionais (%) por condição perante o trabalho e condição perante o trabalho um ano antes

Quadro 6.6

Condição perante o trabalho um ano antes	Condição perante o trabalho no momento do inquérito					TOTAL
	Empregado	Desempregado	Aluno, estudante	Reformado	Outra situação	
Empregado	98,5	1,3	0,3	0,0	0,0	100,0
Desempregado	55,1	43,3	0,0	0,0	1,6	100,0
Aluno, estudante	42,8	17,8	36,2	0,0	3,2	100,0
Reformado	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	100,0
Doméstico	100,0	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Outra situação	0,0	0,0	0,0	0,0	100,0	100,0
TOTAL	91,1	4,8	3	0,3	0,8	100

IMPACTOS DA APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA

APRENDIZAGEM INFORMAL

Os participantes em actividades de aprendizagem informal detêm uma elevada taxa de transição do desemprego para o emprego (30,9%, sendo 26,0% para o total da população). A mesma transição representava 16,3% no caso dos participantes em actividades de educação formal. Os indivíduos com a condição de outros inactivos apresentam uma probabilidade de transição de 25,5% para o emprego, o que se destaca relativamente ao total da população, onde a mesma probabilidade é de 13,2%. Este tipo de actividade, apesar da sua natureza informal, pouco estruturada, desenvolvido numa base de auto-aprendizagem, parece revelar uma forte associação com a probabilidade de transitar para a condição de empregado. Reitere-se que as actividades de aprendizagem informal, apesar de não serem organizadas no sentido convencional de uma actividade educativa, pressupõem que haja intencionalidade por parte de quem as desenvolve no sentido de adquirir ou melhorar os seus conhecimentos.

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de aprendizagem informal (%) por condição perante o trabalho e condição perante o trabalho um ano antes

Quadro 6.7

Condição perante o trabalho um ano antes	Condição perante o trabalho no momento do inquérito							TOTAL
	Empregado	Desempregado	Aluno, estudante	Reformado	Incapacitado permanente para o trabalho	Doméstico	Outra situação	
Empregado	95,4	3,8	0,2	0,4	0,1	0,0	0,1	100,0
Desempregado	30,9	67,4	0,4	1,0	0,0	0,1	0,2	100,0
Aluno, estudante	16,6	9,2	70,4	0,0	0,0	0,0	3,9	100,0
Reformado	0,0	0,0	0,0	100,0	0,0	0,0	0,0	100,0
Incapacitado permanente	0,0	0,0	0,0	9,2	90,8	0,0	0,0	100,0
Doméstico	1,9	0,3	1,4	0,2	0,0	95,6	0,6	100,0
Outra situação	25,5	1,9	3,9	0,0	0,0	0,0	68,7	100,0
TOTAL	73,1	9,0	8,0	4,1	0,3	4,5	1,0	100,0

VI.II. RENDIMENTO DO TRABALHO

O rendimento do trabalho é determinado por vários factores. Por um lado, tem-se as características do trabalhador, nomeadamente as suas capacidades para efectuar uma determinada actividade e o capital humano que possui. Por outro lado, tem-se as características da empresa onde trabalha, em particular o sector de actividade, o mercado em se insere a empresa e a sua dimensão. Estes factores contribuem em conjunto para a formação do rendimento do trabalho que o indivíduo aufere.

A participação em actividades de educação formal, não formal e actividades de aprendizagem informal pode ser considerada uma forma de aquisição de capacidades que contribuem positivamente para o desempenho do indivíduo no mercado de trabalho. Constituem vias de acumulação de capital humano. É de esperar que o mercado de trabalho remunere este capital humano assim acumulado e, como tal, lhe confira remunerações do trabalho mais elevadas.

O objectivo deste subcapítulo é o de determinar se a participação em actividades de aprendizagem ao longo da vida e aprendizagem informal está associada a uma remuneração mais elevada e comparar esta remuneração com a obtida através de outras formas de acumulação de capital humano. A metodologia seguida foi a de estimar equações de rendimento em que a variável a explicar é o rendimento do trabalhador por conta de outrem (“Rendimento mensal líquido proveniente da ocupação principal”, tal como é definido no inquérito).²⁰

As variáveis explicativas incluídas na estimação podem ser divididas nos seguintes grupos:

- ▶ Variáveis relativas a capital humano, definidas por indicadores de educação não formal, aprendizagem informal, níveis de escolaridade (educação formal completa), antiguidade na empresa (definida em anos), idade (captura a experiência no mercado de trabalho total).
- ▶ A profissão definida por indicadores segundo a Classificação Nacional de Profissões (a dois dígitos).
- ▶ Variáveis relativas às empresas e ao mercado definidas por indicadores segundo a Classificação das Actividades Económicas (a dois dígitos), número de trabalhadores da empresa e região (NUTS II).

A obtenção da remuneração associada à participação em actividades de educação não formal e aprendizagem informal é possível, pois a estimação considera todas as variáveis explicativas em simultâneo. Assim, os coeficientes estimados que estão associados a cada um dos tipos de participação são interpretados como variações (médias) no rendimento do trabalho, controlando pelas restantes características dos trabalhadores e das empresas onde estão empregados (i.e, “tudo o resto constante”). Dado que as variáveis explicativas estão elas próprias relacionadas

²⁰ O método de estimação utilizado foi o de uma regressão por intervalos, dado que a variável rendimento foi inquirida por intervalos (*vide* ponto sobre Estimação da Equação de Rendimento, Anexo 7). A estimação toma em consideração a ponderação de cada indivíduo na amostra para se apurar os valores da população.

IMPACTOS DA APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA

entre si, foram estimados diferentes modelos ou especificações consoante o conjunto de variáveis explicativas utilizado para melhor perceber como são determinados os rendimentos. Os resultados analisados advêm de dois modelos em particular: o modelo base, incluindo apenas as variáveis relacionadas com o capital humano do indivíduo; o modelo completo, incluindo a profissão do indivíduo, a dimensão da empresa, o seu sector de actividade e a região, para além das variáveis de capital humano (*vide* Quadro 7.5, Anexo 7).

A participação em actividades de educação formal não foi incluída directamente nas equações a estimar. Não é possível, na presente formulação do modelo, distinguir a sua relação com a remuneração do trabalho da relação existente com os níveis de escolaridade completa. Quando é efectuada a entrevista, pergunta-se ao indivíduo se frequentou actividades de educação formal nos últimos 12 meses. Se o nível de escolaridade frequentado pelo indivíduo ao tempo da entrevista já estiver terminado, então será igualmente capturado pela variável de escolaridade completa. A inclusão simultânea nas estimações analisadas de seguida não permitirá separar estes casos daqueles em que as actividades de educação formal não estão incluídas nos níveis de escolaridade completos.

Os resultados mostram que a participação em actividades de educação não formal e aprendizagem informal está associada a rendimentos do trabalho mais elevados no caso dos trabalhadores por conta de outrem. O efeito associado à educação não formal varia entre 13,0% quando se considera apenas as variáveis que capturam o capital humano do indivíduo e 6,2% quando também se considera as restantes variáveis (profissão e as variáveis da empresa e região).²¹ No caso da aprendizagem informal, os efeitos nos rendimentos variam entre 3,7% e 2,9%. Esta relação estatística é tanto mais relevante quando comparada com a encontrada para as restantes formas de acumulação de capital humano identificadas através do inquérito, nomeadamente a educação formal completa e a experiência profissional.

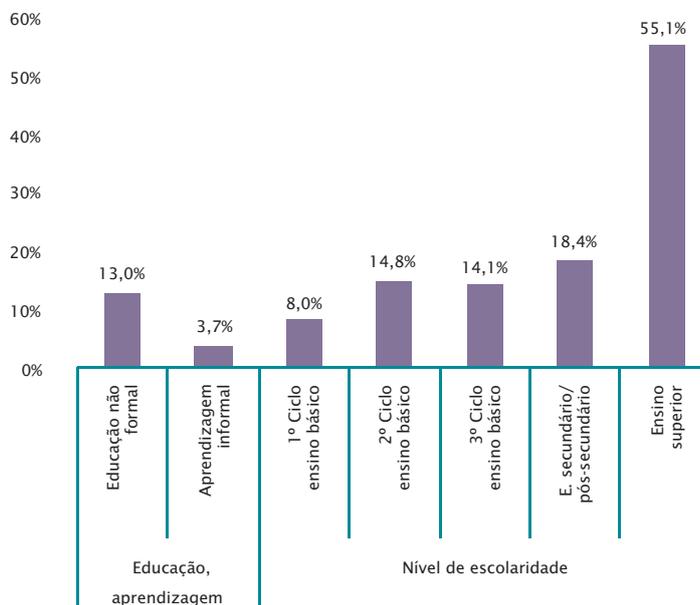
No caso da educação formal, os coeficientes estimados no modelo base (só com variáveis de capital humano) implicam variações no rendimento de 8,0% para o nível de escolaridade básico de 1º ciclo quando comparado com não ter completado qualquer nível de escolaridade; 14,8% para o 2º ciclo quando comparado com o 1º ciclo completo; 14,1% para o 3º ciclo quando comparado com o anterior; 18,4% para o secundário/pós-secundário quando comparado com o 3º ciclo; e 55,1% para o superior quando comparado com o secundário. Com o modelo completo (capital humano, profissão, características da empresa e região), as variações do rendimento são, respectivamente, 7,8% (1º ciclo), 10,8% (2º ciclo), 8,7% (3º ciclo), 9,3% (secundário) e 18,9% (superior). Estes resultados evidenciam a forte associação estatística entre o nível de escolaridade e os rendimentos. Cumulativamente, quanto maior a educação formal do indivíduo, maior o seu

²¹ A diminuição dos coeficientes estimados quando se avança para um modelo mais completo é habitualmente encontrada quando se estima equações de rendimento. Enquanto o modelo mais simples captura as diferentes formas de acumulação de capital humano, o modelo mais completo considera igualmente a profissão e o lado da empresa. Por exemplo, o efeito de ter completado o ensino superior é mais elevado em empresas de maior dimensão. Quando se inclui a dimensão da empresa no modelo estimado, é de esperar que o efeito da educação diminua. Sabendo que as empresas maiores pagam em média mais, as variáveis que medem a dimensão irão capturar este efeito, levando a que o coeficiente associado ao ensino superior diminua. O mesmo irá acontecer com todos os coeficientes associados ao capital humano do indivíduo.

rendimento. As diferenças dos resultados nos dois modelos estimados – base e completo – são uma indicação de que a educação permite aceder a profissões e empresas com melhores remunerações: as diferenças aumentam com o nível de escolaridade, sendo de 0,2 pontos percentuais para o 1º ciclo e 36,2 pontos percentuais para o superior.

Variação do rendimento mensal líquido (%) dos indivíduos com idade entre 18 e 64 anos - coeficientes estimados com o modelo base (variáveis de capital humano)

Figura 6.1

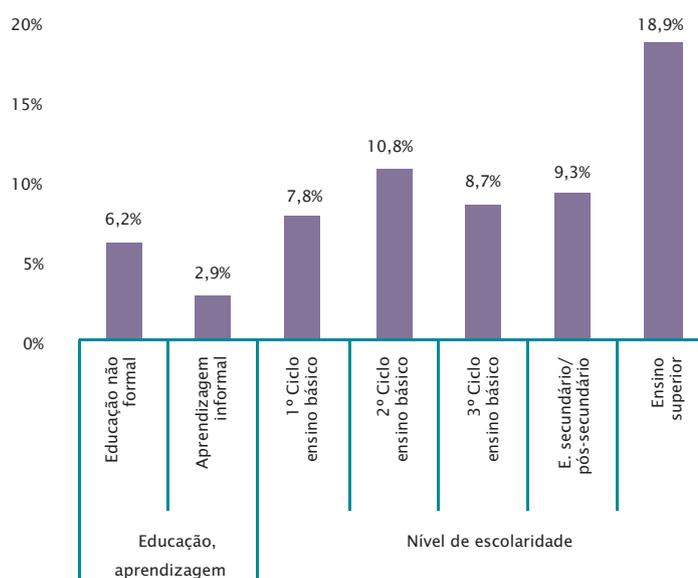


Se considerarmos os anos médios necessários para completar cada nível de escolaridade, os valores dos coeficientes associados a cada nível de escolaridade (no modelo base) implicam, em média, um aumento do rendimento entre 1,9% por cada ano no 1º ciclo, 5,8% no secundário e 9,2% no superior. No modelo completo, estes valores são, respectivamente, 1,9%, 3,0% e 3,5%. Admitindo que as actividades de educação não formal, em média, não duram mais de um ano (mais de 95% das actividades duram menos de 400 horas), pode-se considerar o coeficiente estimado de 13,0% (6,2 no modelo completo) que lhe está associado como comparável com os efeitos anteriores na sua dimensão temporal. Note-se que não se está a comparar directamente as duas formas de acumulação de capital humano, dado que não podem ser consideradas substitutas uma da outra. Apenas se realça o ponto de que a magnitude do prémio salarial associado à educação não formal é significativa e está dentro do intervalo de variação do rendimento associado à educação formal. O mesmo raciocínio se pode aplicar aos 3,7% (2,9% no modelo completo) de variação do rendimento associado à participação em actividades de aprendizagem informal. Ou seja, o mercado de trabalho aparentemente premeia estas formas de acumulação de capital humano com valores comparáveis à remuneração associada à educação formal.

IMPACTOS DA APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA

Variação do rendimento mensal líquido (%) dos indivíduos com idade entre 18 e 64 anos - coeficientes estimados com o modelo completo (variáveis de capital humano, profissão, características da empresa e região)

Figura 6.2

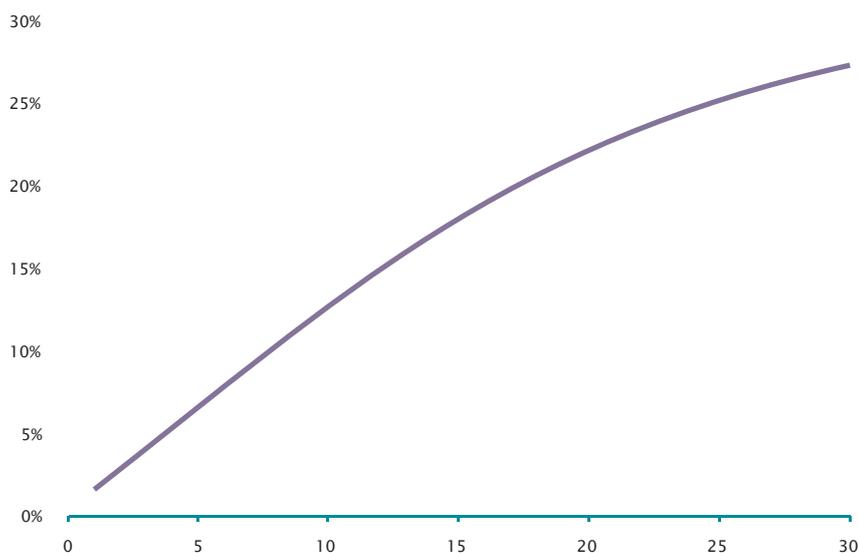


A antiguidade na empresa tem uma relação positiva com o rendimento. O coeficiente que lhe está associado implica uma variação média de rendimento entre 1% e 1,4% por cada ano de antiguidade na empresa, no modelo completo. Note-se que o efeito não é linear, pois o efeito positivo no rendimento decresce com os anos de antiguidade.²² Quando comparado com o efeito da participação em actividades de educação não formal (6,2% no modelo completo), estas são equivalentes a uma experiência profissional na empresa entre os quatro e os cinco anos, em termos de remuneração adicional. Segundo o mesmo raciocínio, a participação em actividades de aprendizagem informal (2,9% no modelo completo) é equivalente a dois anos de experiência. Assim, a participação nas actividades de educação não formal e aprendizagem informal permite ao indivíduo receber em média um rendimento mais elevado, tudo o resto constante, e é comparável a anos de experiência na empresa, por exemplo, através de uma progressão mais rápida na escala salarial da empresa.

²² Este facto é habitualmente encontrado na relação entre a experiência e o rendimento do trabalho. As razões são diversas, tais como a depreciação do capital humano, reduções na produtividade com a idade ou mecanismos de incentivos.

Variação do rendimento mensal líquido (%) dos indivíduos com idade entre 18 e 64 anos por antiguidade na empresa (coeficientes estimados com o modelo completo (variáveis de capital humano, profissão e características da empresa)

Figura 6.3



Os resultados da estimação das equações de rendimento revelam os benefícios da participação em actividades de aprendizagem ao longo da vida e aprendizagem informal. A causalidade entre estas formas de aquisição de qualificações e maiores remunerações parece estar presente, mas um estudo mais especializado será necessário para isolar estes efeitos. Por um lado, o indivíduo procura ganhar novas competências com a participação em actividades de aprendizagem ao acumular capital humano que é valorizado no mercado de trabalho. Por outro, aqueles que participam podem ser os que detêm um desempenho superior no mercado. As equações aqui estimadas capturam estes efeitos em simultâneo. Note-se ainda que os melhores profissionais podem ser aqueles que mais têm a ganhar com a aprendizagem adicional, identificando a vantagem de acumular capital humano.

IMPACTOS DA APRENDIZAGEM AO LONGO DA VIDA

VI.III. CONCLUSÕES

O primeiro objecto deste capítulo foi comparar a transição entre cada uma das condições perante o trabalho consoante o indivíduo participa em actividades de educação e aprendizagem há um ano atrás e no momento do inquérito. Ou seja, verificar se de alguma forma o facto de participar nestas actividades está associado a um aumento da probabilidade de transitar para uma condição perante o trabalho mais favorável. Nomeadamente, se aumenta a probabilidade de transitar para a condição de empregado. As principais conclusões são:

- i) A participação em actividades de aprendizagem ao longo da vida e de aprendizagem informal está associada a uma maior percentagem de transições de inactividade para actividade e do desemprego para o emprego.
- ii) A participação em actividades de aprendizagem ao longo da vida por razões profissionais acentua as transições para o mercado de trabalho e do desemprego para o emprego.
- iii) A participação em actividades de educação não formal está associada às mais altas transições referidas.

O segundo objectivo foi o de verificar se a participação em actividades de aprendizagem está ou não associada a rendimentos mais elevados. Foram analisados dois modelos: modelo base, incluindo as variáveis de capital humano; modelo completo, incluindo a profissão do indivíduo, a dimensão da empresa, o seu sector de actividade e a região, para além das variáveis de capital humano. Assim:

- iv) A participação em actividades de aprendizagem ao longo da vida ou em aprendizagem informal está associada a uma variação positiva no rendimento.
- v) A variação positiva do rendimento associada à educação formal inicial está entre os 7,8% (8,0% no modelo base) para o 1º ciclo, quando comparado com nenhum nível de escolaridade, e 18,9% (55,1%) para o superior, quando comparado com o secundário.
- vi) A participação em actividades de educação não formal está associada a variações do rendimento entre 13,0% (modelo base) e 6,9% (modelo completo).
- vii) A participação em actividades de educação não formal está associada a variações do rendimento entre 3,7% (modelo base) e 2,9% (modelo completo).

O IEFA recolhe informação sobre a educação (nível de escolaridade atingido, mesmo que não concluído), condição perante o trabalho, situação na profissão e profissão dos pais dos respondentes quando estes eram jovens adolescentes, ou seja, tinham entre 12 e 16 anos. Esta informação permite determinar a influência das características dos pais no nível de educação do próprio. Em particular, possibilita a identificação dos efeitos da educação dos pais no desempenho do indivíduo e discutir a existência, ou não, de fenómenos de transmissão dos atributos educacionais de pais para filhos.

VII.I. MATRIZES INTERGERACIONAIS DE ESCOLARIDADE

A aplicação de um modelo de estimação para determinar até que ponto a educação dos indivíduos está relacionada com a educação dos pais é o objectivo deste capítulo. No entanto, o que dizem os dados relativamente a essa relação, apenas com um cruzamento entre a educação dos pais e dos filhos? Para responder a esta questão, construíram-se matrizes em que se compara a escolaridade das duas gerações: o nível de escolaridade mais elevado concluído do indivíduo *versus* o nível de escolaridade atingido do pai/mãe quando o indivíduo tinha entre 12 e 16 anos de idade.

Nos quadros que se seguem, a escolaridade do pai/mãe é colocada em linha e a escolaridade do indivíduo em coluna. As matrizes apresentam a distribuição do nível de escolaridade do indivíduo condicional a uma dada escolaridade atingida pelos pais. Assim, quando o pai não atingiu qualquer nível de escolaridade, 10,0% dos indivíduos estão em situação similar, ou seja, não têm qualquer nível de escolaridade completo, 57,3% completaram o 1º ciclo, sendo que as restantes percentagens decrescem de 17,9% que completaram o 2º ciclo do ensino básico a 1,9% que completaram o ensino superior. Quando o pai atingiu o 1º ciclo, os filhos completaram níveis de escolaridade mais elevados do que no caso anterior: apenas 1,4% não completaram qualquer nível; 21,5% completaram o mesmo nível dos seus pais (1º ciclo); 23,1% o 2º ciclo; 24,2% o 3º ciclo; 18,7% e 11,2% os níveis de ensino secundário e superior, respectivamente. Este padrão de aumento de escolaridade do indivíduo repete-se à medida que aumenta a escolaridade atingida pelo pai. Quando o pai atingiu o nível de ensino superior, menos de 1% dos filhos completou o 1º ou o 2º ciclos, 6,7% ficaram pelo 3º ciclo, mas 33,1% completaram o secundário e 59,2% o superior.

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos (%) por nível de escolaridade mais elevado completo e nível de escolaridade atingido pelo pai

Quadro 7.1

Nível de escolaridade atingido pelo pai	Nível de escolaridade mais elevado completo do indivíduo						TOTAL
	Nenhum	1º Ciclo ensino básico	2º Ciclo ensino básico	3º Ciclo ensino básico	Ensino secundário/pós-secundário	Ensino superior	
Nenhum	10,1	57,3	17,9	9,2	3,7	1,9	100,0
1º Ciclo ensino básico	1,4	21,5	23,1	24,2	18,7	11,2	100,0
2º Ciclo ensino básico	0,2	2,2	10,4	31,0	37,1	19,0	100,0
3º Ciclo ensino básico	0,4	2,4	5,3	22,1	38,8	31,0	100,0
Ensino secundário/pós-secundário	0,0	1,0	3,5	12,1	40,7	42,7	100,0
Ensino superior	0,3	0,5	0,3	6,7	33,1	59,2	100,0

O quadro de cruzamento com a escolaridade da mãe apresenta a mesma evidência. A maior parte dos indivíduos concentra-se à volta ou acima da diagonal principal da matriz, indicando que à medida que a escolaridade da mãe aumenta, a escolaridade do indivíduo também aumenta. Por exemplo, quando a mãe atingiu o 3º ciclo, 23,7% dos indivíduos completaram o mesmo nível de escolaridade do que a mãe, 42,9% completaram o secundário e 28,7% o superior. No entanto, quando a mãe atingiu o superior, apenas 5,6% dos indivíduos se ficaram pelo 3º ciclo, 33,4% completaram o ensino secundário e 59,7% o ensino superior.

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos (%) por nível de escolaridade mais elevado completo e nível de escolaridade atingido pela mãe

Quadro 7.2

Nível de escolaridade atingido pela mãe	Nível de escolaridade mais elevado completo do indivíduo						TOTAL
	Nenhum	1º Ciclo ensino básico	2º Ciclo ensino básico	3º Ciclo ensino básico	Ensino secundário/pós-secundário	Ensino superior	
Nenhum	8,6	53,6	19,3	10,6	5,1	2,8	100,0
1º Ciclo ensino básico	1,0	16,5	22,5	26,2	20,6	13,2	100,0
2º Ciclo ensino básico	0,4	1,0	12,7	32,6	35,6	17,7	100,0
3º Ciclo ensino básico	0,0	0,6	4,1	23,7	42,9	28,7	100,0
Ensino secundário/pós-secundário	0,0	0,4	0,8	10,4	40,5	47,9	100,0
Ensino superior	0,0	0,0	1,3	5,6	33,4	59,7	100,0

Apesar de não se estar a controlar outros factores, nomeadamente a idade do indivíduo, mas a fazer um cruzamento simples entre duas variáveis, os resultados apontam para uma forte associação positiva entre as escolaridades do pai/mãe e do filho. O próximo subcapítulo procura quantificar esta associação através da aplicação de um modelo para a decisão de o indivíduo completar um dado nível de escolaridade.

TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL DA EDUCAÇÃO

VII.II. UM MODELO DE ESTIMAÇÃO PARA A ESCOLARIDADE

O nível de escolaridade é uma variável discreta ordinal, sendo indicado aplicar um modelo de probabilidade ordenado (*ordered probit*). Quer isto dizer que se estima a probabilidade de um indivíduo completar um determinado nível de escolaridade, explicitando que os níveis são sequenciais. As características dos pais – sua escolaridade e condição perante o trabalho quando o indivíduo tinha entre 12 e 16 anos – são as variáveis consideradas como explicativas do nível de escolaridade do indivíduo (*vide* Quadros 7.6 e 7.7, Anexo 7). A hipótese de partida é de que a escolaridade dos pais estará positivamente relacionada com a escolaridade dos indivíduos. A confirmar-se, indicia que existe uma transmissão entre gerações das decisões respeitantes à educação formal.

Relativamente à condição perante o trabalho, seria de esperar que a participação dos pais no mercado de trabalho, em particular como empregados, influenciasse positivamente a probabilidade de o indivíduo completar um nível de escolaridade mais elevado. No entanto, pode não ser assim, se, por exemplo, a não participação no mercado de trabalho de um dos pais permitir que o indivíduo tenha uma maior predisposição para a frequência escolar através de acompanhamento mais próximo da família.

A idade do indivíduo é introduzida como controlo para capturar especificidades associadas ao período em que participou em actividades de educação formal. Nomeadamente, alterações na escolaridade obrigatória, diferenças de comportamento geracionais, alterações da conjuntura económica e social e o estágio de desenvolvimento do país. Os resultados relativos a estas variáveis permitirão ainda caracterizar as diferenças que dizem respeito aos grupos etários presentes na amostra. A vantagem face a uma descrição estatística, mesmo que sofisticada, é que o modelo permite separar os efeitos das diferentes variáveis. No caso da idade, separa a sua associação com a escolaridade de outros efeitos que têm, neste caso, a ver com características observáveis dos pais.

Como referido anteriormente, a estimação do modelo permite obter correlações parciais condicionais às restantes características, ou seja, o efeito de cada variável é isolado. A análise destes modelos de probabilidade não é trivial, sendo necessário algum cuidado adicional. Para tornar a leitura dos resultados mais clara, são apresentados directamente os efeitos de cada variável na probabilidade de o indivíduo completar um dado nível de escolaridade (*vide* Quadro 7.6, Anexo 7). Estes efeitos apresentam o que se espera em média para a amostra inquirida, que neste caso, representa a população em idade activa.

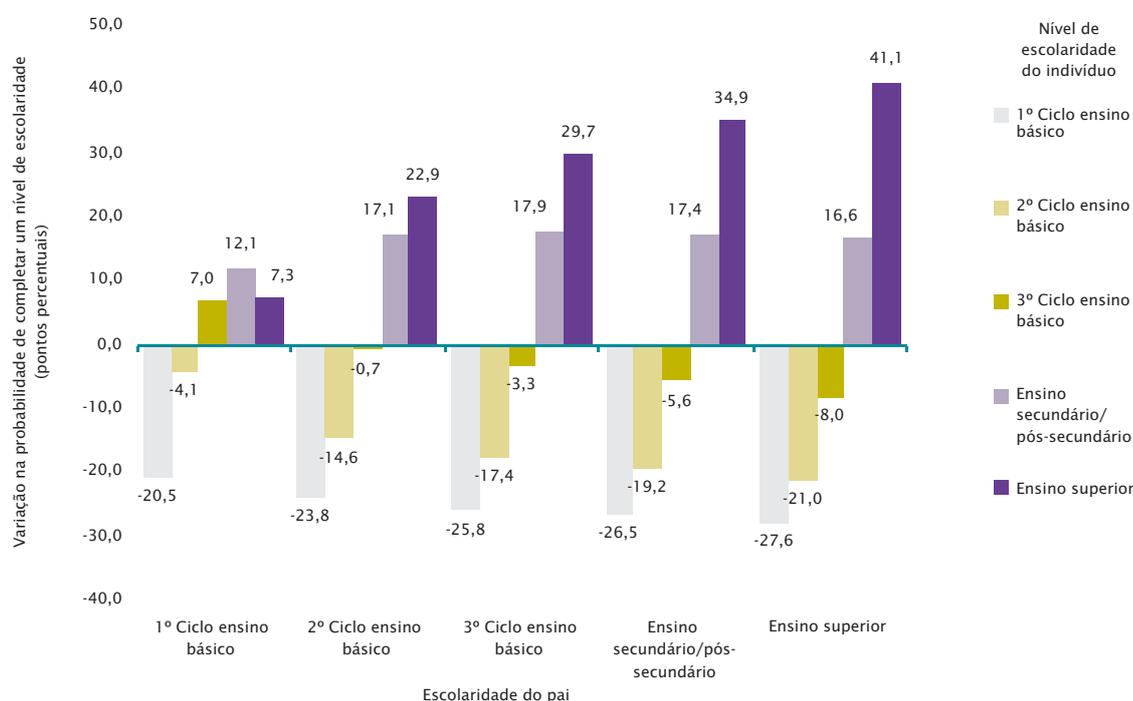
ESCOLARIDADE DO PAI

O nível de escolaridade do pai quando o indivíduo tinha entre 12 e 16 anos de idade está positivamente correlacionado com o desempenho do indivíduo em termos de escolaridade. O facto de o pai ter atingido um nível de escolaridade mais elevado aumenta a probabilidade de o indivíduo completar também um nível mais elevado. Assim, a hipótese de existir uma transmissão

intergeracional, no sentido de existir uma forte associação entre a educação dos pais e dos filhos, verifica-se para o caso da educação do pai.

Varição na probabilidade de completar um nível de escolaridade (ponto percentual) dos indivíduos com idade entre 18 e 64 anos por nível de escolaridade atingido pelo pai

Figura 7.1



Por um lado, à medida que a escolaridade atingida pelo pai aumenta, a variação da probabilidade de o indivíduo completar o superior é cada vez maior: de 7,3 pontos percentuais (p.p.) para um pai com o 1º ciclo, até 41,1 p.p. para um pai com o superior. O ponto de comparação é sempre a probabilidade de o indivíduo não completar qualquer nível de escolaridade. Por outro, a probabilidade de completar apenas o 1º ciclo tem uma variação cada vez mais negativa: de -20,5 p.p. para um pai também com o 1º ciclo, até -27,6 p.p. para um pai com o superior. No caso do 2º ciclo, a variação da probabilidade é semelhante, mas com valores menos negativos: entre -4,1 p.p. e -21,0 p.p. para um pai com o 1º ciclo e superior, respectivamente. Quando se trata de completar o 3º ciclo a relação, apesar de ser na mesma direcção, é inicialmente positiva quando o pai atingiu o 1º ciclo (7,0 p.p.), passa para próxima de zero (-0,7 p.p. e não significativa) quando atingiu o 2º ciclo, sendo depois de -3,3 p.p., -5,6 p.p. e 8,0 p.p., para os restantes níveis de educação do pai. Relativamente à probabilidade de completar o secundário, a variação da probabilidade é sempre positiva e crescente com o nível de educação do pai: de 12,1 p.p. para um pai que tenha atingido o 1º ciclo, até 16,6 p.p. para um pai que tenha atingido o superior. Note-se ainda que esta variação da probabilidade aumenta até ao 3º ciclo ou secundário do pai (17,9 p.p. e 17,4 p.p., respectivamente), mas diminui ligeiramente para o superior (16,6 p.p.), sendo aqui o efeito preponderante o aumento da probabilidade de concluir o superior quando o pai atingiu igualmente o nível superior.

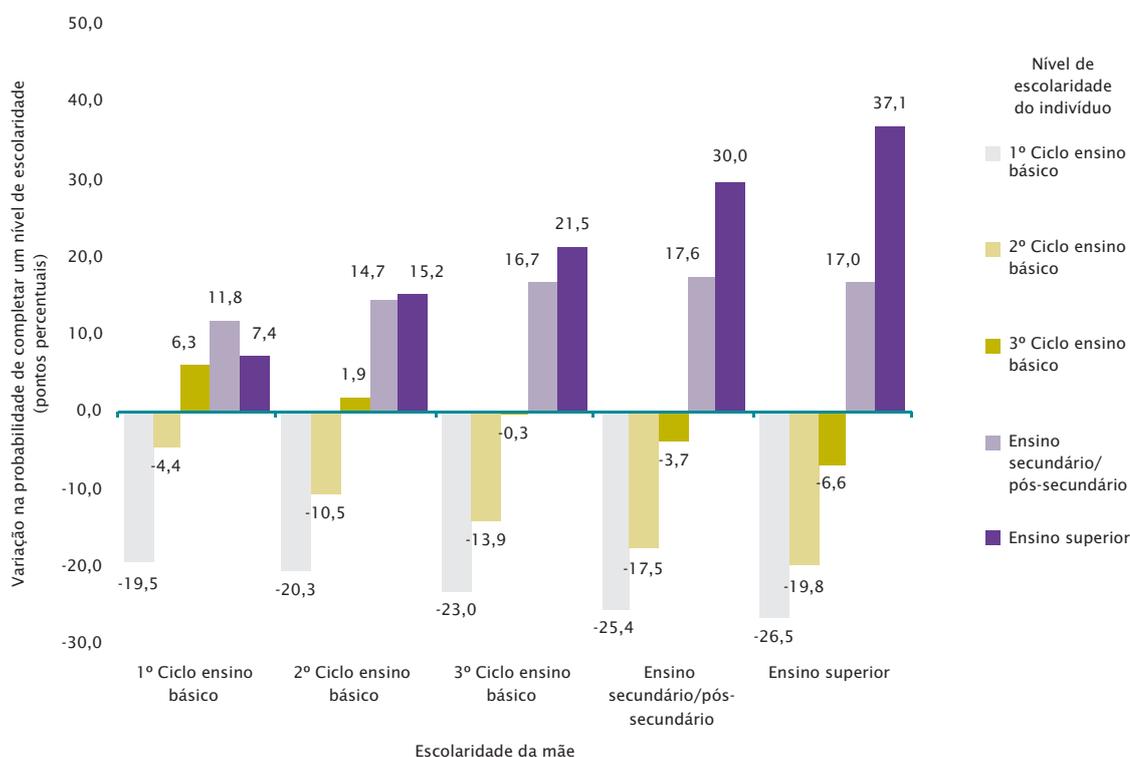
TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL DA EDUCAÇÃO

ESCOLARIDADE DA MÃE

A escolaridade atingida pela mãe está positivamente relacionada com a escolaridade completa do indivíduo. Tal como no caso do pai, este efeito positivo reflecte-se numa menor probabilidade de completar um nível de escolaridade mais baixo, em particular os dois primeiros ciclos do ensino básico, e numa maior probabilidade de completar um nível de escolaridade mais alto, em particular o secundário e o superior. O 3º ciclo só tem probabilidades positivas associadas quando a mãe atingiu o 1º ciclo ou o 2º ciclo (6,3 p.p. e 1,9 p.p., respectivamente), passando para próximo de zero para a mãe com o 3º ciclo. Nos restantes níveis de educação da mãe, secundário e superior, a variação da probabilidade de concluir o 3º ciclo é de -3,7 p.p. e -6,6 p.p., respectivamente. A probabilidade de concluir o secundário varia entre 11,8 p.p. quando a mãe atingiu o 1º ciclo, até 17,6 p.p. quando atingiu o secundário e 17,0 p.p. quando atingiu o superior. O aumento da probabilidade de completar o superior destaca-se, tal como no caso da escolaridade do pai. A variação de probabilidade é de 7,4 p.p. para uma mãe com o 1º ciclo e é menor do que a variação de probabilidade de completar o secundário (11,8 p.p.), mas aumenta para 30,0 p.p. e 37,1 p.p. para uma mãe com o secundário e superior, respectivamente.

Varição na probabilidade de completar um nível de escolaridade (ponto percentual) dos indivíduos com idade entre 18 e 64 anos por nível de escolaridade atingido pela mãe

Figura 7.2



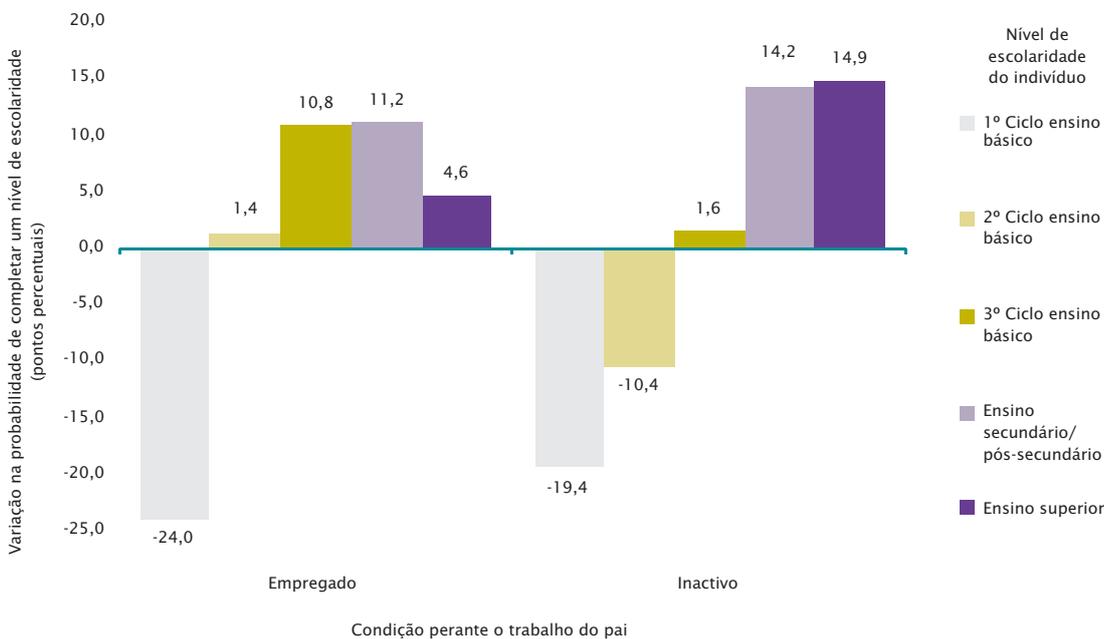
CONDIÇÃO PERANTE O TRABALHO

A condição perante o trabalho do pai está concentrada na categoria de empregado (97,5% das repostas válidas). No caso da mãe, também se verifica uma elevada concentração em empregada (49,7%) e inactiva doméstica (49%). Estes factos têm de ser tomados em linha de conta aquando da análise dos resultados relativos à relação entre a condição perante o trabalho dos pais e a escolaridade dos filhos. A hipótese que se pretende verificar é se uma situação mais ou menos favorável dos pais no mercado de trabalho tem alguma influência no nível de escolaridade completo pelos filhos. O ponto de comparação para ambos os pais foi a condição de desempregado, pois em média pode ser considerada a situação mais desfavorável no que diz respeito à frequência da escola por parte dos filhos. No entanto, a escolha deste ponto de comparação é arbitrária.

No caso da condição perante o trabalho do pai, verifica-se que tanto a condição de empregado como de inactivo têm um efeito positivo na probabilidade de o indivíduo completar um nível de escolaridade mais elevado, quando comparada com a condição de desempregado. Se o pai estava empregado na altura em que o indivíduo era jovem, este tem uma variação da probabilidade de completar o superior de 4,6 p.p.; o secundário de 11,2 p.p.; o 3º ciclo de 10,8 p.p.; o 2º ciclo 1,4 p.p. (valor não significativo); e o 1º ciclo de -24 p.p.. A condição de inactivo tem o efeito na mesma direcção, mas a proporção de pais inactivos é muito reduzida (menos de 3%). Como tal, apesar de os valores serem significativos, a sua interpretação deve tomar em linha de conta que metade destes inactivos eram reformados e um quarto eram incapacitados para trabalhar. Assim, a sua relação com o desempenho escolar dos filhos pode advir da sua condição anterior, e não da identificada quando o indivíduo tinha entre 12 e 16 anos.

Variação na probabilidade de completar um nível de escolaridade (ponto percentual) dos indivíduos com idade entre 18 e 64 anos por condição perante o trabalho do pai

Figura 7.3



TRANSMISSÃO INTERGERACIONAL DA EDUCAÇÃO

No caso da condição perante o trabalho da mãe, os coeficientes não são significativos. Face à educação da mãe, que tem um efeito significativo e positivo, o facto de a mãe estar empregada ou inactiva, por comparação com o estar desempregada, não tem efeito no desempenho escolar do indivíduo. A leitura deste resultado mostra que, por exemplo, numa situação em que a mãe tenha apenas o 1º ciclo completo e esteja desempregada (quando o filho tinha entre 12 e 16 anos), o possível impacto negativo no percurso escolar do filho derivará da baixa escolaridade da mãe e não do facto de estar desempregada de *per se*.

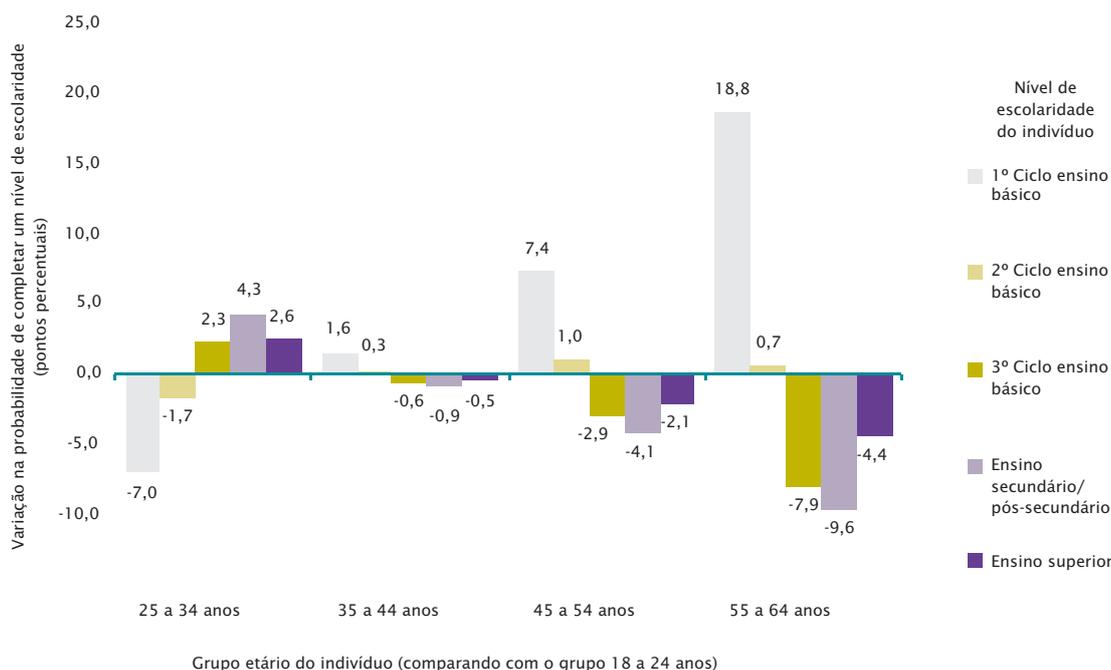
IDADE DO INDIVÍDUO

A aplicação do modelo de probabilidade para a escolaridade completa individual, em que são incluídas as características observáveis dos pais quando o indivíduo era jovem, permite adicionalmente estimar a relação com os diferentes grupos etários. É de supor que a decisão sobre a escolaridade não seja a mesma ao longo dos anos, mesmo isolando para as características dos pais. As escolhas daqueles que têm hoje mais de 50 anos não deverão ser semelhantes às dos que têm pouco mais de 18 anos, por exemplo. Os resultados demonstram estas diferenças.

Tendo como comparação o escalão etário 18 a 24 anos, o que se evidencia é uma relação em U invertido entre a idade e a escolaridade. No primeiro escalão de 25-34 anos, tem-se uma relação positiva com a escolaridade: a variação da probabilidade vai de -7,0 p.p. para o 1º ciclo até 2,6 p.p. para o superior. No grupo etário seguinte, 35-44 anos, o efeito na probabilidade não é significativo. Nos dois últimos escalões, a relação com a escolaridade inverte-se: para estes escalões aumenta a probabilidade de completar o 1º ou o 2º ciclos e diminui a dos restantes níveis de escolaridade mais elevados. A variação da probabilidade de completar apenas o 1º ciclo é de 7,4 p.p. para o escalão 45-54 anos e de 18,8 p.p. para o de 55-64 anos. Ao contrário, a variação de probabilidade de chegar a completar o ensino superior é, respectivamente, -2,1 p.p. e -4,4 p.p..

Varição na probabilidade de completar um nível de escolaridade (ponto percentual) dos indivíduos com idade entre 18 e 64 anos por grupo etário

Figura 7.4



Lateralmente às variáveis relativas aos pais, a relação com a idade do indivíduo demonstra e quantifica a evolução das escolhas educacionais ao longo das diferentes gerações (por outras razões que não a educação e a condição perante o trabalho dos pais). O peso dos indivíduos apenas com o 1º ciclo completo é preponderante nos escalões etários mais altos, enquanto a proporção do secundário e superior é mais elevada nos escalões mais jovens. Ainda que não seja o objectivo central deste capítulo, a necessidade de incluir no modelo a idade do indivíduo como variável de controlo, permitiu a quantificação da relação entre o escalão etário e a probabilidade associada a completar cada nível de escolaridade.

VII.III. CONCLUSÕES

- i) Quanto maior a escolaridade dos pais, maior será a escolaridade do indivíduo. Um maior nível de escolaridade do pai ou da mãe está associado a uma maior probabilidade de o indivíduo completar um nível de escolaridade maior (e uma menor probabilidade de completar um nível de escolaridade menor).
- ii) A condição perante o trabalho do pai tem um efeito na escolaridade do indivíduo. O facto de o pai estar empregado ou inactivo, por comparação com pai desempregado, aumenta a probabilidade de o indivíduo completar um nível de escolaridade mais elevado. A condição perante o trabalho da mãe não tem uma relação significativa com a escolaridade do filho.

O Inquérito à Educação e Formação de Adultos (IEFA) é um inquérito comunitário realizado pelo Instituto Nacional de Estatística sob as recomendações metodológicas e de conteúdo do Eurostat. Esta operação estatística resulta da importância de desenvolver uma base de conhecimento nacional e internacional e uma infra-estrutura estatística acerca da educação, formação e aprendizagem de adultos.

O objectivo principal do inquérito respeita à análise da participação dos adultos em qualquer tipo de actividade de educação formal e não formal, bem como de aprendizagem informal, nos 12 meses prévios à entrevista. Ainda que a população alvo do inquérito europeu respeite aos indivíduos com idades entre 25 e 64 anos, em Portugal optou-se por inquirir os indivíduos com idades entre 18 e 64 anos que vivem em alojamentos familiares de residência principal.

Em 2007 realizou-se pela primeira vez a recolha de dados nesta temática enquanto operação estatística independente, na sequência do módulo do Inquérito ao Emprego sobre Aprendizagem ao Longo da Vida conduzido em 2003. Prevê-se que tenha uma periodicidade quinquenal.

O inquérito foi aplicado no período de Outubro a Dezembro de 2007. É um Inquérito amostral, cuja informação foi recolhida directamente das unidades de observação – indivíduos – através de um questionário registado em computador – Entrevista Presencial Assistida por Computador (CAPI).

A operação estatística principal foi precedida de um inquérito piloto, que decorreu nos meses de Junho e Julho de 2007, com o principal objectivo de testar a aplicação informática de recolha, bem como a apreensão de conceitos inerentes a esta operação estatística por parte dos entrevistadores, com vista a melhorar as condições de realização do inquérito principal.

O inquérito foi realizado no Continente e as Regiões Autónomas do Açores e da Madeira. A amostra foi dimensionada a nível nacional. As estimativas foram obtidas através de uma amostra de 11 451 unidades de alojamento, a que correspondem 11 289 indivíduos com entrevista conseguida no âmbito etário de referência. Os dados foram calibrados tendo por referência as estimativas independentes da população calculadas a partir dos resultados definitivos dos Censos 2001.

Para uma análise mais detalhada em termos da metodologia seguida, sugere-se a leitura do documento metodológico do IEFA em (<http://metaweb.ine.pt/sim/operacoes/pesquisa.aspx>).

- Almeida, A. N. (coord. 2008), *Á entrada: Os Estudantes da Universidade de Lisboa 2003-2008*, OPEST, Lisboa, Universidade de Lisboa.
- Alves, Nuno “Novos factos sobre a pobreza em Portugal”, in Boletim Económico, Primavera 2009, Banco de Portugal, Volume 15, Número 1, Lisboa, Banco de Portugal.
- Ambrósio, T. (1998), “Investigar/Formar/Inovar”, in *Educação e Desenvolvimento – contributo para uma mudança reflexiva da Educação*, Costa de Caparica, UIED, FCT – Universidade Nova de Lisboa, pp. 11-23.
- Baudelot, Ch. & Establet, R. (1971), *L'École Capitaliste en France*, Paris, Maspero.
- Becker, G.S. (1964; 1993 3ªed.), *Human Capital: A Theoretical and Empirical Analysis, with Special Reference to Education*, Chicago, Londres: University of Chicago Press.
- Benavente, A. & Correia, A. (1980), *Obstáculos ao Sucesso na Escola Primária*, Lisboa, Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.
- Bidart, C.& Lavenue, D. (2005), “Evolutions of personal networks and life events”, *Social Networks*, 27(2005), 359-376 (<http://halshs.archives-ouvertes.fr/docs/00/05/25/50/pdf>,acedido em 12 de Julho de 2009).
- Black, S., Paul D. & Salvanes, K. (2003), *Why the Apple Doesn't Fall Far: understanding intergenerational transmission of human capital*, Uppsala, CEMMAP/The Institute for Fiscal Studies – Department of Economics, Working Paper CWP16/03.
- Blau, M. (1991), *An Introduction to the Economics of Education*, Londres, Gregg Revival.
- Carneiro, R. (org. 1987), *O Futuro da Educação em Portugal*, Lisboa, DAPP- Ministério da Educação.
- Cerdeira, L. (2009), “O Financiamento do Ensino Superior Português. A partilha de custos”, tese de doutoramento, Lisboa, Universidade de Lisboa.
- Chagas Lopes, M. (2000), “Reversibilidade de decisões em Ciclo de Vida e a Educação de Segunda Oportunidade”, ISEG, Departamento de Economia (<http://ideas.repec.org/p/ise/isegwp/wp12000.html>)

- Chagas Lopes, M. & Medeiros, J. (2004), "School failure and intergenerational "human capital" transmission in Portugal", European Conference on Educational Research, Universidade de Creta 22-25 Setembro (http://www.leeds.ac.uk/bei/COLN/COLN_default.html)
- Chagas Lopes, M. et al. (2005), *Trajectórias Escolares, Inserção Profissional e Desigualdades Laborais : uma análise de género*, Lisboa, FCT.
- Chagas Lopes, M. (2007), "Aprendizagem ao Longo da Vida e Novas Formas de Gestão dos Mercados de Trabalho", in *Aprendizagem ao Longo da Vida*, A. Oliveira das Neves (org.), Cadernos Sociedade e Trabalho X, Lisboa, Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social, pp. 123-140.
- Chevalier, A., (2003), *Parental Education and Child's Education: a natural experiment*, Bonn, IZA DP nº 1153 (http://www.iza.org/index_html, acedido em Maio de 2009).
- Grácio, S. & Miranda, S. (1977), "Insucesso escolar e origem social: resultados de um inquérito-piloto", Lisbon, *Análise Social*, vol.XIII, 51.
- Graham, H. & Power, C. (2004), "Childhood disadvantage and health inequalities: a framework for policy based on lifecourse research", in *Child: Care, Health and Development*, 30(6), 671-678 (<http://www.blackwell-synergy.com/doi/>, acedido em Junho de 2009).
- Hobcraft, J. (2000), "The Roles of Schooling and Educational Qualifications in the Emergence of Adult Social Exclusion", Casepaper 43, CASE, London, London School of Economics.
- Instituto Superior de Economia e Gestão (2009), *Alunos do 1º ciclo do ISEG: quem são? Alunos, Famílias e Percursos Escolares em 2008-2009*, Observatório Pedagógico, Lisboa, ISEG.
- Kachigan, S. (1986), *Statistical Analysis - An Interdisciplinary Introduction to Univariate & Multivariate Methods*, Nova Iorque, Radius Press.
- Lawless, J. (1982), *Statistical Models and Methods for Lifetime Data*, Nova Iorque, Wiley & Sons.
- Mincer, J. (1974), *Schooling, Experience and Earnings*, New York, NBER.
- Muysken, J. & Heijke, H. (2000), *Education and Training in a Knowledge Based Economy*, Londres, St. Martin's Press.
- Noyes, A. (2003), "School Transfer and Social Relocation ", in *International Studies in Sociology of Education*, Vol. 13, nº3.
- OECD (2006), *Ageing and Employment Policies Project, Executive Summary* (http://www.oecd.org/document/42/0,3343,en_2649_33927_36104426_1_1_1_1,00.html), acedido em 20 de Julho de 2009).

OECD (2008), *Education at a Glance*, http://www.oecd.org/document/9/0,3343,en_2649_392632_38_41266761_1_1_1_37455,00.html, acessado em 31 de Julho de 2009).

Willis, Robert J., (1987), "Wage determinants: a survey and reinterpretation of human capital earning functions", in *Handbook of Labour Economics*, O. Ashenfelter & R. Layard (orgs.), Londres e Nova Iorque, North-Holland, pp. 525-602.

ANEXO 1.

QUADROS DE RESULTADOS - EDUCAÇÃO FORMAL



Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de educação formal (%) por sexo e grupo etário

Quadro 1.1

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
18-24 anos	202 627	45,4	226 776	52,9	429 403	49,1
25-34 anos	107 505	13,0	119 990	14,7	227 495	13,8
35-44 anos	44 690	5,7	55 661	7,0	100 351	6,4
45-54 anos	16 740	2,4	27 765	3,7	44 505	3,1
55-64 anos	5 809§	1,0§	8 620	1,3	14 429	1,2
25-64 anos	174 744	6,0	212 036	7,0	386 779	6,5
TOTAL	377 371	11,2	438 811	12,8	816 182	12,0

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de educação formal (%) por sexo e nível de escolaridade mais elevado completo

Quadro 1.2

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Até básico 3º ciclo	135 527	5,6	162 428	7,0	297 956	6,3
Secundário/Pós-secundário	182 590	31,9	178 063	29,4	360 653	30,6
Superior	59 253	17,0	98 320	18,8	157 573	18,1
TOTAL	377 371	11,2	438 811	12,8	816 182	12,0

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de educação formal (%) por sexo e local de residência (NUTS - 2002)

Quadro 1.3

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Norte	120 744	10,0	153 753	12,3	274 497	11,2
Centro	93 997	12,7	102 664	13,7	196 661	13,2
Lisboa	108 322	12,3	108 454	11,8	216 776	12,0
Alentejo	29 669	12,6	38 999	17,1	68 668	14,8
Algarve	14 433	10,6	19 288	14,8	33 721	12,7
R. A. Açores	4 284	5,4	7 815	10,1	12 099	7,7
R. A. Madeira	5 923	7,6	7 839	9,4	13 762	8,6
TOTAL	377 371	11,2	438 811	12,8	816 182	12,0

**Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos
que participou em actividades de educação formal (%)
por sexo e tipologia de localidade**

Quadro 1.4

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Zona densamente povoada	180 289	12,0	186 410	11,9	366 699	12,0
Zona medianamente povoada	121 380	10,9	153 310	13,4	274 690	12,2
Zona pouco povoada	75 702	10,2	99 091	13,5	174 793	11,8
TOTAL	377 371	11,2	438 811	12,8	816 182	12,0

**Proporção de indivíduos que participou em actividades de
educação formal (%) por sexo e condição perante o trabalho**

Quadro 1.5

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Activos	186 950	6,6	231 168	9,4	418 118	7,9
Empregado	158 582	6,2	174 472	8,2	333 054	7,1
Desempregado	28 368	11,1	56 696	17,2	85 065	14,6
Inactivos	190 420	36,1	207 643	21,1	398 064	26,3
Aluno, estudante	179 560	96,5	191 448	95,3	371 007	95,9
Outros inactivos	10 861§	3,2§	16 196	2,1	27 056	2,4
TOTAL	377 371	11,2	438 811	12,8	816 182	12,0

**Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos
que participou em actividades de educação formal (%)
por sexo e situação na profissão**

Quadro 1.6

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Trabalhador por conta própria	18 806	3,1	11 953§	3,3§	30 759	3,1
Trabalhador por conta de outrem	139 332	7,1	162 275	9,4	301 607	8,2
Outra situação	445§	3,4§	244§	1,0§	688§	1,9§
TOTAL	158 582	6,2	174 472	8,2	333 054	7,1

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de educação formal (%) por sexo e profissão

Quadro 1.7

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Forças Armadas	3 064§	16,2§	2 034§	24,0§	5 098§	18,6§
Quadros Sup. Adm. Pública, Dirig. e Quadros Sup. Empresa	7 810§	3,5§	6 050§	6,0§	13 860	4,3
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	26 002	12,6	39 930	15,5	65 931	14,2
Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	28 440	10,8	19 130	9,6	47 569	10,3
Pessoal Administrativo e Similares	14 971	9,7	40 291	12,9	55 262	11,9
Pessoal dos Serviços e Vendedores	17 142	7,3	40 239	8,7	57 381	8,2
Agricultores e Trab. Qualificados Agricultura e Pescas	5 419§	3,5§	1 702§	1,9§	7 121§	2,9
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	34 999	4,4	6 749§	3,0	41 748	4,1
Operadores Instalações e Máquinas e Trab. Montagem	11 553§	3,8§	837§	1,1§	12 391§	3,2§
Trabalhadores Não Qualificados	9 183§	4,3§	17 510	4,4	26 693	4,4
TOTAL	158 582	6,2	174 472	8,2	333 054	7,1

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de educação formal (%) por sexo e tipo de contrato

Quadro 1.8

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Contrato de trabalho sem termo	95 119	6,1	90 885	6,7	186 004	6,4
Contrato de trabalho a termo	44 212	11,7	71 390	19,1	115 603	15,3
TOTAL	139 332	7,1	162 275	9,4	301 607	8,2

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de educação formal (%) por sexo e regime de trabalho

Quadro 1.9

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Tempo completo	129 571	6,8	137 177	8,6	266 748	7,6
Tempo parcial	9 761§	27,1§	25 098	17,5	34 859	19,4
TOTAL	139 332	7,1	162 275	9,4	301 607	8,2

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de educação formal (%) por sexo e escalão de rendimento mensal líquido

Quadro 1.10

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Menos de 500 euros	26 735	5,5	58 777	6,4	85 512	6,1
Entre 500 e 750 euros	54 174	5,2	56 777	9,2	110 951	6,7
Entre 750 e 1000 euros	35 049	7,4	23 671	11,0	58 720	8,5
Entre 1000 e 1500 euros	23 408	7,7	19 652	10,9	43 059	8,9
Entre 1500 e 2000 euros	7 084§	7,2§	2 550§	3,6§	9 634	5,7
Entre 2000 e 3000 euros	8 979§	16,1§	1 392§	5,0§	10 371§	12,5
Mais de 3000 euros	0	0,0	2 408§	17,3§	2 408§	4,7§
Recusa	1 179	3,0	7 407	16,1	8 586	10,1
Não sabe	1 530	7,4	1 595§	9,3	3 125	8,3
TOTAL	158 138	6,2	174 228	8,3	332 366	7,1

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de educação formal (%) por sexo e nível de escolaridade atingido pelo pai (quando o próprio era jovem-adolescente)

Quadro 1.11

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Nenhum	20 835	2,3	41 150	4,2	61 984	3,3
Básico	247 518	12,8	297 593	15,2	545 111	14,0
Secundário	46 988	33,8	37 250	28,7	84 238	31,3
Superior	46 792	32,8	43 946	29,4	90 739	31,1
Não se aplica (não conheceu o pai)	15 237	7,6	15 377	7,3	30 615	7,5
Recusa	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Não sabe	0	0,0	3 495	18,4	3 495	9,4
TOTAL	377 371	11,2	438 811	12,8	816 182	12,0

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de educação formal (%) por sexo e nível de escolaridade atingido pela mãe (quando o próprio era jovem-adolescente)

Quadro 1.12

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Nenhum	28 969	2,3	63 099	4,6	92 069	3,5
Básico	255 595	14,5	293 873	16,9	549 468	15,6
Secundário	38 879	31,1	40 138	30,8	79 017	31,0
Superior	48 849	40,2	36 259	34,1	85 108	37,4
Não se aplica (não conheceu a mãe)	2 713	4,5	2 638	4,1	5 351	4,3
Recusa	2 365	49,9	1 595	62,3	3 960	54,3
Não sabe	0	0,0	1 210	12,3	1 210	6,4
TOTAL	377 371	11,2	438 811	12,8	816 182	12,0

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de educação formal (%) por sexo e conhecimento de outras línguas além da materna

Quadro 1.13

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Sim	321 182	18,0	364 891	20,8	686 074	19,4
Não	56 188	3,6	73 920	4,4	130 109	4,0
TOTAL	377 371	11,2	438 811	12,8	816 182	12,0

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de educação formal (%) por sexo e línguas que conhece

Quadro 1.14

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
1	134 057	15,6	117 543	15,6	251 600	15,6
2	116 535	20,0	170 800	24,2	287 334	22,3
3 a 7	70 591	20,8	76 548	26,3	147 139	23,4
TOTAL	321 182	18,0	364 891	20,8	686 074	19,4

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de educação formal (%) por sexo e frequência de utilização de computador

Quadro 1.15

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Todos os dias ou quase todos os dias	328 993	23,1	334 627	26,4	663 620	24,7
Pelo menos uma vez por semana	29 927	9,6	64 194	19,9	94 121	14,8
Pelo menos uma vez por mês	3 396§	3,2§	8 556§	8,9§	11 952§	5,9§
Menos de uma vez por mês	2 844§	2,4§	11 444	10,4	14 287	6,2
Nunca	12 212§	0,9§	19 989	1,2	32 201	1,1
TOTAL	377 371	11,2	438 811	12,8	816 182	12,0

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de educação formal (%) por sexo e frequência de utilização de Internet

Quadro 1.16

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Todos os dias ou quase todos os dias	304 394	25,5	309 120	29,8	613 514	27,5
Pelo menos uma vez por semana	37 334	11,0	66 599	20,3	103 933	15,5
Pelo menos uma vez por mês	6 222§	6,2§	12 197§	13,1	18 419	9,5
Menos de uma vez por mês	9 167§	8,4§	12 522	11,7	21 689	10,0
Nunca	20 254	1,3	38 373	2,0	58 627	1,7
TOTAL	377 371	11,2	438 811	12,8	816 182	12,0

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de educação formal (%) por sexo e tipo de utilizador de computador (auto-avaliação)

Quadro 1.17

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Utilizador de computador com competências básicas	85 424	9,3	147 258	16,8	232 682	12,9
Utilizador de computador hábil/experiente	192 824	24,3	244 498	30,1	437 323	27,2
Utilizador de computador perito	86 911	35,9	27 065	24,5	113 976	32,3
TOTAL	365 159	18,6	418 822	23,3	783 981	20,9

**Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos
que participou em actividades de educação formal (%)
por sexo e nível de competências TIC**

Quadro 1.18

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Não sabe utilizar computador	12 212	0,9	19 989	1,2	32 201	1,1
Utilizador de computador com competências básicas	85 424	9,3	147 258	16,8	232 682	12,9
Utilizador de computador hábil/experiente	192 824	24,3	244 498	30,1	437 323	27,2
Utilizador de computador perito	86 911	35,9	27 065	24,5	113 976	32,3
TOTAL	377 371	11,2	438 811	12,8	816 182	12,0

**Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que
participou em actividades de educação formal (%) por sexo e
leitura de livros como actividade de lazer**

Quadro 1.19

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Sim	222 283	18,9	340 783	19,0	563 066	18,9
Não	155 088	7,1	98 028	6,0	253 116	6,6
TOTAL	377 371	11,2	438 811	12,8	816 182	12,0

**Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que
participou em actividades de educação formal (%) por sexo e média
de livros lidos como actividade de lazer**

Quadro 1.20

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
1-3	111 693	16,2	167 533	17,8	279 226	17,1
4-7	53 653	19,4	100 464	21,6	154 117	20,8
8-12	29 198	27,5	42 812	23,8	72 011	25,2
Mais de 12	27 738	26,7	29 973	14,4	57 711	18,5
TOTAL	222 283	18,9	340 783	19,0	563 066	18,9

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de educação formal (%) por sexo e frequência de leitura de jornais

Quadro 1.21

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Todos os dias ou quase todos os dias	195 636	11,2	160 456	15,8	356 092	12,9
Pelo menos uma vez por semana	126 621	12,6	166 542	13,5	293 163	13,1
Pelo menos uma vez por mês	14 343	7,5	43 079	13,8	57 423	11,4
Menos de uma vez por mês	20 539	14,5	28 156	10,9	48 695	12,2
Nunca	20 232	7,4	40 578	6,6	60 810	6,8
TOTAL	377 371	11,2	438 811	12,8	816 182	12,0

ANEXO 2.

QUADROS DE RESULTADOS - EDUCAÇÃO NÃO FORMAL

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de educação não formal (%) por sexo e grupo etário

Quadro 2.1

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
18-24 anos	116 457	26,1	123 443	28,8	239 899	27,4
25-34 anos	255 813	30,9	267 220	32,7	523 033	31,8
35-44 anos	198 740	25,4	190 723	24,0	389 463	24,7
45-54 anos	153 446	21,7	137 463	18,5	290 909	20,0
55-64 anos	70 085	11,9	55 892	8,5	125 977	10,1
25-64 anos	678 084	23,3	651 298	21,6	1 329 382	22,5
TOTAL	794 541	23,7	774 741	22,5	1 569 282	23,1

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de educação não formal (%) por sexo e nível de escolaridade mais elevado completo

Quadro 2.2

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Até básico 3º ciclo	385 009	15,8	271 803	11,8	656 812	13,8
Secundário/Pós-secundário	215 456	37,7	200 310	33,1	415 766	35,3
Superior	194 076	55,7	302 627	57,9	496 704	57,0
TOTAL	794 541	23,7	774 741	22,5	1 569 282	23,1

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de educação não formal (%) por sexo e local de residência (NUTS - 2002)

Quadro 2.3

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Norte	258 190	21,4	248 678	19,9	506 868	20,7
Centro	166 267	22,5	174 570	23,2	340 836	22,9
Lisboa	263 761	29,9	248 182	26,9	511 943	28,4
Alentejo	48 216	20,5	43 519	19,1	91 734	19,8
Algarve	33 493	24,6	30 355	23,3	63 847	24,0
R. A. Açores	15 091	19,0	16 586	21,4	31 677	20,2
R. A. Madeira	9 525	12,2	12 851	15,5	22 376	13,9
TOTAL	794 541	23,7	774 741	22,5	1 569 282	23,1

**Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos
que participou em actividades de educação não formal
(%) por sexo e tipologia de localidade**

Quadro 2.4

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Zona densamente povoada	400 171	26,7	402 029	25,7	802 200	26,2
Zona medianamente povoada	243 796	22,0	236 041	20,6	479 838	21,3
Zona pouco povoada	150 574	20,2	136 670	18,7	287 244	19,4
TOTAL	794 541	23,7	774 741	22,5	1 569 282	23,1

**Proporção de indivíduos que participou em
actividades de educação não formal (%) por sexo e
condição perante o trabalho**

Quadro 2.5

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Activos	723 896	25,6	681 440	27,8	1 405 336	26,6
Empregado	701 814	27,3	623 038	29,3	1 324 851	28,2
Desempregado	22 082	8,7	58 402	17,7	80 484	13,8
Inactivos	70 645	13,4	93 301	9,5	163 946	10,8
Aluno, estudante	56 585	30,4	61 464	30,6	118 050	30,5
Outros inactivos	14 060	4,1	31 837	4,1	45 896	4,1
TOTAL	794 541	23,7	774 741	22,5	1 569 282	23,1

**Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos
que participou em actividades de educação não formal
(%) por sexo e situação na profissão**

Quadro 2.6

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Trabalhador por conta própria	127 261	20,9	63 471	17,3	190 732	19,5
Trabalhador por conta de outrem	573 486	29,4	555 688	32,0	1 129 174	30,6
Outra situação	1 066§	8,1§	3 878§	16,2§	4 945§	13,3§
TOTAL	701 814	27,3	623 038	29,3	1 324 851	28,2

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de educação não formal (%) por sexo e profissão

Quadro 2.7

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Forças Armadas	7 088§	37,4§	5 016§	59,2§	12 104§	44,1
Quadros Sup. Adm. Pública, Dirig. e Quadros Sup. Empresa	80 051	36,4	30 091	30,0	110 142	34,4
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	131 314	63,7	162 943	63,2	294 257	63,4
Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	135 138	51,1	98 458	49,4	233 596	50,4
Pessoal Administrativo e Similares	55 444	36,0	114 094	36,6	169 538	36,4
Pessoal dos Serviços e Vendedores	63 213	26,9	117 799	25,5	181 012	26,0
Agricultores e Trab. Qualificados Agricultura e Pescas	11 572§	7,5	1 475§	1,6§	13 046	5,3
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	113 870	14,2	26 664	11,9	140 535	13,7
Operadores Instalações e Máquinas e Trab. Montagem	68 294	22,3	21 238	27,8	89 532	23,4
Trabalhadores Não Qualificados	35 830	16,9	45 259	11,5	81 089	13,4
TOTAL	701 814	27,3	623 038	29,3	1 324 851	28,2

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de educação não formal (%) por sexo e tipo de contrato

Quadro 2.8

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Contrato de trabalho sem termo	466 537	29,7	430 650	31,8	897 186	30,7
Contrato de trabalho a termo	106 949	28,2	123 475	33,0	230 424	30,6
TOTAL	573 486	29,4	555 688	32,0	1 129 174	30,6

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de educação não formal (%) por sexo e regime de trabalho

Quadro 2.9

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Tempo completo	562 699	29,4	524 443	33,1	1 087 142	31,1
Tempo parcial	10 787§	30,0	29 681	20,6	40 468	22,5
TOTAL	573 486	29,4	555 688	32,0	1 129 174	30,6

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de educação não formal (%) por sexo e escalão de rendimento mensal líquido

Quadro 2.10

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Menos de 500 euros	75 917	15,6	132 731	14,5	208 649	14,9
Entre 500 e 750 euros	201 862	19,3	187 440	30,4	389 302	23,5
Entre 750 e 1000 euros	152 261	32,2	94 408	43,9	246 669	35,9
Entre 1000 e 1500 euros	138 016	45,4	104 682	58,0	242 698	50,1
Entre 1500 e 2000 euros	51 498	52,2	47 162	66,9	98 660	58,3
Entre 2000 e 3000 euros	37 723	67,8	19 236	69,7	56 959	68,4
Mais de 3000 euros	25 716	68,8	11 434	82,0	37 150	72,4
Recusa	13 572	34,9	16 804	36,4	30 375	35,7
Não sabe	4 182	20,2	5 262	30,8	9 444	25,0
TOTAL	700 747	27,4	619 159	29,5	1 319 907	28,3

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de educação não formal (%) por sexo e nível de escolaridade atingido pelo pai (quando o próprio era jovem-adolescente)

Quadro 2.11

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Nenhum	115 062	12,5	82 911	8,5	197 973	10,5
Básico	492 739	25,5	502 955	25,6	995 694	25,5
Secundário	68 540	49,3	61 694	47,5	130 234	48,4
Superior	77 494	54,3	86 662	58,0	164 155	56,2
Não se aplica (não conheceu o pai)	39 240	19,5	37 876	18,1	77 116	18,8
Recusa	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Não sabe	1 467	8,1	2 642	13,9	4 109	11,1
TOTAL	794 541	23,7	774 741	22,5	1 569 282	23,1

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de educação não formal (%) por sexo e nível de escolaridade atingido pela mãe (quando o próprio era jovem-adolescente)

Quadro 2.12

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Nenhum	154 201	12,2	148 090	10,7	302 291	11,4
Básico	505 298	28,6	491 772	28,2	997 070	28,4
Secundário	59 526	47,6	60 743	46,7	120 270	47,1
Superior	68 315	56,2	60 865	57,3	129 180	56,7
Não se aplica (não conheceu a mãe)	5 698	9,4	11 435	17,7	17 133	13,7
Recusa	1 502	31,7	0	0,0	1 502	20,6
Não sabe	0	0,0	1 836	18,6	1 836	9,7
TOTAL	794 541	23,7	774 741	22,5	1 569 282	23,1

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de educação não formal (%) por sexo e conhecimento de outras línguas além da materna

Quadro 2.13

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Sim	638 725	35,8	632 868	36,2	1 271 593	36,0
Não	155 816	9,9	141 872	8,4	297 689	9,1
TOTAL	794 541	23,7	774 741	22,5	1 569 282	23,1

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de educação não formal (%) por sexo e línguas que conhece

Quadro 2.14

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
1	235 409	27,3	187 560	24,9	422 969	26,2
2	225 126	38,6	281 502	39,8	506 627	39,3
3 a 7	178 190	52,6	163 807	56,3	341 997	54,3
TOTAL	638 725	35,8	632 868	36,2	1 271 593	36,0

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de educação não formal (%) por sexo e frequência de utilização de computador

Quadro 2.15

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Todos os dias ou quase todos os dias	594 731	41,8	535 557	42,2	1 130 288	42,0
Pelo menos uma vez por semana	63 036	20,2	93 250	28,9	156 285	24,6
Pelo menos uma vez por mês	18 739	17,9	23 769	24,6	42 509	21,1
Menos de uma vez por mês	24 766	20,6	21 079	19,2	45 845	20,0
Nunca	93 269	6,7	101 086	6,1	194 355	6,4
TOTAL	794 541	23,7	774 741	22,5	1 569 282	23,1

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de educação não formal (%) por sexo e frequência de utilização de Internet

Quadro 2.16

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Todos os dias ou quase todos os dias	513 254	42,9	454 603	43,8	967 857	43,3
Pelo menos uma vez por semana	86 901	25,5	112 125	34,1	199 027	29,7
Pelo menos uma vez por mês	20 735	20,8	24 404	26,2	45 140	23,4
Menos de uma vez por mês	22 865	20,9	22 567	21,0	45 432	21,0
Nunca	150 786	9,4	161 040	8,6	311 826	9,0
TOTAL	794 541	23,7	774 741	22,5	1 569 282	23,1

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de educação não formal (%) por sexo e tipo de utilizador de computador (auto-avaliação)

Quadro 2.17

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Utilizador de computador com competências básicas	249 111	27,0	249 602	28,5	498 713	27,7
Utilizador de computador hábil/experiente	335 796	42,3	375 955	46,3	711 751	44,3
Utilizador de computador perito	116 366	48,1	48 098	43,6	164 464	46,7
TOTAL	701 272	35,8	673 655	37,5	1 374 927	36,6

**Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos
que participou em actividades de educação não formal
(%) por sexo e nível de competências TIC**

Quadro 2.18

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Não sabe utilizar computador	93 269	6,7	101 086	6,1	194 355	6,4
Utilizador de computador com competências básicas	249 111	27,0	249 602	28,5	498 713	27,7
Utilizador de computador hábil/experiente	335 796	42,3	375 955	46,3	711 751	44,3
Utilizador de computador perito	116 366	48,1	48 098	43,6	164 464	46,7
TOTAL	794 541	23,7	774 741	22,5	1 569 282	23,1

**Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que
participou em actividades de educação não formal (%) por
sexo e leitura de livros como actividade de lazer**

Quadro 2.19

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Sim	422 440	35,9	581 079	32,4	1 003 520	33,8
Não	372 101	17,1	193 661	11,8	565 762	14,8
TOTAL	794 541	23,7	774 741	22,5	1 569 282	23,1

**Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que
participou em actividades de educação não formal (%) por sexo
e média de livros lidos como actividade de lazer**

Quadro 2.20

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
1-3	203 326	29,5	229 866	24,4	433 192	26,6
4-7	117 786	42,5	176 032	37,8	293 818	39,6
8-12	52 282	49,3	77 177	42,9	129 459	45,3
Mais de 12	49 047	47,1	98 004	47,1	147 051	47,1
TOTAL	422 440	35,9	581 079	32,4	1 003 520	33,8

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de educação não formal (%) por sexo e frequência de leitura de jornais

Quadro 2.21

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Todos os dias ou quase todos os dias	516 270	29,6	317 209	31,2	833 479	30,2
Pelo menos uma vez por semana	198 378	19,8	291 910	23,7	490 288	21,9
Pelo menos uma vez por mês	29 688	15,5	62 896	20,1	92 584	18,3
Menos de uma vez por mês	23 964	17,0	36 788	14,2	60 752	15,2
Nunca	26 241	9,6	65 938	10,7	92 179	10,4
TOTAL	794 541	23,7	774 741	22,5	1 569 282	23,1

ANEXO 3.

QUADROS DE RESULTADOS – APRENDIZAGEM INFORMAL



Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de educação informal (%) por sexo e grupo etário

Quadro 3.1

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
18-24 anos	242 451	54,3	227 205	53,0	469 656	53,7
25-34 anos	416 301	50,3	416 174	50,9	832 475	50,6
35-44 anos	311 891	39,8	338 592	42,6	650 483	41,2
45-54 anos	242 772	34,3	254 588	34,2	497 360	34,3
55-64 anos	141 306	24,0	180 361	27,5	321 667	25,8
<i>25-64 anos</i>	<i>1 112 271</i>	<i>38,3</i>	<i>1 189 715</i>	<i>39,5</i>	<i>2 301 986</i>	<i>38,9</i>
TOTAL	1 354 721	40,4	1 416 920	41,2	2 771 641	40,8

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de educação informal (%) por sexo e nível de escolaridade mais elevado completo

Quadro 3.2

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Até básico 3º ciclo	752 480	30,9	718 171	31,1	1 470 651	31,0
Secundário/Pós-secundário	340 229	59,5	338 796	56,0	679 025	57,7
Superior	262 012	75,2	359 953	68,8	621 965	71,4
TOTAL	1 354 721	40,4	1 416 920	41,2	2 771 641	40,8

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de educação informal (%) por sexo e local de residência (NUTS - 2002)

Quadro 3.3

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Norte	499 638	41,4	481 916	38,6	981 554	40,0
Centro	249 866	33,8	289 710	38,5	539 575	36,2
Lisboa	430 139	48,8	456 757	49,6	886 896	49,2
Alentejo	99 514	42,3	109 121	47,8	208 635	45,0
Algarve	48 886	36,0	48 089	37,0	96 975	36,4
R. A. Açores	9 662	12,1	10 724	13,9	20 386	13,0
R. A. Madeira	17 017	21,9	20 603	24,8	37 621	23,4
TOTAL	1 354 721	40,4	1 416 920	41,2	2 771 641	40,8

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de educação informal (%) por sexo e tipologia de localidade

Quadro 3.4

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Zona densamente povoada	722 229	48,1	727 713	46,6	1 449 941	47,3
Zona medianamente povoada	370 123	33,4	386 434	33,7	756 557	33,5
Zona pouco povoada	262 370	35,2	302 773	41,4	565 143	38,2
TOTAL	1 354 721	40,4	1 416 920	41,2	2 771 641	40,8

Proporção de indivíduos que participou em actividades de educação informal (%) por sexo e condição perante o trabalho

Quadro 3.5

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Activos	1 170 300	41,4	1 104 805	45,0	2 275 105	43,1
Empregado	1 072 274	41,7	953 977	44,9	2 026 251	43,1
Desempregado	98 026	38,4	150 828	45,8	248 854	42,6
Inactivos	184 421	35,0	312 115	31,7	496 536	32,8
Aluno, estudante	113 466	61,0	108 400	54,0	221 866	57,3
Outros inactivos	70 955	20,8	203 714	26,0	274 670	24,4
TOTAL	1 354 721	40,4	1 416 920	41,2	2 771 641	40,8

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de educação informal (%) por sexo e situação na profissão

Quadro 3.6

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Trabalhador por conta própria	235 361	38,6	131 579	35,8	366 941	37,6
Trabalhador por conta de outrem	831 252	42,6	814 360	46,9	1 645 612	44,7
Outra situação	5 661§	43,2§	8 038§	33,5	13 699§	36,9
TOTAL	1 072 274	41,7	953 977	44,9	2 026 251	43,1

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de educação informal (%) por sexo e profissão

Quadro 3.7

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Forças Armadas	10 894§	57,4	4 255§	50,2§	15 149§	55,2
Quadros Sup. Adm. Pública, Dirig. e Quadros Sup. Empresa	106 010	48,2	52 327	52,1	158 337	49,4
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	161 583	78,3	185 797	72,1	347 381	74,9
Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	165 576	62,6	121 812	61,1	287 387	62,0
Pessoal Administrativo e Similares	87 256	56,7	165 897	53,2	253 154	54,3
Pessoal dos Serviços e Vendedores	94 747	40,4	201 105	43,5	295 853	42,4
Agricultores e Trab. Qualificados Agricultura e Pescas	35 978	23,3	10 790	11,8	46 767	19,0
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	261 205	32,6	59 845	26,8	321 050	31,3
Operadores Instalações e Máquinas e Trab. Montagem	95 455	31,2	24 258	31,7	119 713	31,3
Trabalhadores Não Qualificados	53 570	25,2	127 890	32,4	181 461	29,9
TOTAL	1 072 274	41,7	953 977	44,9	2 026 251	43,1

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de educação informal (%) por sexo e tipo de contrato

Quadro 3.8

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Contrato de trabalho sem termo	659 655	42,0	629 484	46,4	1 289 139	44,1
Contrato de trabalho a termo	171 597	45,2	183 322	48,9	354 920	47,1
Não sabe	0	0,0	1 553	49,8	1 553	42,0
TOTAL	831 252	42,6	814 360	46,9	1 645 612	44,7

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de educação informal (%) por sexo e regime de trabalho

Quadro 3.9

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Tempo completo	814 568	42,6	744 775	46,9	1 559 342	44,5
Tempo parcial	16 685	46,4	68 031	47,3	84 716	47,1
Não sabe	0	0,0	1 553	49,8	1 553	49,8
TOTAL	831 252	42,6	814 360	46,9	1 645 612	44,7

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de educação informal (%) por sexo e escalão de rendimento mensal líquido

Quadro 3.10

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Menos de 500 euros	151 056	31,0	313 270	34,2	464 326	33,1
Entre 500 e 750 euros	361 715	34,6	284 187	46,2	645 903	38,9
Entre 750 e 1000 euros	217 003	46,0	126 478	58,8	343 481	50,0
Entre 1000 e 1500 euros	180 457	59,3	115 638	64,1	296 095	61,1
Entre 1500 e 2000 euros	68 922	69,8	50 520	71,6	119 442	70,6
Entre 2000 e 3000 euros	43 539	78,2	20 206	73,2	63 744	76,5
Mais de 3000 euros	25 182	67,4	11 804	84,7	36 986	72,1
Recusa	11 138	28,6	15 245	33,0	26 383	31,0
Não sabe	7 602	36,7	8 591	50,4	16 192	42,9
TOTAL	1 066 614	41,7	945 939	45,0	2 012 553	43,2

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de educação informal (%) por sexo e nível de escolaridade atingido pelo pai (quando o próprio era jovem-adolescente)

Quadro 3.11

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Nenhum	183 709	20,0	244 221	25,2	427 930	22,7
Básico	905 591	46,8	900 395	45,9	1 805 986	46,3
Secundário	96 719	69,5	82 305	63,4	179 025	66,6
Superior	101 639	71,3	112 031	75,0	213 670	73,2
Não se aplica (não conheceu o pai)	63 753	31,7	74 220	35,5	137 973	33,6
Recusa	872	100,0	0	0,0	872	47,5
Não sabe	2 437	13,4	3 747	19,7	6 184	16,6
TOTAL	1 354 721	40,4	1 416 920	41,2	2 771 641	40,8

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de educação informal (%) por sexo e nível de escolaridade atingido pela mãe (quando o próprio era jovem-adolescente)

Quadro 3.12

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Nenhum	285 828	22,6	393 609	28,4	679 437	25,6
Básico	878 608	49,7	833 865	47,8	1 712 473	48,8
Secundário	88 566	70,9	86 056	66,1	174 622	68,4
Superior	82 596	68,0	78 957	74,4	161 554	71,0
Não se aplica (não conheceu a mãe)	13 827	22,9	21 180	32,7	35 007	28,0
Recusa	3 255	68,7	1 595	62,3	4 850	66,5
Não sabe	2 040	22,5	1 658	16,8	3 698	19,6
TOTAL	1 354 721	40,4	1 416 920	41,2	2 771 641	40,8

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de educação informal (%) por sexo e conhecimento de outras línguas além da materna

Quadro 3.13

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Sim	1 041 054	58,3	1 015 855	58,0	2 056 910	58,2
Não	313 667	20,0	401 065	23,7	714 732	21,9
TOTAL	1 354 721	40,4	1 416 920	41,2	2 771 641	40,8

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de educação informal (%) por sexo e línguas que conhece

Quadro 3.14

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
1	429 747	49,9	376 874	50,1	806 621	50,0
2	356 847	61,1	424 758	60,1	781 605	60,6
3 a 7	254 460	75,1	214 223	73,6	468 684	74,4
TOTAL	1 041 054	58,3	1 015 855	58,0	2 056 910	58,2

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de educação informal (%) por sexo e frequência de utilização de computador

Quadro 3.15

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Todos os dias ou quase todos os dias	900 026	63,3	783 232	61,8	1 683 258	62,6
Pelo menos uma vez por semana	152 376	48,8	171 189	53,0	323 565	51,0
Pelo menos uma vez por mês	42 675	40,7	46 342	47,9	89 017	44,2
Menos de uma vez por mês	45 518	37,9	51 328	46,8	96 846	42,2
Nunca	214 127	15,3	364 829	22,2	578 955	19,0
TOTAL	1 354 721	40,4	1 416 920	41,2	2 771 641	40,8

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de educação informal (%) por sexo e frequência de utilização de Internet

Quadro 3.16

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Todos os dias ou quase todos os dias	786 896	65,8	657 086	63,3	1 443 982	64,6
Pelo menos uma vez por semana	167 839	49,2	183 342	55,8	351 181	52,5
Pelo menos uma vez por mês	40 498	40,5	46 579	50,0	87 077	45,1
Menos de uma vez por mês	52 780	48,2	54 696	51,0	107 477	49,6
Nunca	306 708	19,1	475 217	25,4	781 925	22,5
TOTAL	1 354 721	40,4	1 416 920	41,2	2 771 641	40,8

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de educação informal (%) por sexo e tipo de utilizador de computador (auto-avaliação)

Quadro 3.17

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Utilizador de computador com competências básicas	463 071	50,2	458 449	52,4	921 520	51,3
Utilizador de computador hábil/experiente	504 793	63,6	524 279	64,6	1 029 072	64,1
Utilizador de computador perito	172 731	71,3	69 363	62,9	242 094	68,7
TOTAL	1 140 595	58,2	1 052 091	58,5	2 192 686	58,4

**Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos
que participou em actividades de educação informal
(%) por sexo e nível de competências TIC**

Quadro 3.18

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Não sabe utilizar computador	214 127	15,3	364 829	22,2	578 955	19,0
Utilizador de computador com competências básicas	463 071	50,2	458 449	52,4	921 520	51,3
Utilizador de computador hábil/experiente	504 793	63,6	524 279	64,6	1 029 072	64,1
Utilizador de computador perito	172 731	71,3	69 363	62,9	242 094	68,7
TOTAL	1 354 721	40,4	1 416 920	41,2	2 771 641	40,8

**Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que
participou em actividades de educação informal (%) por sexo
e leitura de livros como actividade de lazer**

Quadro 3.19

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Sim	696 317	59,2	970 753	54,1	1 667 069	56,1
Não	658 405	30,2	446 167	27,1	1 104 572	28,9
TOTAL	1 354 721	40,4	1 416 920	41,2	2 771 641	40,8

**Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que
participou em actividades de educação informal (%) por sexo e
média de livros lidos como actividade de lazer**

Quadro 3.20

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
1-3	362 073	52,5	456 906	48,5	818 979	50,2
4-7	178 859	64,5	262 045	56,3	440 904	59,4
8-12	81 280	76,6	109 824	61,0	191 104	66,8
Mais de 12	74 105	71,2	141 978	68,3	216 083	69,3
TOTAL	696 317	59,2	970 753	54,1	1 667 069	56,1

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de educação informal (%) por sexo e frequência de leitura de jornais

Quadro 3.21

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Todos os dias ou quase todos os dias	794 712	45,5	509 666	50,1	1 304 378	47,2
Pelo menos uma vez por semana	396 720	39,5	542 056	43,9	938 776	42,0
Pelo menos uma vez por mês	64 970	33,9	127 991	40,9	192 960	38,2
Menos de uma vez por mês	41 320	29,2	88 760	34,4	130 081	32,6
Nunca	56 999	20,9	148 447	24,0	205 446	23,1
TOTAL	1 354 721	40,4	1 416 920	41,2	2 771 641	40,8

ANEXO 4.
QUADROS DE RESULTADOS – APRENDIZAGEM AO LONGO
DA VIDA



Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de aprendizagem ao longo da vida (%) por sexo e grupo etário

Quadro 4.1

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
35-44 anos	225 207	28,8	225 558	28,3	450 765	28,5
45-54 anos	163 210	23,1	156 632	21,1	319 842	22,0
55-64 anos	73 620	12,5	60 873	9,3	134 494	10,8
<i>25-64 anos</i>	<i>784 551</i>	<i>27,0</i>	<i>781 296</i>	<i>25,9</i>	<i>1 565 846</i>	<i>26,4</i>
TOTAL	1 042 154	31,1	1 055 548	30,7	2 097 702	30,9

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de aprendizagem ao longo da vida (%) por sexo e nível de escolaridade mais elevado completo

Quadro 4.2

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Até básico 3º ciclo	488 526	20,1	394 671	17,1	883 197	18,6
Secundário/Pós-secundário	328 219	57,4	319 887	52,8	648 106	55,1
Superior	225 410	64,7	340 989	65,2	566 399	65,0
TOTAL	1 042 154	31,1	1 055 548	30,7	2 097 702	30,9

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de aprendizagem ao longo da vida (%) por sexo e local de residência (NUTS - 2002)

Quadro 4.3

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Norte	333 727	27,7	345 030	27,6	678 757	27,7
Centro	234 345	31,7	238 813	31,8	473 158	31,8
Lisboa	331 034	37,5	317 589	34,5	648 623	36,0
Alentejo	69 832	29,7	70 870	31,1	140 702	30,4
Algarve	42 434	31,2	42 185	32,4	84 618	31,8
R. A. Açores	17 881	22,5	21 949	28,4	39 830	25,4
R. A. Madeira	12 902	16,6	19 112	23,0	32 015	19,9
TOTAL	1 042 154	31,1	1 055 548	30,7	2 097 702	30,9

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de aprendizagem ao longo da vida (%) por sexo e tipologia de localidade

Quadro 4.4

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Zona densamente povoada	516 224	34,4	515 179	33,0	1 031 403	33,7
Zona medianamente povoada	322 850	29,1	335 201	29,2	658 051	29,2
Zona pouco povoada	203 081	27,2	205 167	28,0	408 248	27,6
TOTAL	1 042 154	31,1	1 055 548	30,7	2 097 702	30,9

Proporção de indivíduos que participou em actividades de aprendizagem ao longo da vida (%) por sexo e condição perante o trabalho

Quadro 4.5

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Activos	835 729	29,6	817 915	33,3	1 653 644	31,3
Empregado	790 290	30,7	721 040	33,9	1 511 330	32,2
Desempregado	45 439	17,8	96 876	29,4	142 314	24,4
Inactivos	206 426	39,2	237 632	24,1	444 058	29,4
Aluno, estudante	183 250	98,5	191 659	95,4	374 909	96,9
Outros inactivos	23 176	6,8	45 973	5,9	69 149	6,1
TOTAL	1 042 154	31,1	1 055 548	30,7	2 097 702	30,9

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de aprendizagem ao longo da vida (%) por sexo e situação na profissão

Quadro 4.6

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Trabalhador por conta própria	135 725	22,3	71 198	19,4	206 923	21,2
Trabalhador por conta de outrem	653 499	33,5	645 963	37,2	1 299 462	35,3
Outra situação	1 066§	8,1§	3 878§	16,2§	4 945§	13,3§
TOTAL	790 290	30,7	721 040	33,9	1 511 330	32,2

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de educação informal (%) por sexo e profissão

Quadro 4.7

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Forças Armadas	9 998§	52,7	6 050§	71,4	16 049§	58,5
Quadros Sup. Adm. Pública, Dirig. e Quadros Sup. Empresa	85 363	38,8	32 886	32,8	118 249	36,9
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	137 942	66,9	178 547	69,3	316 489	68,2
Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	144 517	54,7	107 801	54,1	252 318	54,4
Pessoal Administrativo e Similares	67 115	43,6	135 556	43,5	202 671	43,5
Pessoal dos Serviços e Vendedores	76 096	32,4	144 805	31,3	220 901	31,7
Agricultores e Trab. Qualificados Agricultura e Pescas	16 616	10,7	3 063§	3,3§	19 679	8,0
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	136 535	17,0	32 326	14,5	168 861	16,5
Operadores Instalações e Máquinas e Trab. Montagem	75 093	24,5	21 238	27,8	96 330	25,2
Trabalhadores Não Qualificados	41 016	19,3	58 767	14,9	99 783	16,5
TOTAL	790 290	30,7	721 040	33,9	1 511 330	32,2

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de aprendizagem ao longo da vida (%) por sexo e tipo de contrato

Quadro 4.8

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Contrato de trabalho sem termo	519 975	33,1	480 479	35,4	1 000 453	34,2
Contrato de trabalho a termo	133 524	35,2	163 921	43,8	297 445	39,5
Não sabe	0	0,0	1 564	50,2	1 564	42,3
TOTAL	653 499	33,5	645 963	37,2	1 299 462	35,3

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de aprendizagem ao longo da vida (%) por sexo e regime de trabalho

Quadro 4.9

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Tempo completo	635 818	33,2	597 506	37,7	1 233 324	35,2
Tempo parcial	17 680	49,1	46 894	32,6	64 574	35,9
Não sabe	0	0,0	1 564	50,2	1 564	50,2
TOTAL	653 499	33,5	645 963	37,2	1 299 462	35,3

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de aprendizagem ao longo da vida (%) por sexo e escalão de rendimento mensal líquido

Quadro 4.10

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Menos de 500 euros	93 417	19,2	175 947	19,2	269 364	19,2
Entre 500 e 750 euros	236 402	22,6	218 000	35,4	454 402	27,4
Entre 750 e 1000 euros	171 753	36,4	106 545	49,5	278 298	40,5
Entre 1000 e 1500 euros	148 861	48,9	110 473	61,2	259 334	53,5
Entre 1500 e 2000 euros	54 292	55,0	47 544	67,4	101 836	60,2
Entre 2000 e 3000 euros	39 794	71,5	20 174	73,1	59 968	72,0
Mais de 3000 euros	25 716	68,8	12 737	91,4	38 453	75,0
Recusa	13 572	34,9	18 884	40,9	32 456	38,2
Não sabe	5 417	26,1	6 856	40,2	12 273	32,5
TOTAL	789 224	30,8	717 161	34,1	1 506 385	32,3

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de aprendizagem ao longo da vida (%) por sexo e nível de escolaridade atingido pelo pai (quando o próprio era jovem-adolescente)

Quadro 4.11

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Nenhum	130 996	14,3	115 067	11,9	246 063	13,0
Básico	659 293	34,1	698 788	35,6	1 358 082	34,8
Secundário	95 223	68,5	81 151	62,5	176 374	65,6
Superior	106 405	74,6	104 356	69,8	210 761	72,2
Não se aplica (não conheceu o pai)	48 771	24,3	50 981	24,4	99 752	24,3
Recusa	0	0,0	0	0,0	0	0,0
Não sabe	1 467	8,1	5 204	27,4	6 671	18,0
TOTAL	1 042 154	31,1	1 055 548	30,7	2 097 702	30,9

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de aprendizagem ao longo da vida (%) por sexo e nível de escolaridade atingido pela mãe (quando o próprio era jovem-adolescente)

Quadro 4.12

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Nenhum	175 981	13,9	193 562	14,0	369 543	13,9
Básico	676 529	38,3	688 994	39,5	1 365 523	38,9
Secundário	86 323	69,1	80 063	61,5	166 385	65,2
Superior	91 043	75,0	74 459	70,1	165 502	72,7
Não se aplica (não conheceu a mãe)	8 410	13,9	14 073	21,7	22 484	18,0
Recusa	3 867	81,6	1 595	62,3	5 462	74,8
Não sabe	0	0,0	2 803	28,4	2 803	14,8
TOTAL	1 042 154	31,1	1 055 548	30,7	2 097 702	30,9

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de aprendizagem ao longo da vida (%) por sexo e conhecimento de outras línguas além da materna

Quadro 4.13

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Sim	839 255	47,0	853 093	48,7	1 692 348	47,9
Não	202 899	12,9	202 455	12,0	405 354	12,4
TOTAL	1 042 154	31,1	1 055 548	30,7	2 097 702	30,9

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de aprendizagem ao longo da vida (%) por sexo e línguas que conhece

Quadro 4.14

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
1	324 195	37,6	273 833	36,4	598 028	37,0
2	307 819	52,7	378 481	53,6	686 301	53,2
3 a 7	207 241	61,2	200 778	69,0	408 019	64,8
TOTAL	839 255	47,0	853 093	48,7	1 692 348	47,9

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de aprendizagem ao longo da vida (%) por sexo e frequência de utilização de computador

Quadro 4.15

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Todos os dias ou quase todos os dias	807 193	56,8	736 274	58,1	1 543 467	57,4
Pelo menos uma vez por semana	83 082	26,6	141 179	43,7	224 261	35,3
Pelo menos uma vez por mês	21 835	20,8	30 918	32,0	52 753	26,2
Menos de uma vez por mês	26 835	22,3	30 997	28,3	57 832	25,2
Nunca	103 209	7,4	116 180	7,1	219 389	7,2
TOTAL	1 042 154	31,1	1 055 548	30,7	2 097 702	30,9

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de aprendizagem ao longo da vida (%) por sexo e frequência de utilização de Internet

Quadro 4.16

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Todos os dias ou quase todos os dias	706 732	59,1	638 755	61,5	1 345 487	60,2
Pelo menos uma vez por semana	115 808	34,0	157 028	47,8	272 836	40,8
Pelo menos uma vez por mês	25 800	25,8	35 386	38,0	61 186	31,7
Menos de uma vez por mês	29 940	27,3	32 159	30,0	62 099	28,6
Nunca	163 875	10,2	192 220	10,3	356 095	10,2
TOTAL	1 042 154	31,1	1 055 548	30,7	2 097 702	30,9

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de aprendizagem ao longo da vida (%) por sexo e tipo de utilizador de computador (auto-avaliação)

Quadro 4.17

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Utilizador de computador com competências básicas	310 952	33,7	359 587	41,1	670 539	37,3
Utilizador de computador hábil/experiente	462 791	58,3	513 806	63,3	976 597	60,8
Utilizador de computador perito	165 203	68,2	65 974	59,8	231 178	65,6
TOTAL	938 946	47,9	939 368	52,3	1 878 313	50,0

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de aprendizagem ao longo da vida (%) por sexo e nível de competências TIC

Quadro 4.18

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Não sabe utilizar computador	103 209	7,4	116 180	7,1	219 389	7,2
Utilizador de computador com competências básicas	310 952	33,7	359 587	41,1	670 539	37,3
Utilizador de computador hábil/experiente	462 791	58,3	513 806	63,3	976 597	60,8
Utilizador de computador perito	165 203	68,2	65 974	59,8	231 178	65,6
TOTAL	1 042 154	31,1	1 055 548	30,7	2 097 702	30,9

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de aprendizagem ao longo da vida (%) por sexo e leitura de livros como actividade de lazer

Quadro 4.19

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Sim	562 668	47,8	793 367	44,2	1 356 034	45,6
Não	479 487	22,0	262 181	15,9	741 667	19,4
TOTAL	1 042 154	31,1	1 055 548	30,7	2 097 702	30,9

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de aprendizagem ao longo da vida (%) por sexo e média de livros lidos como actividade de lazer

Quadro 4.20

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
1-3	271 088	39,3	351 295	37,3	622 383	38,2
4-7	153 140	55,3	233 133	50,1	386 272	52,0
8-12	72 997	68,8	98 965	55,0	171 962	60,1
Mais de 12	65 443	62,9	109 974	52,9	175 417	56,2
TOTAL	562 668	47,8	793 367	44,2	1 356 034	45,6

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que participou em actividades de aprendizagem ao longo da vida (%) por sexo e frequência de leitura de jornais

Quadro 4.21

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Todos os dias ou quase todos os dias	635 663	36,4	412 653	40,5	1 048 316	37,9
Pelo menos uma vez por semana	286 974	28,6	403 277	32,7	690 252	30,8
Pelo menos uma vez por mês	38 686	20,2	92 858	29,7	131 544	26,1
Menos de uma vez por mês	36 585	25,9	54 917	21,3	91 502	22,9
Nunca	44 246	16,2	91 843	14,9	136 088	15,3
TOTAL	1 042 154	31,1	1 055 548	30,7	2 097 702	30,9

ANEXO 5.

QUADROS DE RESULTADOS - NÃO PARTICIPAÇÃO



Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que não participou em actividades de educação, formação e aprendizagem (%) por sexo e grupo etário

Quadro 5.1

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
18-24 anos	113 641	25,4	94 061	21,9	207 702	23,7
25-34 anos	305 622	36,9	293 886	36,0	599 508	36,4
35-44 anos	392 719	50,1	373 943	47,0	766 662	48,6
45-54 anos	404 885	57,2	431 218	58,0	836 104	57,6
55-64 anos	418 949	71,1	449 988	68,6	868 938	69,8
25-64 anos	1 522 175	52,3	1 549 036	51,4	3 071 212	51,9
TOTAL	1 635 817	48,8	1 643 097	47,7	3 278 914	48,2

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que não participou em actividades de educação, formação e aprendizagem (%) por sexo e nível de escolaridade mais elevado completo

Quadro 5.2

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Até básico 3º ciclo	1 469 317	60,4	1 410 806	61,0	2 880 123	60,7
Secundário/Pós-secundário	125 014	21,9	148 180	24,5	273 194	23,2
Superior	41 486	11,9	84 111	16,1	125 597	14,4
TOTAL	1 635 817	48,8	1 643 097	47,7	3 278 914	48,2

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que não participou em actividades de educação, formação e aprendizagem (%) por sexo e local de residência (NUTS - 2002)

Quadro 5.3

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Norte	597 518	49,6	636 106	50,9	1 233 624	50,3
Centro	393 839	53,4	366 970	48,8	760 808	51,1
Lisboa	354 178	40,1	379 858	41,2	734 036	40,7
Alentejo	108 376	46,1	92 408	40,5	200 784	43,3
Algarve	68 548	50,4	62 990	48,4	131 537	49,4
R. A. Açores	57 630	72,4	50 379	65,1	108 009	68,8
R. A. Madeira	55 728	71,6	54 387	65,5	110 116	68,4
TOTAL	1 635 817	48,8	1 643 097	47,7	3 278 914	48,2

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que não participou em actividades de educação, formação e aprendizagem (%) por sexo e tipologia de localidade

Quadro 5.4

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Zona densamente povoada	632 028	42,1	685 049	43,9	1 317 076	43,0
Zona medianamente povoada	602 664	54,4	600 788	52,4	1 203 452	53,4
Zona pouco povoada	401 125	53,8	357 260	48,8	758 385	51,3
TOTAL	1 635 817	48,8	1 643 097	47,7	3 278 914	48,2

Proporção de indivíduos que não participou em actividades de educação, formação e aprendizagem (%) por sexo e condição perante o trabalho

Quadro 5.5

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Activos	1 372 834	48,6	1 075 191	43,8	2 448 025	46,3
Empregado	1 231 324	47,9	931 280	43,8	2 162 604	46,0
Desempregado	141 510	55,5	143 911	43,7	285 421	48,8
Inactivos	262 983	49,9	567 907	57,6	830 889	54,9
Aluno, estudante	2 862§	1,5§	4 257§	2,1§	7 119§	1,8§
Outros inactivos	260 121	76,3	563 649	71,8	823 770	73,2
TOTAL	1 635 817	48,8	1 643 097	47,7	3 278 914	48,2

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que não participou em actividades de educação, formação e aprendizagem (%) por sexo e situação na profissão

Quadro 5.6

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Trabalhador por conta própria	331 957	54,5	213 821	58,2	545 778	55,9
Trabalhador por conta de outrem	891 919	45,7	702 260	40,5	1 594 179	43,3
Outra situação	7 448§	56,8	15 199	63,4	22 647	61,1
TOTAL	1 231 324	47,9	931 280	43,8	2 162 604	46,0

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que não participou em actividades de educação, formação e aprendizagem (%) por sexo e profissão

Quadro 5.7

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Forças Armadas	3 458§	18,2§	751	8,9§	4 208§	15,3§
Quadros Sup. Adm. Pública, Dirig. e Quadros Sup. Empresa	87 448	39,7	39 231	39,1	126 679	39,5
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	19 880	9,6	36 608	14,2	56 488	12,2
Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	60 353	22,8	44 438	22,3	104 791	22,6
Pessoal Administrativo e Similares	44 565	28,9	93 972	30,1	138 537	29,7
Pessoal dos Serviços e Vendedores	110 591	47,1	213 160	46,1	323 752	46,4
Agricultores e Trab. Qualificados Agricultura e Pescas	111 725	72,2	79 308	86,4	191 033	77,5
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	480 945	60,0	144 912	64,8	625 857	61,1
Operadores Instalações e Máquinas e Trab. Montagem	172 249	56,3	39 769	52,0	212 018	55,4
Trabalhadores Não Qualificados	140 111	66,0	239 131	60,7	379 242	62,5
TOTAL	1 231 324	47,9	931 280	43,8	2 162 604	46,0

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que não participou em actividades de educação, formação e aprendizagem (%) por sexo e tipo de contrato

Quadro 5.8

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Contrato de trabalho sem termo	730 852	46,5	563 955	41,6	1 294 807	44,3
Contrato de trabalho a termo	160 490	42,3	136 701	36,5	297 191	39,4
Recusa	0	0,0	1 603	100,0	1 603	100,0
Não sabe	578	100,0	0	0,0	578	15,6
TOTAL	891 919	45,7	702 260	40,5	1 594 179	43,3

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que não participou em actividades de educação, formação e aprendizagem (%) por sexo e regime de trabalho

Quadro 5.9

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Tempo completo	876 488	45,8	633 881	40,0	1 510 368	43,1
Tempo parcial	15 432	42,9	66 776	46,5	82 208	45,7
Recusa	0	0,0	1 603	100,0	1 603	100,0
TOTAL	891 919	45,7	702 260	40,5	1 594 179	43,3

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que não participou em actividades de educação, formação e aprendizagem (%) por sexo e escalão de rendimento mensal líquido

Quadro 5.10

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Menos de 500 euros	300 033	61,5	529 138	57,8	829 171	59,1
Entre 500 e 750 euros	580 129	55,6	250 673	40,7	830 801	50,1
Entre 750 e 1000 euros	193 729	41,0	60 373	28,1	254 102	37,0
Entre 1000 e 1500 euros	88 970	29,2	35 536	19,7	124 506	25,7
Entre 1500 e 2000 euros	16 647	16,9	8 361§	11,9§	25 008	14,8
Entre 2000 e 3000 euros	6 588§	11,8§	1 781§	6,5§	8 369§	10,0§
Mais de 3000 euros	4 920§	13,2§	448§	3,2§	5 368§	10,5§
TOTAL	1 223 877	47,8	916 081	43,6	2 139 957	45,9

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que não participou em actividades de educação, formação e aprendizagem (%) por sexo e nível de escolaridade atingido pelo pai (quando o próprio era jovem-adolescente)

Quadro 5.11

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Nenhum	659 452	71,9	671 911	69,2	1 331 363	70,5
Básico	810 198	41,8	806 209	41,1	1 616 407	41,5
Secundário	17 564	12,6	22 166	17,1	39 730	14,8
Superior	15 119	10,6	16 258§	10,9	31 377	10,7
TOTAL	1 635 817	48,8	1 643 097	47,7	3 278 914	48,2

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que não participou em actividades de educação formal (%) por sexo e nível de escolaridade atingido pela mãe (quando o próprio era jovem-adolescente)

Quadro 5.12

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Nenhum	889 328	70,2	899 694	65,0	1 789 022	67,5
Básico	668 506	37,8	659 221	37,8	1 327 727	37,8
Secundário	19 274	15,4	25 151	19,3	44 425	17,4
Superior	9 203§	7,6§	14 309§	13,5	23 513	10,3
TOTAL	1 635 817	48,8	1 643 097	47,7	3 278 914	48,2

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que não participou em actividades de educação, formação e aprendizagem (%) por sexo e conhecimento de outras línguas além da materna

Quadro 5.13

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Sim	501 549	28,1	468 579	26,8	970 128	27,4
Não	1 134 267	72,2	1 174 518	69,5	2 308 785	70,8
TOTAL	1 635 817	48,8	1 643 097	47,7	3 278 914	48,2

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que não participou em actividades de educação, formação e aprendizagem (%) por sexo e línguas que conhece

Quadro 5.14

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
1	324 230	37,6	268 746	35,7	592 976	36,7
2	131 614	22,5	167 329	23,7	298 943	23,2
3 a 7	45 705	13,5	32 504	11,2	78 209	12,4
TOTAL	501 549	28,1	468 579	26,8	970 128	27,4

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que não participou em actividades de educação, formação e aprendizagem (%) por sexo e frequência de utilização de computador

Quadro 5.15

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Todos os dias ou quase todos os dias	278 402	19,6	249 767	19,7	528 168	19,6
Pelo menos uma vez por semana	135 152	43,3	101 764	31,5	236 916	37,3
Pelo menos uma vez por mês	52 485	50,1	35 694	36,9	88 179	43,8
Menos de uma vez por mês	60 249	50,2	45 609	41,6	105 858	46,1
Nunca	1 109 529	79,5	1 210 264	73,6	2 319 793	76,3
TOTAL	1 635 817	48,8	1 643 097	47,7	3 278 914	48,2

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que não participou em actividades de educação, formação e aprendizagem (%) por sexo e frequência de utilização de Internet

Quadro 5.16

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Todos os dias ou quase todos os dias	207 655	17,4	181 109	17,4	388 763	17,4
Pelo menos uma vez por semana	133 225	39,1	96 455	29,4	229 680	34,3
Pelo menos uma vez por mês	46 740	46,8	31 705	34,0	78 445	40,6
Menos de uma vez por mês	46 142	42,1	42 785	39,9	88 927	41,0
Nunca	1 202 055	74,7	1 291 043	68,9	2 493 098	71,6
TOTAL	1 635 817	48,8	1 643 097	47,7	3 278 914	48,2

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que não participou em actividades de educação, formação e aprendizagem (%) por sexo e tipo de utilizador de computador (auto-avaliação)

Quadro 5.17

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Utilizador de computador com competências básicas	341 924	37,1	277 593	31,7	619 518	34,5
Utilizador de computador hábil/experiente	160 110	20,2	132 520	16,3	292 630	18,2
Utilizador de computador perito	24 253	10,0	21 966	19,9	46 218	13,1
Não sabe	0	0,0	754	100,0	754	100,0
TOTAL	526 287	26,9	432 833	24,1	959 121	25,5

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que não participou em actividades de educação, formação e aprendizagem (%) por sexo e nível de competências TIC

Quadro 5.18

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Não sabe utilizar computador	1 109 529	79,5	1 210 264	73,6	2 319 793	76,3
Utilizador de computador com competências básicas	341 924	37,1	277 593	31,7	619 518	34,5
Utilizador de computador hábil/experiente	160 110	20,2	132 520	16,3	292 630	18,2
Utilizador de computador perito	24 253	10,0	21 966	19,9	46 218	13,1
Não sabe	0	0,0	754	100,0	754	100,0
TOTAL	1 635 817	48,8	1 643 097	47,7	3 278 914	48,2

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que não participou em actividades de educação, formação e aprendizagem (%) por sexo e leitura de livros como actividade de lazer

Quadro 5.19

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Sim	326 878	27,8	571 036	31,8	897 914	30,2
Não	1 308 939	60,1	1 072 061	65,1	2 380 999	62,3
TOTAL	1 635 817	48,8	1 643 097	47,7	3 278 914	48,2

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que não participou em actividades de educação, formação e aprendizagem (%) por sexo e média de livros lidos como actividade de lazer

Quadro 5.20

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
1-3	244 384	35,4	358 883	38,1	603 267	37,0
4-7	57 133	20,6	127 855	27,5	184 987	24,9
8-12	9 850	9,3	42 762	23,8	52 612	18,4
Mais de 12	15 511	14,9	41 537	20,0	57 048	18,3
TOTAL	326 878	27,8	571 036	31,8	897 914	30,2

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que não participou em actividades de educação, formação e aprendizagem (%) por sexo e frequência de leitura de jornais

Quadro 5.21

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Todos os dias ou quase todos os dias	739 688	42,4	363 894	35,7	1 103 581	39,9
Pelo menos uma vez por semana	505 723	50,4	547 280	44,4	1 053 003	47,1
Pelo menos uma vez por mês	111 863	58,3	155 666	49,7	267 529	53,0
Menos de uma vez por mês	84 409	59,7	145 600	56,4	230 009	57,6
Nunca	194 134	71,2	430 657	69,7	624 791	70,2
TOTAL	1 635 817	48,8	1 643 097	47,7	3 278 914	48,2

ANEXO 6.
QUADROS DE RESULTADOS - LÍNGUAS



Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que conhece outras línguas além da materna (%) por sexo e grupo etário

Quadro 6.1

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
18-24 anos	318 377	71,3	335 112	78,2	653 488	74,7
25-34 anos	558 590	67,5	552 400	67,6	1 110 991	67,5
35-44 anos	404 203	51,6	402 608	50,6	806 810	51,1
45-54 anos	291 170	41,1	281 477	37,9	572 648	39,5
55-64 anos	212 189	36,0	178 557	27,2	390 745	31,4
25-64 anos	1 466 153	50,4	1 415 042	47,0	2 881 194	48,7
TOTAL	1 784 529	53,2	1 750 153	50,9	3 534 683	52,0

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que conhece outras línguas além da materna (%) por sexo e nível de escolaridade mais elevado completo

Quadro 6.2

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Até básico 3º ciclo	960 093	39,4	748 073	32,3	1 708 165	36,0
Secundário/Pós-secundário	493 389	86,3	514 061	84,9	1 007 450	85,6
Superior	331 047	95,0	488 020	93,3	819 067	94,0
TOTAL	1 784 529	53,2	1 750 153	50,9	3 534 683	52,0

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que conhece outras línguas além da materna (%) por sexo e local de residência (NUTS - 2002)

Quadro 6.3

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Norte	615 999	51,1	572 481	45,8	1 188 479	48,4
Centro	363 256	49,2	370 409	49,3	733 665	49,2
Lisboa	543 503	61,6	551 250	59,8	1 094 753	60,7
Alentejo	121 693	51,7	110 008	48,2	231 701	50,0
Algarve	76 068	55,9	75 189	57,8	151 258	56,8
R. A. Açores	30 582	38,4	33 101	42,8	63 683	40,6
R. A. Madeira	33 428	42,9	37 717	45,4	71 145	44,2
TOTAL	1 784 529	53,2	1 750 153	50,9	3 534 683	52,0

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que conhece outras línguas além da materna (%) por sexo e tipologia de localidade

Quadro 6.4

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Zona densamente povoada	889 603	59,3	872 984	55,9	1 762 588	57,6
Zona medianamente povoada	517 795	46,7	516 190	45,0	1 033 985	45,8
Zona pouco povoada	377 131	50,6	360 979	49,3	738 110	50,0
TOTAL	1 784 529	53,2	1 750 153	50,9	3 534 683	52,0

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que conhece outras línguas além da materna (%) por sexo e condição perante o trabalho

Quadro 6.5

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Activos	1 505 823	53,3	1 353 076	55,1	2 858 899	54,1
Empregado	1 387 075	53,9	1 163 255	54,7	2 550 330	54,3
Desempregado	118 748	46,6	189 821	57,6	308 569	52,8
Inactivos	278 706	52,9	397 077	40,3	675 784	44,7
Aluno, estudante	165 711	89,0	180 695	90,0	346 405	89,5
Outros inactivos	112 996	33,1	216 383	27,6	329 378	29,3
TOTAL	1 784 529	53,2	1 750 153	50,9	3 534 683	52,0

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que conhece outras línguas além da materna (%) por sexo e situação na profissão

Quadro 6.6

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Trabalhador por conta própria	304 455	50,0	165 362	45,0	469 817	48,1
Trabalhador por conta de outrem	1 078 395	55,3	993 705	57,3	2 072 100	56,2
Outra situação	4 225§	32,2§	4 189§	17,5§	8 414§	22,7
TOTAL	1 387 075	53,9	1 163 255	54,7	2 550 330	54,3

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que conhece outras línguas além da materna (%) por sexo e profissão

Quadro 6.7

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Forças Armadas	12 664	66,8	8 257	97,5	20 921	76,2
Quadros Sup. Adm. Pública, Dirig. e Quadros Sup. Empresa	144 703	65,8	63 986	63,8	208 690	65,1
Especialistas das Profissões Intelectuais e Científicas	195 210	94,6	237 127	92,0	432 336	93,2
Técnicos e Profissionais de Nível Intermédio	223 240	84,4	162 768	81,6	386 007	83,2
Pessoal Administrativo e Similares	114 392	74,3	238 006	76,3	352 398	75,6
Pessoal dos Serviços e Vendedores	134 286	57,2	243 569	52,7	377 854	54,2
Agricultores e Trab. Qualificados Agricultura e Pescas	52 089	33,7	17 326	18,9	69 415	28,2
Operários, Artífices e Trabalhadores Similares	308 644	38,5	49 441	22,1	358 085	34,9
Operadores Instalações e Máquinas e Trab. Montagem	128 365	42,0	33 478	43,7	161 843	42,3
Trabalhadores Não Qualificados	73 483	34,6	109 297	27,7	182 780	30,1
TOTAL	1 387 075	53,9	1 163 255	54,7	2 550 330	54,3

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que conhece outras línguas além da materna (%) por sexo e tipo de contrato

Quadro 6.8

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Contrato de trabalho sem termo	834 942	53,2	743 427	54,8	1 578 369	53,9
Contrato de trabalho a termo	242 875	64,0	248 714	66,4	491 589	65,2
Não sabe	578	100,0	1 564	50,2	2 142	58,0
TOTAL	1 078 395	55,3	993 705	57,3	2 072 100	56,2

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que conhece outras línguas além da materna (%) por sexo e regime de trabalho

Quadro 6.9

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Tempo completo	1 054 537	55,1	925 762	58,4	1 980 299	56,6
Tempo parcial	23 858	66,3	66 379	46,2	90 237	50,2
Não sabe	0	0,0	1 564	50,2	1 564	50,2
TOTAL	1 078 395	55,3	993 705	57,3	2 072 100	56,2

**Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos
que conhece outras línguas além da materna (%) por
sexo e escalão de rendimento mensal líquido**

Quadro 6.10

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Menos de 500 euros	201 773	41,4	338 252	36,9	540 025	38,5
Entre 500 e 750 euros	462 456	44,3	350 758	57,0	813 215	49,0
Entre 750 e 1000 euros	288 917	61,2	164 264	76,4	453 181	65,9
Entre 1000 e 1500 euros	225 234	74,0	164 288	91,0	389 522	80,4
Entre 1500 e 2000 euros	86 246	87,4	63 392	89,9	149 638	88,4
Entre 2000 e 3000 euros	54 097	97,2	24 872	90,1	78 969	94,8
Mais de 3000 euros	35 697	95,5	13 488	96,8	49 185	95,9
Recusa	18 992	48,8	30 877	66,9	49 869	58,6
Não sabe	9 437	45,5	8 875	52,0	18 312	48,5
Não se aplica	401 679	50,5	591 087	44,1	992 766	46,5
TOTAL	1 784 529	53,2	1 750 153	50,9	3 534 683	52,0

**Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que conhece
outras línguas além da materna (%) por sexo e nível de escolaridade
atingido pelo pai (quando o próprio era jovem-adolescente)**

Quadro 6.11

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Nenhum	257 978	28,1	204 240	21,0	462 219	24,5
Básico	1 169 940	60,4	1 191 743	60,7	2 361 683	60,6
Secundário	124 709	89,7	120 121	92,5	244 831	91,1
Superior	133 065	93,3	142 810	95,6	275 875	94,5
Não se aplica (não conheceu o pai)	90 761	45,2	85 671	40,9	176 432	43,0
Recusa	872	100,0	963	100,0	1 836	100,0
Não sabe	7 203	39,7	4 605	24,2	11 808	31,8
TOTAL	1 784 529	53,2	1 750 153	50,9	3 534 683	52,0

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que conhece outras línguas além da materna (%) por sexo e nível de escolaridade atingido pela mãe (quando o próprio era jovem-adolescente)

Quadro 6.12

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Nenhum	371 701	29,4	346 130	25,0	717 832	27,1
Básico	1 146 585	64,9	1 149 594	65,9	2 296 179	65,4
Secundário	116 490	93,2	118 199	90,8	234 689	92,0
Superior	118 613	97,6	99 168	93,4	217 780	95,7
Não se aplica (não conheceu a mãe)	22 476	37,3	33 156	51,2	55 632	44,5
Recusa	4 740	100,0	963	37,7	5 703	78,1
Não sabe	3 926	43,4	2 943	29,9	6 869	36,3
TOTAL	1 784 529	53,2	1 750 153	50,9	3 534 683	52,0

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que conhece outras línguas além da materna (%) por sexo e frequência de utilização de computador

Quadro 6.13

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Todos os dias ou quase todos os dias	1 165 693	82,0	1 056 336	83,3	2 222 028	82,6
Pelo menos uma vez por semana	180 415	57,8	215 758	66,9	396 172	62,4
Pelo menos uma vez por mês	58 623	56,0	63 371	65,6	121 993	60,6
Menos de uma vez por mês	52 336	43,6	57 932	52,8	110 269	48,0
Nunca	327 463	23,5	356 757	21,7	684 220	22,5
TOTAL	1 784 529	53,2	1 750 153	50,9	3 534 683	52,0

Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos que conhece outras línguas além da materna (%) por sexo e frequência de utilização de Internet

Quadro 6.14

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Todos os dias ou quase todos os dias	1 016 102	85,0	896 582	86,4	1 912 684	85,6
Pelo menos uma vez por semana	207 052	60,8	243 007	74,0	450 060	67,2
Pelo menos uma vez por mês	58 635	58,7	69 211	74,3	127 846	66,2
Menos de uma vez por mês	59 036	53,9	60 828	56,7	119 864	55,3
Nunca	443 704	27,6	480 525	25,6	924 228	26,5
TOTAL	1 784 529	53,2	1 750 153	50,9	3 534 683	52,0

**Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos
que conhece outras línguas além da materna (%) por
sexo e tipo de utilizador de computador (auto-avaliação)**

Quadro 6.15

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Utilizador de computador com competências básicas	543 988	59,0	568 739	65,0	1 112 727	61,9
Utilizador de computador hábil/experiente	687 803	86,6	726 494	89,6	1 414 297	88,1
Utilizador de computador perito	225 275	93,1	98 163	89,0	323 438	91,8
TOTAL	1 457 066	74,4	1 393 396	77,5	2 850 463	75,9

**Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos
que conhece outras línguas além da materna (%) por
sexo e nível de competências TIC**

Quadro 6.16

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Não sabe utilizar computador	327 463	23,5	356 757	21,7	684 220	22,5
Utilizador de computador com competências básicas	543 988	59,0	568 739	65,0	1 112 727	61,9
Utilizador de computador hábil/experiente	687 803	86,6	726 494	89,6	1 414 297	88,1
Utilizador de computador perito	225 275	93,1	98 163	89,0	323 438	91,8
TOTAL	1 784 529	53,2	1 750 153	50,9	3 534 683	52,0

**Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos
que conhece outras línguas além da materna (%) por
sexo e leitura de livros como actividade de lazer**

Quadro 6.17

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Sim	905 477	76,9	1 288 886	71,8	2 194 363	73,8
Não	879 052	40,4	461 267	28,0	1 340 319	35,1
TOTAL	1 784 529	53,2	1 750 153	50,9	3 534 683	52,0

**Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64 anos
que conhece outras línguas além da materna (%) por
sexo e média de livros lidos como actividade de lazer**

Quadro 6.18

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
1-3	483 384	70,1	593 033	63,0	1 076 417	66,0
4-7	229 274	82,7	366 227	78,7	595 501	80,2
8-12	94 300	88,9	146 775	81,6	241 074	84,3
Mais de 12	98 519	94,7	182 852	87,9	281 371	90,2
TOTAL	905 477	76,9	1 288 886	71,8	2 194 363	73,8

**Proporção de indivíduos com idade entre 18 e 64
anos que conhece outras línguas além da materna
(%) por sexo e frequência de leitura de jornais**

Quadro 6.19

	Sexo				Total	
	H		M		H/M	
	N.º	%	N.º	%	N.º	%
Todos os dias ou quase todos os dias	1 083 097	62,1	703 560	69,1	1 786 657	64,7
Pelo menos uma vez por semana	498 861	49,7	655 747	53,2	1 154 608	51,6
Pelo menos uma vez por mês	79 552	41,5	141 398	45,2	220 950	43,8
Menos de uma vez por mês	57 817	40,9	98 730	38,2	156 546	39,2
Nunca	65 203	23,9	150 719	24,4	215 922	24,2
TOTAL	1 784 529	53,2	1 750 153	50,9	3 534 683	52,0

MODELOS DE PROBABILIDADE DE PARTICIPAÇÃO

Foram estimados modelos de probabilidade de participação em actividades de aprendizagem ao longo da vida, de educação não formal, de aprendizagem informal e de línguas. A análise destes modelos serve o propósito de avaliar o efeito de determinada característica dos indivíduos na participação nas referidas actividades, isolando, para tal, esse impacto do impacto de outras características, isto é, analisando o efeito desta variável, mantendo constantes todas as outras.

A participação em actividades de educação formal é uma decisão determinada na sua quase totalidade pelo nível de escolaridade mais elevado completo do indivíduo, como se confirma no capítulo II. Assim, dado este determinismo, no sentido de forte associação estatística entre a decisão de participação em actividades de educação formal e o nível de escolaridade, não é possível estimar um modelo. Esta forte associação também é visível para os indivíduos cuja condição perante o trabalho é a de estudantes.

O modelo econométrico utilizado nas estimações é um *Probit*, em que se define uma variável binária (0,1), onde 1 representa a decisão do indivíduo de participar em actividades de educação não formal, por exemplo, e 0 a decisão de não participação. Admite-se um conjunto de variáveis relacionadas com a decisão (as quais são apresentadas seguidamente). O que se está a estimar é a probabilidade de a variável decisão ser igual a um ($y = 1$) condicional ao conjunto de variáveis explicativas (x), ou seja, $P(y = 1 | x)$. Ao admitir-se que a variável y segue uma distribuição normal, o modelo resultante é designado de *Probit*.

O modelo pode ser interpretado em termos de variável latente (não observável). Considere-se uma variável y^* que pretende representar o benefício líquido de participar em actividades de educação não formal. Sempre que $y^* > 0$, o indivíduo decide participar (i.e., $y = 1$). Ora, a única coisa que se consegue observar é a decisão de participar ou não (a variável $y = 1$ ou $y = 0$) e nunca o benefício líquido ($y^* > 0$ ou $y^* < 0$), pois é um processo mental que leva à decisão, daí chamar-se de latente.

Nas tabelas estão apresentados os habitualmente designados efeitos marginais (ou efeitos parciais). Medem o efeito na probabilidade de variação de cada uma das variáveis explicativas em separado, mantendo todas as outras constantes (nos seus valores médios). Devem ser lidos como efeitos na percentagem (i.e., pontos percentuais). Quando a variável explicativa é binária, o efeito marginal é medido na mudança de zero para um.

VARIÁVEIS

Quando existe um conjunto de variáveis binárias a medir, por exemplo, a região, pelo menos uma delas tem de ficar de fora do modelo, pois é redundante. A prática é retirar a primeira, quando existe uma ordenação (mas a escolha é arbitrária). Por exemplo, com os grupos etários foi retirado o 1º grupo, que corresponde às idades compreendidas entre 18 e 24 anos.

Os efeitos associados a cada um dos outros grupos devem ser entendidos sempre face ao grupo que ficou de fora. De seguida apresentam-se as variáveis utilizadas nos modelos e a sua definição (quando não óbvia), assim como o ponto de comparação (a variável excluída em cada conjunto de indicadores):

Nível de escolaridade mais elevado completo:

- Nenhum – variável de comparação
- 1º Ciclo ensino básico
- 2º Ciclo ensino básico
- 3º Ciclo ensino básico
- Ensino secundário
- Ensino superior

Grupo etário:

- 18 a 24 anos – variável de comparação
- 25 a 34 anos
- 35 a 44 anos
- 45 a 54 anos
- 55 a 64 anos

Condição perante o trabalho:

- Empregado
- Desempregado
- Aluno, estudante
- Reformado
- Incapacitado permanente para o trabalho
- Doméstico – variável de comparação
- Outra situação

Região NUTS II:

- Norte
- Centro
- Lisboa – variável de comparação
- Alentejo
- Algarve
- R. A. Açores
- R. A. Madeira

Grau de urbanização:

- Zona pouco povoada – variável de comparação
- Zona medianamente povoada
- Zona densamente povoada

Nível de competências TIC:

- Não sabe utilizar o computador – variável de comparação
- TIC – básico
- TIC – hábil
- TIC – perito

Conhecimento de línguas:

- Línguas – Para além da(s) língua(s) materna(s) conhece/consegue usar outras línguas?
1 – Sim;
0 – Não

Leitura de livros e de jornais:

- Leitura – Nos últimos 12 meses leu algum livro como actividade de lazer?
1 – Sim;
0 – Não
- Jornais – Com que frequência lê jornais (independentemente do suporte)?
1 – Menos de uma vez por mês ou mais;
0 – Nunca

ESPECIFICAÇÕES DO MODELO

São apresentadas quatro especificações do modelo *Probit* para cada uma dos aspectos em análise (conforme descrito acima):

Modelo 1 – Inclui as variáveis principais: escolaridade, idade, condição perante o trabalho e região.

Modelo 2 – Acrescenta ao modelo anterior as competências em TIC. Como é uma variável com uma elevada correlação com a escolaridade completa, em particular nos níveis mais elevados, optou-se por estimar um modelo em que os efeitos da escolaridade não fossem alterados pelas TIC, daí o Modelo 1 estimado.

Modelo 3 – Substitui-se a variável região pela variável grau de urbanização. Estas duas variáveis estão a medir realidades muito semelhantes, dada a configuração regional portuguesa. Daí a estimação numa especificação em separado.

Modelo 4 – Introduce-se os conhecimentos de outra língua para além da língua materna e a leitura de livros e de jornais. Estas variáveis estarão correlacionadas com a variável nível de escolaridade completo na parte que diz respeito à capacidade individual. A sua inclusão deve por isso ser interpretada com cuidado, daí a sua inserção numa especificação em separado.

Modelo 5 – Inclui-se a educação dos pais no modelo. O mesmo cuidado na interpretação se deve ter, como explicado no modelo anterior.

Modelo de probabilidade de participação em
actividades de aprendizagem ao longo da vida

Quadro 7.1

Variáveis		Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4
Nível de escolaridade mais elevado completo	1º Ciclo ensino básico	0,337*** (0,067)	0,282*** (0,066)	0,285*** (0,066)	0,276*** (0,067)
	2º Ciclo ensino básico	0,505*** (0,063)	0,383*** (0,069)	0,387*** (0,069)	0,343*** (0,071)
	3º Ciclo ensino básico	0,627*** (0,053)	0,440*** (0,067)	0,444*** (0,067)	0,379*** (0,070)
	Ensino secundário	0,701*** (0,043)	0,489*** (0,065)	0,494*** (0,065)	0,413*** (0,071)
	Ensino superior	0,783*** (0,026)	0,623*** (0,053)	0,629*** (0,052)	0,551*** (0,063)
Grupo etário	25 a 34 anos	-0,021 (0,019)	-0,000 (0,019)	0,000 (0,019)	-0,008 (0,019)
	35 a 44 anos	-0,029 (0,018)	0,007 (0,019)	0,008 (0,019)	-0,003 (0,019)
	45 a 54 anos	-0,032* (0,019)	0,012 (0,020)	0,016 (0,020)	0,003 (0,020)
	55 a 64 anos	-0,068*** (0,020)	-0,015 (0,022)	-0,011 (0,022)	-0,028 (0,022)
Condição perante o trabalho	Empregado	0,232*** (0,022)	0,190*** (0,023)	0,190*** (0,023)	0,192*** (0,023)
	Desempregado	0,229*** (0,041)	0,174*** (0,041)	0,175*** (0,041)	0,173*** (0,041)
	Aluno, estudante	0,771*** (0,011)	0,759*** (0,015)	0,760*** (0,015)	0,758*** (0,015)
	Reformado	-0,041 (0,038)	-0,065* (0,035)	-0,063* (0,035)	-0,065* (0,034)
	Incapacitado permanente p/trabalho	0,068 (0,097)	0,050 (0,090)	0,050 (0,090)	0,065 (0,093)
	Outra situação	0,325*** (0,070)	0,271*** (0,073)	0,275*** (0,073)	0,274*** (0,073)
Região (NUTS II)	Norte	-0,021 (0,015)	-0,005 (0,015)		-0,002 (0,015)
	Centro	-0,002 (0,016)	0,020 (0,017)		0,024 (0,017)
	Alentejo	-0,027 (0,017)	-0,016 (0,018)		-0,011 (0,018)
	Algarve	-0,006 (0,020)	-0,008 (0,019)		-0,007 (0,020)
	R. A. Açores	0,003 (0,022)	0,015 (0,022)		0,022 (0,022)
	R. A. Madeira	-0,101*** (0,019)	-0,084*** (0,020)		-0,085*** (0,020)
Nível de competências TIC	TIC - básico		0,241*** (0,018)	0,243*** (0,018)	0,220*** (0,018)
	TIC - hábil		0,342*** (0,022)	0,344*** (0,022)	0,304*** (0,022)
	TIC - perito		0,378*** (0,035)	0,379*** (0,035)	0,339*** (0,036)
Grau de urbanização	Zona medianamente povoada			0,023 (0,014)	
	Zona densamente povoada			-0,003 (0,013)	
Conhecimento de outras línguas além da materna	Conhece línguas além da materna				0,096*** (0,013)
Leitura de livros como actividade de lazer	Leitor de livros				0,028** (0,013)
Leitura de jornais	Leitor de jornais				0,004 (0,019)
	Nº de observações	11 289	11 289	11 289	11 289
	População	6 795 700	6 795 700	6 795 700	6 795 700
	F statistic	87,3	89,9	108,3	79,8

Aprendizagem ao longo da vida - *Probit, marginal effects*. Erros padrão entre parêntesis

* p<0.10, ** p<0.05, *** p<0.01

Modelo de probabilidade de participação em actividades de educação não formal **Quadro 7.2**

Variáveis		Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4
Nível de escolaridade mais elevado completo	1º Ciclo ensino básico	0,252*** (0,056)	0,211*** (0,054)	0,211*** (0,054)	0,206*** (0,055)
	2º Ciclo ensino básico	0,392*** (0,062)	0,287*** (0,062)	0,288*** (0,062)	0,247*** (0,063)
	3º Ciclo ensino básico	0,545*** (0,057)	0,368*** (0,063)	0,368*** (0,063)	0,305*** (0,064)
	Ensino secundário	0,634*** (0,052)	0,422*** (0,064)	0,422*** (0,064)	0,342*** (0,067)
	Ensino superior	0,770*** (0,035)	0,582*** (0,059)	0,583*** (0,058)	0,499*** (0,066)
Grupo etário	25 a 34 anos	0,022 (0,016)	0,035** (0,017)	0,034** (0,017)	0,030* (0,017)
	35 a 44 anos	0,028* (0,017)	0,053*** (0,018)	0,052*** (0,018)	0,047*** (0,018)
	45 a 54 anos	0,039** (0,018)	0,071*** (0,019)	0,070*** (0,019)	0,065*** (0,019)
	55 a 64 anos	0,015 (0,019)	0,054*** (0,021)	0,054*** (0,021)	0,046** (0,021)
Condição perante o trabalho	Empregado	0,197*** (0,017)	0,169*** (0,018)	0,167*** (0,018)	0,168*** (0,018)
	Desempregado	0,122*** (0,039)	0,082** (0,036)	0,079** (0,036)	0,079** (0,036)
	Aluno, estudante	0,248*** (0,047)	0,172*** (0,044)	0,169*** (0,044)	0,160*** (0,044)
	Reformado	-0,013 (0,033)	-0,029 (0,030)	-0,029 (0,030)	-0,030 (0,030)
	Incapacitado permanente p/trabalho	0,038 (0,097)	0,024 (0,090)	0,022 (0,090)	0,037 (0,095)
	Outra situação	0,096 (0,073)	0,052 (0,066)	0,050 (0,065)	0,048 (0,064)
Região (NUTS II)	Norte	0,012 (0,012)	0,003 (0,012)		0,002 (0,012)
	Centro	-0,010 (0,013)	0,002 (0,013)		0,005 (0,013)
	Alentejo	-0,043*** (0,013)	-0,036*** (0,013)		-0,033** (0,013)
	Algarve	-0,007 (0,016)	-0,010 (0,015)		-0,009 (0,015)
	R. A. Açores	0,028 (0,018)	0,034* (0,019)		0,039** (0,019)
	R. A. Madeira	-0,071*** (0,015)	-0,061*** (0,016)		-0,061*** (0,015)
Nível de competências TIC	TIC - básico		0,164*** (0,016)	0,165*** (0,016)	0,145*** (0,016)
	TIC - hábil		0,253*** (0,021)	0,254*** (0,021)	0,218*** (0,021)
	TIC - perito		0,285*** (0,035)	0,284*** (0,034)	0,244*** (0,034)
Grau de urbanização	Zona medianamente povoada			0,021* (0,012)	
	Zona densamente povoada			0,014 (0,011)	
Conhecimento de outras línguas além da materna	Conhece línguas além da materna				0,088*** (0,011)
Leitura de livros como actividade de lazer	Leitor de livros				0,010 (0,010)
Leitura de jornais	Leitor de jornais				0,004 (0,016)
	Nº de observações	11 289	11 289	11 289	11 289
	População	6 795 700	6 795 700	6 795 700	6 795 700
	F statistic	62,0	63,9	76,3	57,3

Aprendizagem ao longo da vida - Probit, marginal effects. Erros padrão entre parêntesis
* p<0.10, ** p<0.05, *** p<0.01

Modelo de probabilidade de participação em
actividades de aprendizagem informal

Quadro 7.3

Variáveis		Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4
Nível de escolaridade mais elevado completo	1º Ciclo ensino básico	0,135*** (0,034)	0,105*** (0,034)	0,106*** (0,033)	0,075** (0,034)
	2º Ciclo ensino básico	0,276*** (0,034)	0,182*** (0,036)	0,184*** (0,036)	0,094** (0,037)
	3º Ciclo ensino básico	0,388*** (0,031)	0,211*** (0,037)	0,212*** (0,037)	0,078** (0,039)
	Ensino secundário	0,466*** (0,028)	0,250*** (0,038)	0,252*** (0,038)	0,083** (0,041)
	Ensino superior	0,561*** (0,021)	0,356*** (0,036)	0,356*** (0,036)	0,174*** (0,043)
Grupo etário	25 a 34 anos	0,023 (0,022)	0,003 (0,022)	0,006 (0,022)	0,014 (0,023)
	35 a 44 anos	-0,035 (0,022)	0,012 (0,023)	0,016 (0,022)	-0,010 (0,023)
	45 a 54 anos	-0,049** (0,022)	0,007 (0,023)	0,008 (0,023)	-0,016 (0,023)
	55 a 64 anos	-0,069*** (0,023)	-0,003 (0,025)	0,002 (0,025)	-0,036 (0,025)
Condição perante o trabalho	Empregado	0,030 (0,021)	-0,030 (0,022)	-0,024 (0,022)	-0,028 (0,022)
	Desempregado	0,040 (0,029)	-0,008 (0,028)	-0,000 (0,028)	-0,015 (0,029)
	Aluno, estudante	0,027 (0,036)	-0,059* (0,034)	-0,052 (0,034)	-0,087*** (0,033)
	Reformado	-0,043 (0,028)	-0,064** (0,027)	-0,060** (0,027)	-0,068** (0,027)
	Incapacitado permanente p/trabalho	-0,170*** (0,053)	-0,179*** (0,051)	-0,179*** (0,052)	-0,168*** (0,052)
	Outra situação	-0,015 (0,055)	-0,064 (0,054)	-0,065 (0,053)	-0,064 (0,053)
Região (NUTS II)	Norte	0,034** (0,016)	0,013 (0,016)		0,004 (0,016)
	Centro	-0,092*** (0,016)	-0,072*** (0,017)		-0,064*** (0,017)
	Alentejo	-0,003 (0,019)	0,012 (0,020)		0,024 (0,020)
	Algarve	-0,102*** (0,019)	-0,104*** (0,019)		-0,101*** (0,019)
	R. A. Açores	-0,289*** (0,014)	-0,288*** (0,014)		-0,281*** (0,014)
	R. A. Madeira	-0,197*** (0,019)	-0,181*** (0,020)		-0,188*** (0,020)
Nível de competências TIC	TIC - básico		0,272*** (0,016)	0,269*** (0,016)	0,236*** (0,017)
	TIC - hábil		0,350*** (0,020)	0,342*** (0,020)	0,286*** (0,021)
	TIC - perito		0,378*** (0,027)	0,371*** (0,027)	0,322*** (0,030)
Grau de urbanização	Zona medianamente povoada			0,050*** (0,014)	
	Zona densamente povoada			0,040*** (0,014)	
Conhecimento de outras línguas além da materna	Conhece línguas além da materna				0,184*** (0,014)
Leitura de livros como actividade de lazer	Leitor de livros				0,084*** (0,013)
Leitura de jornais	Leitor de jornais				0,036** (0,018)
	Nº de observações	11 289	11 289	11 289	11 289
	População	6 795 700	6 795 700	6 795 700	6 795 700
	F statistic	71,6	75,2	81,3	73,4

Aprendizagem ao longo da vida - Probit, marginal effects. Erros padrão entre parêntesis

* p<0.10, ** p<0.05, *** p<0.01

Modelo de probabilidade de participação em
actividades de aprendizagem ao longo da vida | Quadro 7.4

Variáveis		Modelo 1	Modelo 2
Nível de escolaridade mais elevado completo	1º Ciclo ensino básico	0,117*** (0,036)	0,115*** (0,036)
	2º Ciclo ensino básico	0,396*** (0,027)	0,395*** (0,027)
	3º Ciclo ensino básico	0,536*** (0,018)	0,535*** (0,018)
	Ensino secundário	0,601*** (0,013)	0,600*** (0,013)
	Ensino superior	0,606*** (0,009)	0,606*** (0,009)
Grupo etário	25 a 34 anos	0,031 (0,026)	0,033 (0,026)
	35 a 44 anos	0,018 (0,025)	0,019 (0,025)
	45 a 54 anos	0,009 (0,025)	0,006 (0,025)
	55 a 64 anos	0,059** (0,028)	0,057** (0,027)
Condição perante o trabalho	Empregado	0,064*** (0,023)	0,062*** (0,023)
	Desempregado	0,083*** (0,029)	0,082*** (0,029)
	Aluno, estudante	0,256*** (0,034)	0,253*** (0,035)
	Reformado	0,005 (0,031)	0,002 (0,031)
	Incapacitado permanente p/trabalho	-0,073 (0,065)	-0,074 (0,065)
	Outra situação	0,093 (0,060)	0,087 (0,061)
Região (NUTS II)	Norte	-0,015 (0,018)	
	Centro	-0,050*** (0,020)	
	Alentejo	-0,067*** (0,022)	
	Algarve	0,018 (0,023)	
	R. A. Açores	-0,054** (0,025)	
	R. A. Madeira	-0,049* (0,027)	
Grau de urbanização	Zona medianamente povoada		-0,053*** (0,016)
	Zona densamente povoada		0,003 (0,016)
	Nº de observações	11289	11289
	População	6795700	6795700
	F statistic	151,5	186,2

Aprendizagem ao longo da vida - *Probit, marginal effects*. Erros padrão entre parêntesis
* p<0.10, ** p<0.05, *** p<0.01

ESTIMAÇÃO DA EQUAÇÃO DE RENDIMENTO

A variável rendimento líquido do trabalho do IEFA foi inquirida por intervalos (*vide* Capítulo II). Assim, para estimar a equação de rendimentos foi necessário recorrer ao modelo de regressão por intervalos em vez de utilizar uma regressão linear simples. O modelo de regressão por intervalos estima a probabilidade de pertencer a uma determinada categoria de rendimentos, mas em que se conhece os limites dessa categoria. Com este modelo é possível atribuir um valor dentro de cada intervalo escolhido pelo indivíduo e estimar os coeficientes associados a cada uma das variáveis. Estes coeficientes medem o efeito de cada variável na variação do rendimento. Este efeito pode ser considerado um efeito parcial, dado que se está a controlar em simultâneo para as variáveis susceptíveis de influenciar o rendimento.

A variável a explicar com a equação é o logaritmo do rendimento dos trabalhadores por conta de outrem. A utilização do logaritmo é considerada frequentemente a mais apropriada dado o comportamento apresentado pela variável de rendimentos. Como o modelo é estimado em logaritmo, o exponencial dos coeficientes menos um mede a variação percentual do rendimento. As variáveis explicativas utilizadas no lado direito da equação, para além das apresentadas no quadro dos resultados, foram a profissão (Classificação Nacional de Profissões a dois dígitos), dimensão da empresa (número de trabalhadores), sector de actividade da empresa (Classificação da Actividade Económica a 2 dígitos) e região (NUTS II). A ponderação de cada indivíduo, dado que se trata de um inquérito por amostra, foi considerada na estimação para assim se obter os resultados na população.

ESPECIFICAÇÕES DO MODELO

Foram estimados quatro modelos:

- **Modelo 1** – inclui apenas as variáveis relacionadas com o capital humano – considerado o modelo base na análise dos resultados;
- **Modelo 2** – acrescenta a região;
- **Modelo 3** – acrescenta a profissão;
- **Modelo 4** – acrescenta a dimensão e o sector de actividade da empresa – considerado o modelo completo na análise dos resultados.

Equação de rendimento dos trabalhadores por conta de outrem | Quadro 7.5

Variáveis		Modelo 1	Modelo 2	Modelo 3	Modelo 4
Participação em educação não formal	Educação não formal	0,122*** (0,015)	0,121*** (0,015)	0,085*** (0,014)	0,060*** (0,013)
Participação em aprendizagem informal	Aprendizagem informal	0,036** (0,014)	0,034** (0,014)	0,024* (0,013)	0,029** (0,012)
Nível de escolaridade mais elevado completo	1º Ciclo ensino básico	0,077* (0,041)	0,081* (0,042)	0,066* (0,038)	0,075* (0,039)
	2º Ciclo ensino básico	0,138*** (0,020)	0,131*** (0,020)	0,098*** (0,019)	0,103*** (0,018)
	3º Ciclo ensino básico	0,132*** (0,020)	0,123*** (0,020)	0,095*** (0,019)	0,083*** (0,018)
	Ensino secundário	0,169*** (0,020)	0,160*** (0,020)	0,097*** (0,019)	0,089*** (0,019)
	Ensino superior	0,439*** (0,024)	0,438*** (0,024)	0,179*** (0,030)	0,173*** (0,029)
Antiguidade na empresa	Antiguidade (anos)	0,016*** (0,002)	0,017*** (0,002)	0,013*** (0,002)	0,014*** (0,002)
	Antiguidade 2 / 10	-0,002*** (0,001)	-0,002*** (0,001)	-0,002*** (0,001)	-0,002*** (0,001)
Grupo etário	25 a 34 anos	0,158*** (0,025)	0,148*** (0,024)	0,142*** (0,023)	0,131*** (0,022)
	35 a 44 anos	0,293*** (0,026)	0,276*** (0,026)	0,252*** (0,024)	0,246*** (0,024)
	45 a 54 anos	0,350*** (0,029)	0,329*** (0,028)	0,306*** (0,026)	0,288*** (0,026)
	55 a 64 anos	0,388*** (0,032)	0,354*** (0,032)	0,325*** (0,030)	0,314*** (0,030)
Constante	Constante	5,681*** (0,046)	5,780*** (0,049)	6,188*** (0,069)	6,171*** (0,079)
	Nº de observações	5 642	5 642	5 642	5 612
População	População	3 604 325	3 604 325	3 604 325	3 584 108
	F	192,1	135,4	125,2	99,2

Nota: Erros padrão entre parêntesis. * p<0.10, ** p<0.05, *** p<0.01.

ESTIMAÇÃO DO MODELO DE PROBABILIDADE ORDENADO (*PROBIT* ORDENADO) PARA A ESCOLARIDADE COMPLETA DO INDIVÍDUO

A variável escolaridade completa é discreta e ordenada. O indivíduo decide frequentar um nível de escolaridade em sequência e cada nível corresponde a um número mínimo de anos. Existem diferentes modelos econométricos que poderiam ser utilizados para estimar a relação entre a escolaridade e um determinado conjunto de variáveis. O escolhido para aplicar aos dados do IEFA foi o modelo de probabilidade ordenado (modelo multinomial ordenado, ou *probit* ordenado). Na sua forma, o modelo é muito semelhante ao *probit* apresentado nos modelos de probabilidade de participação (*vide* quadros 7.1 a 7.4, Anexo 7). A grande diferença é o facto de a escolha não ser binária (0,1), mas sim múltipla, dado que o indivíduo escolhe entre um conjunto de níveis de escolaridade {0, 1, 2, 3, 4, 5}, onde 0 corresponde a nenhum nível de escolaridade, 1 ao 1º ciclo do ensino básico, 2 ao 2º ciclo do ensino básico, 3 ao 3º ciclo do ensino básico, 4 ao ensino secundário e 5 ao ensino superior. Os níveis de escolaridade proporcionam um benefício líquido crescente ao indivíduo. Sempre que este benefício líquido de frequentar a escola ultrapassa um valor limite, o indivíduo decide frequentar um nível adicional de escolaridade.

As variáveis consideradas estando associadas ao nível de escolaridade foram a escolaridade dos pais e a sua condição perante o trabalho. Ambas são reportadas para o período em que o indivíduo era jovem adolescente, ou seja, tinha entre 12 e 16 anos de idade. Como variável de controlo foi introduzida a idade actual do indivíduo. O texto principal (modelos de probabilidade de participação) explica a introdução destas variáveis.

O primeiro quadro mostra os efeitos médios na probabilidade de o indivíduo completar um determinado nível de escolaridade. São efeitos directos na probabilidade (normalmente designados de *marginal effects*) e devem ser lidos como variações na percentagem (ou pontos percentuais). Os valores das figuras apresentadas no texto (capítulo VII) são os apresentados no quadro 7.6.

O quadro 7.7 apresenta os coeficientes estimados pelo modelo. São estes coeficientes que estão por detrás dos cálculos do primeiro quadro. Note-se nos níveis de corte estimados (*cut1-cut5*) que definem os valores do benefício líquido da escolaridade a partir do qual o indivíduo decide passar ao nível seguinte (entre o *cut1* para o 1º ciclo do ensino básico e o *cut5* para o ensino superior). Também se apresentam neste quadro as estimações do modelo para as mulheres e para os homens em separado. A análise não incidiu sobre estes resultados porque as diferenças não eram significativas para a maioria das variáveis, uma vez calculados os efeitos na probabilidade.

Nível de escolaridade do indivíduo - efeitos
parciais da estimação por *probit* ordenado

Quadro 7.6

		1º Ciclo ensino básico	2º Ciclo ensino básico	3º Ciclo ensino básico	Ensino secundário	Ensino superior
Escolaridade do Pai						
Nível de escolaridade atingido pelo pai	1º Ciclo ensino básico	-0,205*** (0,010)	-0,041*** (0,003)	0,070*** (0,004)	0,121*** (0,006)	0,073*** (0,005)
	2º Ciclo ensino básico	-0,238*** (0,008)	-0,146*** (0,010)	-0,007 (0,008)	0,171*** (0,007)	0,229*** (0,019)
	3º Ciclo ensino básico	-0,258*** (0,008)	-0,174*** (0,010)	-0,033*** (0,010)	0,179*** (0,007)	0,297*** (0,023)
	Ensino secundário	-0,265*** (0,007)	-0,192*** (0,011)	-0,056*** (0,013)	0,174*** (0,007)	0,349*** (0,029)
	Ensino superior	-0,276*** (0,007)	-0,210*** (0,011)	-0,080*** (0,015)	0,166*** (0,010)	0,411*** (0,035)
Escolaridade da Mãe						
Nível de escolaridade atingido pela mãe	1º Ciclo ensino básico	-0,195*** (0,010)	-0,044*** (0,004)	0,063*** (0,004)	0,118*** (0,007)	0,074*** (0,005)
	2º Ciclo ensino básico	-0,203*** (0,010)	-0,105*** (0,010)	0,019*** (0,006)	0,147*** (0,009)	0,152*** (0,017)
	3º Ciclo ensino básico	-0,230*** (0,009)	-0,139*** (0,011)	-0,003 (0,009)	0,167*** (0,007)	0,215*** (0,022)
	Ensino secundário	-0,254*** (0,008)	-0,175*** (0,012)	-0,037*** (0,013)	0,176*** (0,007)	0,300*** (0,030)
	Ensino superior	-0,265*** (0,008)	-0,198*** (0,012)	-0,066*** (0,015)	0,170*** (0,009)	0,371*** (0,036)
Condição perante o trabalho do Pai						
Condição perante o trabalho do pai	Empregado	-0,240*** (0,048)	0,014 (0,016)	0,108*** (0,026)	0,112*** (0,017)	0,046*** (0,005)
	Inactivo	-0,194*** (0,029)	-0,104*** (0,028)	0,016 (0,013)	0,142*** (0,023)	0,149*** (0,047)
Condição perante o trabalho da Mãe						
Condição perante o trabalho da mãe	Empregada	0,047 (0,061)	0,009 (0,012)	-0,017 (0,022)	-0,028 (0,036)	-0,015 (0,020)
	Inactiva	0,010 (0,062)	0,002 (0,012)	-0,004 (0,022)	-0,006 (0,036)	-0,003 (0,020)
Idade do indivíduo						
Grupo etário	25 a 34 anos	-0,070*** (0,011)	-0,017*** (0,004)	0,023*** (0,003)	0,043*** (0,007)	0,026*** (0,005)
	35 a 44 anos	0,016 (0,012)	0,003 (0,002)	-0,006 (0,005)	-0,009 (0,007)	-0,005 (0,004)
	45 a 54 anos	0,074*** (0,014)	0,010*** (0,001)	-0,029*** (0,006)	-0,041*** (0,007)	-0,021*** (0,003)
	55 a 64 anos	0,188*** (0,015)	0,007** (0,003)	-0,079*** (0,007)	-0,096*** (0,007)	-0,044*** (0,003)
Nº de observações		10 433	10 433	10 433	10 433	10 433
População		6 257 839	6 257 839	6 257 839	6 257 839	6 257 839
F		249,0	249,0	249,0	249,0	249,0

* p<0.10, ** p<0.05, *** p<0.01. Erros padrão entre parêntesis.

Nota: A variável a explicar é definida pelo nível de escolaridade completo do indivíduo, respectivamente: nenhum, básico – 1º ciclo, 2º ciclo e 3º ciclo, secundário e superior. Cada coeficiente representa o efeito das variáveis em coluna na probabilidade do indivíduo completar um nível de escolaridade. Por exemplo, o facto de o pai ter ensino superior completo diminui a probabilidade de o indivíduo completar o 1º ciclo em 27,6 p.p. e aumenta a probabilidade de completar o superior em 41,1 p.p.. Nas variáveis de escolaridade dos pais, o ponto de comparação é o facto de os pais não terem atingido qualquer nível de escolaridade; o ponto de comparação na condição perante o trabalho é a condição de desemprego; na idade do indivíduo, o ponto de comparação é o escalão dos 18 aos 24 anos.

Probit ordenado para o nível de escolaridade do indivíduo | Quadro 7.7

		Total	Homens	Mulheres
Escolaridade do Pai				
Nível de escolaridade atingido pelo pai	1º Ciclo ensino básico	0,676*** (0,034)	0,669*** (0,053)	0,703*** (0,044)
	2º Ciclo ensino básico	1,106*** (0,059)	1,212*** (0,085)	1,017*** (0,083)
	3º Ciclo ensino básico	1,310*** (0,066)	1,341*** (0,100)	1,276*** (0,087)
	Ensino secundário	1,442*** (0,078)	1,411*** (0,110)	1,513*** (0,114)
	Ensino superior	1,610*** (0,092)	1,475*** (0,131)	1,767*** (0,128)
Escolaridade da Mãe				
Nível de escolaridade atingido pela mãe	1º Ciclo ensino básico	0,651*** (0,034)	0,631*** (0,052)	0,681*** (0,046)
	2º Ciclo ensino básico	0,847*** (0,062)	0,855*** (0,093)	0,890*** (0,081)
	3º Ciclo ensino básico	1,057*** (0,068)	1,143*** (0,097)	1,025*** (0,098)
	Ensino secundário	1,305*** (0,082)	1,437*** (0,117)	1,196*** (0,116)
	Ensino superior	1,492*** (0,093)	1,715*** (0,135)	1,322*** (0,128)
Condição perante o trabalho do Pai				
Condição perante o trabalho do pai	Empregado	0,743*** (0,160)	0,771*** (0,226)	0,714*** (0,236)
	Inactivo	0,819*** (0,179)	0,726*** (0,260)	0,845*** (0,256)
Condição perante o trabalho da Mãe				
Condição perante o trabalho da mãe	Empregada	-0,152 (0,197)	-0,358 (0,427)	0,014 (0,164)
	Inactiva	-0,032 (0,198)	-0,284 (0,428)	0,169 (0,164)
Idade do indivíduo				
Grupo etário	25 a 34 anos	0,232*** (0,039)	0,214*** (0,053)	0,260*** (0,055)
	35 a 44 anos	-0,050 (0,039)	-0,001 (0,056)	-0,089* (0,053)
	45 a 54 anos	-0,232*** (0,042)	-0,086 (0,063)	-0,357*** (0,057)
	55 a 64 anos	-0,581*** (0,046)	-0,277*** (0,065)	-0,847*** (0,063)
cut	cut1	0,830*** (0,246)	0,966** (0,470)	0,747*** (0,290)
	cut2	0,940*** (0,246)	0,823* (0,471)	1,037*** (0,289)
	cut3	1,641*** (0,247)	1,564*** (0,472)	1,701*** (0,290)
	cut4	2,344*** (0,247)	2,334*** (0,472)	2,354*** (0,290)
	cut5	3,178*** (0,248)	3,236*** (0,474)	3,158*** (0,290)
Nº de observações	População	10 433	4 957	5 476
	F	6 257 839 249,0	3 093 912 109,0	3 163 927 149,6

* p<0.10, ** p<0.05, *** p<0.01. Erros padrão entre parêntesis.

ANEXO 8.

CLASSIFICAÇÃO NACIONAL DAS ACTIVIDADES DE EDUCAÇÃO E
FORMAÇÃO (CNAEF) - QUADRO SINÓPTICO DE CLASSIFICAÇÃO
DAS ÁREAS DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO

Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação (CNAEF) | Quadro 8.1 (continua)

Grandes grupos	Áreas de estudo	Áreas de educação e formação
0 Programas Gerais	01 Programas de base 08 Alfabetização 09 Desenvolvimento pessoal	010 Programas de base 080 Alfabetização 090 Desenvolvimento pessoal
1 Educação	14 Formação de professores /formadores e ciências da educação	140 Formação de Professores / formadores e ciências da educação 142 Ciências da educação 143 Formação de educadores de infância 144 Formação de professores do ensino básico (1º e 2º ciclos) 145 Formação de professores de áreas disciplinares específicas 146 Formação de professores e formadores de áreas tecnológicas 149 Formação de professores / formadores e ciências da educação - programas não classificados noutra área de formação
2 Artes e humanidades	21 Artes	210 Artes 211 Belas-artes 212 Artes do espectáculo 213 Audiovisuais e produção dos média 214 Design 215 Artesanato 219 Artes - programas não classificados noutra área de formação
	22 Humanidades	220 Humanidades 221 Religião e teologia 222 Línguas e literaturas estrangeiras 223 Língua e literatura materna 225 História e arqueologia 226 Filosofia e ética 229 Humanidades - programas não classificados noutra área de formação
3 Ciências sociais, comércio e direito	31 Ciências sociais e do comportamento	310 Ciências sociais e do comportamento 311 Psicologia 312 Sociologia e outros estudos 313 Ciência política e cidadania 314 Economia 319 Ciências sociais e do comportamento - programas não classificados noutra área de formação
	32 Informação e jornalismo	320 Informação e jornalismo 321 Jornalismo e reportagem 322 Biblioteconomia, arquivo e documentação (BAD) 329 Informação e jornalismo - programas não classificados noutra área de formação
	34 Ciências empresariais	340 Ciências empresariais 341 Comércio 342 Marketing e publicidade 343 Finanças, banca e seguros 344 Contabilidade e fiscalidade 345 Gestão e Administração 346 Secretariado e trabalho administrativo 347 Enquadramento na organização / empresa 349 Ciências empresariais - programas não classificados noutra área de formação
	38 Direito	380 Direito
4 Ciências, matemática e informática	42 Ciências da vida	420 Ciências da vida 421 Biologia e bioquímica 422 Ciências do ambiente 429 Ciências da vida - programas não classificados noutra área de formação
	44 Ciências físicas	440 Ciências físicas 441 Física 442 Química 443 Ciências da terra 449 Ciências físicas - programas não classificados noutra área de formação
	46 Matemática e estatística	460 Matemática e estatística 461 Matemática 462 Estatística 469 Matemática e estatística
	48 Informática	480 Informática 481 Ciências informáticas 482 Informática na óptica do utilizador 489 Informática - programas não classificados noutra área de formação

Classificação Nacional das Áreas de Educação e Formação (CNAEF) | Quadro 8.1 (continuação)

Grandes grupos	Áreas de estudo	Áreas de educação e formação
5 Engenharia, indústrias transformadoras e construção	52 Engenharia e técnicas afins	520 Engenharia e técnicas afins 521 Metalurgia e metalomecânica 522 Electricidade e energia 523 Electrónica e automação 524 Tecnologia dos processos químicos 525 Construção e reparação de veículos a motor 529 Engenharia e técnicas afins - programas não classificados noutra área de formação
6 Agricultura	54 Indústrias transformadoras	540 Indústrias transformadoras 541 Indústria alimentares 542 Indústrias do têxtil, vestuário, calçado e couro 543 Materiais (indústrias da madeira, cortiça, papel, plástico, vidro e outros). 544 Indústrias extractivas 549 Indústrias transformadoras - programas não classificados noutras áreas de formação.
	58 Arquitectura e construção	580 Arquitectura e construção 581 Arquitectura e urbanismo 582 Construção civil e engenharia civil 589 Arquitectura e construção - programas não classificados noutra área de formação
	62 Agricultura, silvicultura e pescas	620 Agricultura, silvicultura e pescas 621 Produção agrícola e animais 622 Floricultura e jardinagem 623 Silvicultura e caça 624 Pescas 629 Agricultura, silvicultura e pescas - programas não classificados noutra área de formação
	64 Ciências veterinárias	640 Ciências veterinárias
7 Saúde e protecção social	72 Saúde	720 Saúde 721 Medicina 723 Enfermagem 724 Ciências dentárias 725 Tecnologias de diagnóstico e terapêutica 726 Terapia e reabilitação 727 Ciências farmacêuticas 729 Saúde - programas não classificados noutra área de formação
	76 Serviços sociais	760 Serviços sociais 761 Serviços de apoio a crianças e jovens 762 Trabalho social e orientação 769 Serviços sociais - programas não classificados noutra área de formação
8 Serviços	81 Serviços pessoais	810 Serviços pessoais 811 Hotelaria e restauração 812 Turismo e lazer 813 Desporto 814 Serviços domésticos 815 Cuidados de beleza 819 Serviços pessoais - programas não classificados noutra área de formação
	84 Serviços de transporte	840 Serviços de transporte
	85 Protecção do ambiente	850 Protecção do ambiente 851 Tecnologia de protecção do ambiente 852 Ambientes naturais e vida selvagem 853 Serviços de saúde pública 859 Protecção do ambiente - programas não classificados noutra área de formação
	86 Serviços de segurança	860 Serviços de segurança 861 Protecção de pessoas e bens 862 Segurança e higiene no trabalho 863 Segurança militar 869 Serviços de segurança - programas não classificados noutra área de formação
9 Desconhecido ou não especificado	99 Desconhecido ou não especificado	999 Desconhecido ou não especificado